



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



PRISCILA ZANARDI FAVARETTO

**DISCURSO E (IN/EX)CLUSÃO:
REPRESENTAÇÕES DA CRIANÇA
INDÍGENA SUL-MATO-GROSSENSE
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**

**TRÊS LAGOAS-MS
2014**



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



PRISCILA ZANARDI FAVARETTO

**DISCURSO E (IN/EX)CLUSÃO:
REPRESENTAÇÕES DA CRIANÇA
INDÍGENA SUL-MATO-GROSSENSE
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Área de Concentração: Estudos Linguísticos) do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Vânia Maria Lescano Guerra.

**TRÊS LAGOAS-MS
DEZEMBRO/2014**



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras



PRISCILA ZANARDI FAVARETTO

**DISCURSO E (IN/EX)CLUSÃO: REPRESENTAÇÕES DA CRIANÇA INDÍGENA
SUL-MATO-GROSSENSE EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Vânia Maria Lescano Guerra
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

Professora Dra. Kátia Menezes de Souza
(Universidade Federal de Goiás)

Professora Dra. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

**TRÊS LAGOAS-MS
2014**

À minha família, sobretudo às minhas filhas: Isabella e a
que está por vir...

AGRADECIMENTOS

De todos os sentimentos existentes, considero a gratidão um dos mais caros e por isso tento exercitá-la diariamente. Ela tem-me constituído, sobretudo, em momentos de vitória e conquistas, quando deparo com as cicatrizes e a lembrança de como foi difícil chegar até ali. Mas cheguei, graças ao apoio ofertado e compartilhado, direta ou indiretamente, assídua ou esporadicamente, pelos que me rodeiam.

Na lista daqueles que elenco aqui, começo agradecendo a Ele, Deus, que proporciona o dom da vida para que todos possam saborear prazeres e dores concomitantemente!

Agradeço à professora doutora Vânia Maria Lescano Guerra, que, além de aceitar-me como orientanda e (des)orientar-me nesse processo, proporcionou-me adquirir conhecimentos singulares para o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Meu agradecimento especial a ela por haver participado ativamente na concretização de um objetivo profissional e um sonho pessoal.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Letras, que contribuíram de forma incomensurável para minha transformação pessoal e acadêmica.

Às professoras Celina A. G. Nascimento e Angela M. Guida, pelas valiosas contribuições proporcionadas durante o Exame de Qualificação.

Aos amigos e colegas do programa do Mestrado em Letras que, no curso desses anos, compartilharam textos e afeto, minimizaram o desespero do medo e do fracasso e maximizaram o apoio por meio de sugestões, companhias, viagens e orientações.

Aos meus pais, que, mesmo longe, continuam ajudando-me, seja com abraços duradouros quando nos reencontramos, seja pelas belas palavras de conforto e apoio transmitidas por telefone. A eles, devo tudo o que sou hoje.

Ao meu marido, Sérgio Henrique, e à minha filha Isabella, que aceitam e respeitam a minha paixão pela Psicologia, pela atuação profissional e pela busca incessante de conhecimento,

que aceitam (mesmo que a contragosto) todas as minhas ausências e compreendem que todo o meu esforço é por e para eles.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, me sustentaram na concretização deste trabalho, meu muito obrigada!

A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir.

Hannah Arendt. *A condição humana*

Nem todos que ouvem são ouvidores. O verdadeiro ouvidor ouve os que não falam.

Humberto Jacques de Medeiros - Procurador Da República

FAVARETTO, Priscila Zanardi. **Discurso e (in/ex)clusão: representações da criança indígena sul-mato-grossense em situação de violência.** . Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2014. 139f. (Dissertação de Mestrado).

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo problematizar discursos jornalísticos, (re)produzidos no ciberespaço, sobre as crianças indígenas do estado do Mato Grosso do Sul, vítimas de violência, a partir do exame das relações de saber/poder que atravessam esses espaços, as quais constroem estereótipos e excluem o outro. Escamotear o outro, quando diferente de si, é uma prática, embora *démodé*, habitual desde os primórdios da humanidade; no entanto, se outrora a exclusão foi explícita, nos tempos modernos ela é sutil, é discursiva. Ao pensarmos nos sistemas socioculturais, ideológicos e históricos que produzem efeitos no desenvolvimento da identidade social, temos que fazer emergirem efeitos e incidências dos regimes de verdade sobre a subjetivação da criança indígena, mediante reflexão e desenvolvimento de novos olhares sobre a forma de conceber e tratar a infância desses sujeitos. Diante do exposto, o cerne do questionamento deste estudo consiste em perscrutar as representações da criança indígena em situação de violência, geradas a partir do discurso hegemônico que transita na materialidade do ciberespaço. Para tal, objetivamos problematizar relações de poder que perpassam as práticas discursivas, identificar formações discursivas, interdiscursos e memória discursiva; identificar efeitos de sentido produzidos nos dizeres dos enunciadores, analisando as formas pelas quais a materialidade linguística faz irromper representações estereotipadas e marcas da exclusão social. Partimos do pensamento foucaultiano de que as crianças estão inseridas no grupo composto por indivíduos privados de poder e temos como hipótese de trabalho que a criança indígena é concebida como sujeito marginalizado e vilipendiado, pois ela se encontra à margem da margem social, ora por ser criança, ora por ser gerada dentro de um grupo minoritário, moldada a partir de exclusões históricas. A pesquisa, mediada por um enfoque transdisciplinar e orientada pelo método arqueogenealógico foucaultiano (FOUCAULT, 1972, 1988, 1997, 1999, 2007), ancora-se na Análise do Discurso de linha francesa (PÊCHEUX, 1969, 1991, 1999, 2012). Para entrecruzar os dados da análise, utilizamos autores das teorias discursiva-desconstrutivista e culturalista, como Coracini (2000, 2007, 2010, 2013), Orlandi (1983, 1987, 2005, 2008), Guerra (2006, 2008, 2010, 2013), Nolasco (2009), Limberti (2009, 2012), Agaben (2010), Bauman (2005), Castells (1999), Santaella (2002), Lévy (1993, 2001), entre outros. O *corp*us foi constituído por seis excertos advindos de diferentes *sites*, publicados entre os anos de 2007 e 2013. O critério de seleção utilizado consistiu na priorização de materiais que discorressem de forma mais detalhada sobre violência contra crianças indígenas, tomando-a como um acontecimento discursivo. No primeiro capítulo, intitulado "Tecendo o fio teórico para coser a reflexão e cerzir os sentidos", trazemos o arcabouço teórico utilizado em nossa pesquisa. No capítulo seguinte – "Infância indígena vilipendiada, infância indígena violentada" –, mobilizamos as condições de produção que ancoraram a irrupção dos excertos analisados, a partir das concepções de infância e de violência, perpassadas pela compreensão do ciberespaço, no tocante à comunidade indígena sul-mato-grossense. No último capítulo – "Da infância à violência, da violência à infância: processos de contradição e exclusão" –, problematizamos a materialidade linguística, reforçada na virtualidade, sobre as crianças indígenas vítimas de violência. Encontramos representações da criança indígena pautadas em visões estereotipadas, marcadas, sobretudo, por posicionamentos contraditórios. Os excertos ora mobilizam representações da criança como um sujeito vitimizado pelos próprios responsáveis, ou pela própria comunidade indígena; ora indicam representações da criança responsável e culpada pelo fenômeno da violência que a afeta. A despeito das representações contraditórias, o que ora salta aos olhos, ora é silenciado são marcas de exclusão que a criança e a comunidade indígena carregam: inferiores, incapazes e anormais. Diante da problemática discutida, espera-se que as reflexões construídas possam fomentar outros estudos transdisciplinares sobre os processos identitários dos indígenas e sobre a sua exclusão social, cujos mecanismos podem funcionar como dispositivos para produzir um entendimento multicultural das crianças e da sociedade.

Palavras-chave: Violência. Ciberespaço. Discurso. Representações. Criança indígena.

FAVARETTO, Priscila Zanardi. **Discurso e (in/ex)clusão: representaciones del niño indígena sul-mato-grossense en situación de violencia.** Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2014. 139f. (Dissertação de Mestrado)

RESUMEN: Este trabajo tiene por objetivo problematizar discursos periodistas publicados, en el ciberespacio, sobre los niños indígenas del estado del Mato Grosso do Sul, víctimas de violencia, a partir del examen de las relaciones del saber/poder que atraviesan esos espacios, las cuales construyen estereotipos y excluyen el otro. Escamotear el otro, cuando diferente de sí, es una práctica, aunque *démodé*, habitual desde los primeros de la humanidad; obstante, se otrora la exclusión fue explícita, en los tiempos modernos ella es sutil, es discursiva. Al pensarnos en los sistemas socioculturales, ideológicos y históricos que producen efectos en el desarrollo de la identidad social, tenemos que hacer emergieren efectos e incidencias de los regímenes de verdad sobre la subjetivación del niño indígena, mediante la reflexión y desarrollo de nuevas miradas sobre la forma de concebir y tratar la niñez de estos sujetos. Delante del expuesto, el cerne del cuestionamiento de este estudio consiste en investigar las representaciones del niño indígena en situación de violencia, emergidas a partir del discurso hegemónico que transita en la materialidad del ciberespacio. Para tal, objetivamos problematizar relaciones de poder que pasan las prácticas discursivas, identificar formaciones discursivas, interdiscursos y memoria discursiva; identificar efectos de sentido producidos en los decirles de los enunciadores, analizando las formas por las cuales la materialidad lingüística haz irrumpir representaciones estereotipadas y marcas de la exclusión social. Partimos del pensamiento foucaultiano de que los niños están inseridos en el grupo compuesto por individuos privados de poder y tenemos como hipótesis de trabajo que el niño indígena es concebida como sujeto marginalizado y vilipendiado, pues él se encuentra a la margen de la margen social, ora por ser niño, ora por ser emergido dentro de un grupo minoritario, moldada a partir de exclusiones históricas. La pesquisa, mediada por uno enfoque transdisciplinar y orientada por el método arqueogenealógico foucaultiano (FOUCAULT, 1972, 1988, 1997, 1999, 2007), ancorase en la Análisis do Discurso de línea francesa (PÊCHEUX, 1969, 1991, 1999, 2012). Para entrecruzar los datos de la análisis, utilizamos autores de las teorías discursiva-deconstructivista y culturalista, como Coracini (2000, 2007, 2010, 2013), Orlandi (1983, 1987, 2005, 2008), Guerra (2006, 2008, 2010, 2013), Nolasco (2009), Limberti (2009, 2012), Agaben (2010), Bauman (2005), Castells (1999), Santaella (2002), Lévy (1993, 2001), entre otros. El córpus fue constituido por seis recortes advenidos de diferentes sitios, publicados entre los años de 2007 y 2013. El criterio de selección utilizado consistió en la priorización de materiales que hablasen de forma más detallada sobre la violencia contra los niños indígenas, tomándola como un acontecimiento discursivo. En el primero capítulo, intitulado "Tecendo o fio teórico para coser a reflexão e cerzir os sentidos", traemos el referencial teórico utilizado en nuestra pesquisa. En el capítulo siguiente – "Infância indígena vilipendiada, infância indígena violentada" –, movilizamos las condiciones de producción que ancoraran la irrupción de los recortes analizados, a partir de las concepciones de niñez y de violencia, propasadas por la comprensión del ciberespacio, en el tocante a la comunidad indígena sulmatogrossense. En el último capítulo – "Da infância à violência, da violência à infância: processos de contradição e exclusão" –, problematizamos la materialidad lingüística, reforzada en la virtualidad, sobre los niños indígenas víctimas de violencia. Encontramos representaciones del niño indígena pautadas en visiones estereotipadas, marcadas, sobretudo, por posicionamientos contradictorios. Los recortes ora movilizan representaciones del niño como un sujeto victimizado por los propios responsables, o por la propia comunidad indígena; ora indican representaciones de los niños responsables y culpada por el fenómeno de la violencia que a afecta. Al reverso de las representaciones contradictorias, lo que ora salta a los ojos, ora es silenciado son marcas de exclusión que el niño y la comunidad indígena cargan: inferiores, incapaces y anormales. Delante de la problemática discutida, esperase que las reflexiones construidas puedan fomentar otros estudios transdisciplinar sobre los procesos identitários de los indígenas y sobre su exclusión social, cuyos mecanismos pueden funcionar como dispositivos para producir un entendimiento multicultural de los niños y de la sociedad.

Palabras-llave: Violencia. Ciberespacio. Discurso. Representaciones. Niños indígenas.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
I	TECENDO O FIO TEÓRICO PARA COSER A REFLEXÃO E CERZIR OS SENTIDOS	19
1.1	(Des)construindo os aportes teóricos: percurso histórico do explícito ao implícito	23
1.2	Escavando os arquivos: das <i>epistemes</i> à exclusão social	29
II	INFÂNCIA INDÍGENA VILIPENDIADA, INFÂNCIA INDÍGENA VIOLENTADA	43
2.1	(Des)construindo as condições de produção: infância, violência e pós-modernidade	47
2.2	Violência contra a criança: real ou virtual?	57
2.3	Violência contra a criança indígena sul-mato-grossense: discurso e acontecimento	60
III	DA INFÂNCIA À VIOLÊNCIA, DA VIOLÊNCIA À INFÂNCIA: PROCESSOS DE CONTRADIÇÃO E EXCLUSÃO	71
3.1	Representação do branco sobre o índio e sobre a criança indígena	74
3.1.2	Representação da criança vilipendiada e vitimizada	76
3.1.3	Representação da criança responsável e culpada	113
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
	REFERÊNCIAS	125
	MEMORIAL DESCRITIVO	133

INTRODUÇÃO

Adolescente é morta após estupro e corpo é atacado por cães em MS: Michele Gonçalves, de apenas 12 anos, foi estuprada, morta a facadas e o corpo atacado por cães na cidade de Dourados (MS). A garota pertence a uma aldeia indígena e estava desaparecida desde o dia 5 deste mês. A polícia informou que os crimes estão recorrentes entre adolescentes nas aldeias, devido ao aumento do consumo de drogas e que vai investigar o caso, mas ninguém ainda foi identificado¹.

A reportagem introduzida como epígrafe foi utilizada para despertar, no leitor deste trabalho, (in)sensibilidades e (in)quietudes. Ainda que possam (não) ser sentimentos semelhantes aos que despertou em nós quando com ela deparamos no espaço virtual, importa mencionar que foi a recorrência de episódios dessa natureza narrados e veiculados no ciberespaço que nos instigou a tomá-los como objeto de problematização neste estudo, resultado de uma pesquisa de pós-graduação - Mestrado em Letras, na área de pesquisa Estudos Linguísticos, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul².

O interesse em entender como os regimes de verdade nutrem as representações sobre o outro e favorecem processos de exclusão social originou-se e aprofundou-se à medida que as noções sobre a Análise do Discurso iam sendo adquiridas e amadurecidas. Reflexões que se direcionaram à população indígena do estado citado, provocando diferentes questionamentos: Como essa população, escamoteada e quase dizimada ao longo dos séculos posteriores à colonização, conseguiu sobreviver nesse/a esse percurso histórico? Como as crianças, sobretudo elas, se reconfiguraram? A quais situações adversas elas foram expostas e submetidas? Tais questionamentos, entre outros, motivaram a determinação do objeto de pesquisa, mesclando temas distintos, mas que, congregados, trouxeram à tona inúmeros processos de subjetivação e exclusão na contemporaneidade: infância indígena, violência, ciberespaço, discurso e representações.

“Infância” é uma palavra que carrega, em seu bojo, representações estereotipadas, pois, em sua etimologia, chegamos ao termo originário do latim *infans*, que significa "aquele

¹ Matéria veiculada no site R7 Notícias, disponível em <<http://noticias.r7.com/cidades/adolescente-e-morta-apos-estupro-e-corpo-e-atacado-por-caes-em-ms>>, publicado no dia 12/7/2014, acessado em 14/07/2014, às 20h10min.

² Esta pesquisa integra o grupo de Pesquisa no Diretório do CNPq, intitulado "O processo identitário do indígena de Mato Grosso do Sul: análise documental e midiática da luta pela terra", sob coordenação da professora Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS/CNPq).

que não fala". Segundo Foucault (1988), as crianças, assim como as mulheres e os não saudáveis, estão inseridas no grupo composto por indivíduos privados de poder. E ausência de poder pode estar diretamente correlacionada a indivíduos pertencentes a grupos minoritários, cujos membros estão à margem da sociedade, em decorrência de processos de exclusão e violência.

O sintagma “violência” origina-se latim *violentia*, "força ou agressão", derivada do verbo *violare*, que significa "tratar com força" (FALEIROS, 2009). A violência contemporânea tem assumido características múltiplas, advindas de diversos lócus, pois pode ser praticada pelo Estado, por instituições, por grupos sociais e religiosos, por organizações públicas ou privadas e por indivíduos. Atualmente, denomina-se violência contra crianças e adolescentes toda e qualquer violação dos direitos presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal nº 8.069/90).

No tocante aos indígenas, deparamos com um alto índice de crianças e adolescentes vítimas de alguma forma de violência. Segundo relatórios de violência contra os povos indígenas do Brasil, elaborados pelo CIMI - Conselho Indigenista Missionário³, 92 crianças indígenas sul-mato-grossenses morreram por falta de condições adequadas em 2010. No relatório de 2011, o estado do Mato Grosso do Sul liderou o número de casos de violência contra a população indígena, ranqueando todas as modalidades de violações, totalizando 174 dos 378 registros de violência em todo o Brasil.

As práticas violentas atingem meninos e meninas indígenas e configuram-se de diversas formas: por discriminação, preconceito, racismo ou ainda situações de enfrentamento direto como conflito de terras, desnutrição, negligência e omissão de cuidados básicos. Esses dados são reproduzidos e circulam pelos espaços sociais por meio dos grandes meios de comunicação, em que se inclui o ciberespaço. Os enunciadores desses discursos se valem de dispositivos e estratégias para reconstruir e reproduzir os dados, de que resultam efeitos de sentido gerados a partir do que seus dizeres autorizaram. Se considerarmos o exposto, outras questões apresentam-se para direcionar a discussão aqui engendrada: Em quais estratégias e aparatos esses discursos se ancoram e quais representações da criança indígena em situação de violência são geradas? De que forma tal criança é representada pela sociedade hegemônica/branca, sobretudo em um espaço tão incerto e fluido como o ciberespaço? Quais contribuições transdisciplinares, então, se poderiam extrair do estudo do problema da violência infantil sobre/entre os povos indígenas?

³ Relatórios anuais de violência contra os povos indígenas do Brasil. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/pub/CNBB/Relat.pdf>>. Acesso em 13 de agosto de 2013, às 15h30min.

Tais questões e as primeiras reflexões por elas suscitadas estimularam-nos a repensar os estudos de Guerra (2010, p. 72) sobre o indígena sul-mato-grossense, como sujeito que se encontra num “entre-lugar identitário, nesse entre-espço cultural e histórico: nem branco, nem bugre”. Partimos, então, da hipótese de trabalho de que a criança indígena é concebida como sujeito marginalizado e vilipendiado, pois ela é duplamente excluída – primeiro, por ser criança; segundo, por ser gerada dentro da comunidade indígena –, carregando a marca de um grupo minoritário e representado pela sociedade hegemônica como constituído de sujeitos inferiores, moldados a partir de exclusões históricas. Assim, a criança se encontra à margem da margem social, num entrelugar, representada por um ser-estar entre as fronteiras. (GUERRA, 2010).

Buscamos, portanto, compreender como as crianças indígenas sul-mato-grossenses são representadas, no espaço virtual, pela sociedade branca e como essas representações se solidificam por meio das relações de poder. Dessa forma, este trabalho justifica-se por possibilitar a reflexão e o desenvolvimento de novos olhares sobre a forma de conceber e tratar a infância indígena. Ao pensarmos nos sistemas socioculturais, ideológicos e históricos que produzem efeitos no desenvolvimento da identidade social, temos que fazer emergirem os efeitos e incidências dos regimes de verdade sobre a subjetivação da criança indígena, na possibilidade de torná-la visível, ou, quem sabe, de dar voz a um sujeito subalterno.

Partindo dessas problematizações, este trabalho teve como objetivo geral trazer à tona representações de crianças indígenas sul-mato-grossenses vítimas de violência retratadas no espaço virtual. Para trazermos à baila essas representações, tomamos, como objetivos específicos: problematizar as relações de poder que perpassam as práticas discursivas, identificar formações discursivas, interdiscursos e marcas que constituem a memória discursiva; identificar efeitos de sentido produzidos nos dizeres dos enunciadores, analisando as formas pelas quais a materialidade linguística faz irromper representações estereotipadas e marcas da exclusão social.

Trabalhamos com a visão discursiva e desconstrutivista, aliada à corrente Análise do Discurso de linha francesa (AD), desenvolvida pelo filósofo Michel Pêcheux na década de 1960 e que traz em seu bojo a tríplice entente da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise. A AD veio para desconstruir a tradicional forma de analisar a linguagem, questionando a homogeneidade, a transparência e a intencionalidade do discurso. Pêcheux (2012) problematiza a relação entre universos logicamente estabilizados e, ao abordar a história, trabalha pelo viés da interpretação: a história é a interpretação dos fatos ocorridos em

determinado momento. O discurso é um acontecimento e é enfrentado em sua singularidade de irrupção, sendo então concebido como efeito de sentidos entre sujeitos que ocupam “lugares determinados na estrutura de uma formação social”. (PÊCHEUX, 1991, p.82).

Toda realidade transformada em linguagem é uma forma de interpretação ou uma representação dessa realidade; o discurso não surge no vazio. Na origem do processo discursivo, há uma formação discursiva permitindo as condições de sua existência. “Os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas.” (ORLANDI, 2005, p. 30). As palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas. (PÊCHEUX, 1990).

O discurso é determinado no interior da formação discursiva que assegura sua unidade e emerge a um campo associado, formado pelo conjunto de dizeres já ditos e já esquecidos. As formações discursivas se ligam à análise que diagnostica as relações entre saber e poder, pois determinam o que pode e deve ser dito, tecendo o biopoder; poder de gerir a vida da população, sua saúde, o que garante a governamentabilidade, a disciplinarização e docilidade dos corpos dos indivíduos. (FOUCAULT, 2007a, 2007b).

Para atingir os objetivos propostos, seguimos os procedimentos que caracterizam o método foucaultiano arqueogenealógico. Segundo Foucault (2007a), a noção de arqueologia refere-se à problematização das regras, das formações discursivas que subjazem aos discursos (os arquivos); já a genealogia diz respeito às associações de força, aos conflitos, às relações de poder materializadas no discurso. Nossa escolha deriva do fato de entendermos que a metodologia proposta por Foucault é a mais pertinente a este estudo, que visa desnudar discursos cristalizados, ditos como normais e normalizadores, provenientes do espaço virtual.

Importa mencionar que tomamos a materialidade linguística, por meio dos discursos, como local privilegiado onde as relações de poder se instauram e se manifestam no percurso histórico, promovendo efeitos positivos ou negativos, conforme os diferentes efeitos de sentido produzidos.

Para iniciar a “escavação”, foi necessário buscar materiais que pudessem compor o *corpus* de pesquisa pelo ciberespaço. A princípio, nosso objetivo era levantar discursos (re)produzidos em blogs especificamente para problematizarmos como essa nova tecnologia interpela os processos de subjetivação no tocante às representações instauradas ou mantidas sobre a criança indígena. A dificuldade para encontrar materiais suficientes conduziu-nos,

entretanto, a estender a coleta para os diversos espaços na virtualidade, selecionando aqueles que suportassem notícias, artigos, reportagens ou publicações sobre a criança indígena sul-mato-grossense em situação de violência. Assim, a análise se direcionou, sobretudo, para discursos midiáticos, em que o espaço virtual apenas serviu de suporte metodológico para que conseguíssemos reunir dizeres/discursos sobre tal criança. Utilizamos a ferramenta virtual de busca do serviço *Google Search*⁴, por meio das seguintes palavras-chave: “crianças indígenas”, “violência”, “aldeias”, “Mato Grosso do Sul”. Persistindo a dificuldade de encontrar materiais sobre a temática, estendemos as palavras-chave para “índios” e “população indígena”.

De um universo de 25 resultados da busca, selecionamos dez *sites* que discorriam de forma mais detalhada sobre a violência noticiada, excluídos, assim, aqueles que se limitavam a reproduzir matérias *hiperlinkadas* de *sites* midiáticos, que traziam apenas o tipo de violência e o local, sem discorrer sobre pormenores. Também foram excluídos *sites* em que o porta-voz era a própria comunidade indígena, visto que a pesquisa propõe um olhar problematizador para os dizeres do branco⁵ sobre a criança indígena.

Após o primeiro levantamento, os recortes foram selecionados a partir da manifestação de relações de poder e processos de exclusão presentes, identificadas por meio da irrupção de regularidades e positivities tensionadas na materialidade linguística. (FOUCAULT, 2007). Por meio dessa nova delimitação, foram selecionadas seis matérias publicadas durante os anos de 2007 a 2013, provenientes de *sites* diferentes, em que pudemos captar representações da criança indígena sul-mato-grossense construídas pelo discurso jornalístico, (re)produzidos no espaço virtual, e de que resultaram os seis recortes que viriam a compor o *cópus* a ser analisado.

As matérias selecionadas discorrem sobre situações de violência contra crianças indígenas, sobretudo do povo Guarani-Kaiowá, residentes em aldeias próximas ao município de Dourados (região da Grande Dourados/MS) e versam sobre temas em comum, tais como: violência, terra, educação, saúde, segurança e políticas indígenas. Os *sites* que fomentaram a escolha dos recortes, embora distintos em sua constituição, apresentam enunciadores

⁴ O *Google Search* (www.google.com.br) é um serviço da empresa Google, onde é possível fazer pesquisas na internet sobre qualquer tipo de assunto ou conteúdo. É atualmente o serviço de busca mais usado e também o primeiro serviço lançado pela Google Incorparações. Informação disponível no *site* da Wikipédia, disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Search>, acessado em 22 de setembro de 2014, às 15h26min.

⁵ Embora a maioria dos antropólogos e historiadores costumem sugerir a utilização do termo "não índio", utilizamos, nesta pesquisa, o termo “branco” para identificar todos os que não são índios, não necessariamente apenas os brancos. Tal designação se ancora nas fundamentações de Limberti (2009, p. 22), aos justificar que os próprios índios, em seus discursos, utilizam o termo “branco” para se referir ao outro.

jornalistas, seis do sexo feminino e dois do sexo masculino. Os recortes são identificados pela inicial **E** (excerto) seguida da numeração correspondente (**1, 2, 3, 4, 5, 6**) em negrito.

Embora haja diversos estudos sobre a infância e sua relação com o espaço midiático, envolvendo relações de poder, houve dificuldade, durante o levantamento bibliográfico, para encontrar estudos que discorressem sobre ou que problematizassem a representação de criança ou de infância, sobretudo no que se refere à população indígena sul-mato-grossense, no espaço virtual. Esse fator favoreceu, no entanto, o caráter inédito e relevante deste estudo, tanto para a academia, quanto para a sociedade.

Perscrutamos diversas obras, livros, artigos, apresentações em eventos e similares para nos ancorarmos. Autores clássicos da Análise do Discurso, filósofos dos estudos culturais e estudiosos da área desconstrutivista e transdisciplinar ofereceram-nos suporte teórico e metodológico para as reflexões aqui articuladas. Já no que tange ao direcionamento de nosso olhar para este sujeito tão preterido nos meios sociais: a criança indígena do estado do Mato Grosso do Sul, o levantamento incidiu sobre trabalhos sobre esse sujeito ou sobre esse objeto de estudo ou com temática semelhante.

Silveira (2000), em *Infância na mídia: sujeito, discurso e poderes*, analisou três modalidades enunciativas da programação brasileira – comerciais, peças de telejornalismo e um quadro da telerrevista *Fantástico* –, buscando estabelecer uma relação entre a produção de discursos e os processos de subjetivação na cultura contemporânea. Ancorado também na Análise do Discurso, especialmente na perspectiva de Michel Foucault, objetivou verificar como a variedade de inserções da figura da criança nos produtos veiculados na mídia constrói um discurso sobre a infância no Brasil e influencia a sociedade. O trabalho chega à identificação de um sujeito infantil fruto de uma racionalidade adulta, que concebe, ainda hoje, uma infância idealizada e mitificada: uma representação da criança como uma "caricatura de felicidade plena".

Por mais que áreas de conhecimento como a Psicologia e a Educação avancem no sentido de promover uma vida mais substantiva para a criança, pesquisas como essa dão provas de quanto o imaginário adulto brasileiro exclui algumas crianças, sobretudo quando estas não têm a imagem de felicidade ou não fornecem indícios de um futuro promissor, de acordo com as expectativas mais frequentemente alimentadas na sociedade.

Já Rizzo e Müller (2010), no artigo denominado "Infância e televisão: um estudo sobre as manifestações da reinvenção da infância no discurso publicitário", partem do pressuposto da "reinvenção" da infância, que, como produto das manifestações da cultura (e parte

integrante dela), está sujeita a sofrer modificações, influenciadas por diversos fatores, inclusive pela publicidade. O objetivo do trabalho foi estudar a ressignificação da infância pela perspectiva da emissão das mensagens publicitárias, por meio da análise de comerciais veiculados na televisão em outubro e novembro de 2006, buscando identificar, na publicidade, denotações que podem sugerir à sociedade mudanças na construção das representações sociais da infância. Pôde-se verificar que a publicidade, em determinados momentos, interfere na construção da representação de infância que vige nos grupos sociais que atinge. A infância e os seres humanos são o produto histórico dos mecanismos de poder, e, ao mesmo tempo em que a cultura é criada pelo povo, este é determinado pela cultura. Como os demais traços da cultura de uma sociedade, certos hábitos sofrem influências e são moldadas ao longo dos tempos por diferentes fatores, dentre os quais as diversas formas de mídia e a publicidade.

Limberty (2012), em seu livro *A Imagem do índio: discursos e representações*, propôs um estudo da imagem que o não índio faz da realidade do índio, tendo como objetos de análise A Carta de Pedro Vaz de Caminha, considerado o discurso fundador, a matriz de representação da realidade indígena, e algumas notícias sobre os Kaiowá da Reserva Indígena de Dourados - MS, veiculadas pelo jornal *O Progresso*. A análise se deu a partir do quadro teórico da Semiótica greimasiana, focalizando a imagem do índio, os processos discursivos de sua produção e suas estratégias de representação e chegando à identificação de representações do índio como um ser inferior e incapaz.

Guerra (2010), em seu livro *O indígena de Mato Grosso do Sul: práticas identitárias e culturais*, resultado de estudos pós-doutorais, investiga como a produção da identidade indígena, especificamente do/no referido estado, manifesta-se no discurso oficial. Pela análise de enunciados contidos no Estatuto do Índio e na I Conferência Regional dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul, a autora problematiza discursos acerca da construção da identidade do índio e reflete sobre o quanto essa população carrega uma marca estigmatizada, que teima em "borrar" seu passado e interferir negativamente em sua vida.

Diante do exposto, entendemos que tais estudos, inclusive os não citados aqui, trouxeram contribuições para que refletíssemos sobre o impacto que a mídia e documentos oficiais, por meio de representações preconceituosas, têm causado no cotidiano dos cidadãos brasileiros, provocando transformações na constituição da subjetividade dos leitores, telespectadores, internautas e para a sociedade de forma geral.

Definida nossa opção pela AD, descritos nossos objetivos e métodos, elucidamos que este trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro, intitulado "Tecendo o fio teórico

para coser a reflexão e cerzir os sentidos", trouxemos o arcabouço teórico utilizado em nossa pesquisa. No capítulo seguinte, mobilizamos as condições de produção que ancoraram a irrupção dos excertos analisados, a partir das concepções de infância e de violência, perpassadas pela compreensão do ciberespaço, no tocante à comunidade indígena sul-mato-grossense. Assim, nesse segundo capítulo – "Infância indígena vilipendiada, infância indígena violentada" –, procuramos lançar luz a dois questionamentos básicos: Quem são essas crianças de que se fala na tela? Que percurso histórico elas vivenciaram após a colonização?

No terceiro capítulo, intitulado "Da infância à violência, da violência à infância: processos de silenciamento e exclusão", problematizamos a materialidade linguística sobre as crianças indígenas vítimas de violência. Tal materialidade é analisada da perspectiva desconstrutivista, permitindo-nos chegar a diferentes representações de criança. A partir das discussões, diálogos e duelos encontrados nas questões que se apresentam na análise do corpus, questionamos o que se tornou naturalizado pelo ciberespaço, e, conforme Coracini (2010), o que se cristalizou pelo cotidiano, pelo hábito e pela cultura.

Dessa forma, espera-se que as reflexões construídas possam deslocar representações da criança, da margem para sua inclusão social, além de fomentar outros estudos transdisciplinares sobre os processos identitários dos indígenas e sobre a sua exclusão social.

CAPÍTULO I

1. TECENDO O FIO TEÓRICO PARA COSER A REFLEXÃO E CERZIR OS SENTIDOS

É como se aí onde estivéramos habituados a procurar as origens, a percorrer de volta, indefinidamente, a linha dos antecedentes, a reconstituir tradições, a seguir linhas evolutivas, a projetar teleologias, e a recorrer continuamente às metáforas da vida, experimentássemos uma repugnância singular em pensar a diferença, em descrever os afastamentos e as dispersões, em desintegrar a forma tranquilizadora do idêntico (FOUCAULT, 2007a, p13-14).

A partir da epígrafe, consideramos adequado começar a tecer o fio teórico deste estudo, cujo olhar se dirige para a análise de discursos sobre representações de crianças indígenas em situações de violência produzidas no ciberespaço. Escamotear o outro, quando diferente de si, é uma prática, embora *démodé*, habitual desde os primórdios da humanidade, no entanto, se outrora a exclusão foi explícita, nos tempos modernos ela é sutil, é discursiva. Ao propormos um estudo que problematiza representações da/sobre a criança indígena vítima de violência, adotamos, como objeto de análise, discursos jornalísticos da sociedade hegemônica, sobretudo da comunidade branca, veiculados na virtualidade, os quais têm construído estereótipos, legitimado regimes de verdade e excluído o outro.

Com o advento da comunicação planetária via redes de teleinformática, conforme os estudos de Lévy (2001, 1998), o ser humano está provavelmente convergindo para a constituição de um novo meio de comunicação, de pensamento e de trabalho, à medida que se instaura uma nova antropologia do virtual, por meio da fusão dos meios de comunicação de massa. Segundo Santaella (2002), todo e qualquer tipo de signo pode ser recebido, estocado, tratado e reproduzido via computador. A informática, congregada à telecomunicação, permite que dados "cruzem oceanos, continentes, hemisférios, conectando potencialmente qualquer ser humano no globo numa mesma rede gigantesca de transmissão e acesso que vem sendo chamada de ciberespaço" (SANTAELLA, 2002, p. 52). Mas que consequências essa "comunicação planetária" pode trazer para os estudos identitários, sobretudo no que tange às crianças indígenas?

Assim, ao pensarmos nos sistemas socioculturais, ideológicos e históricos que produzem efeitos no desenvolvimento da identidade social, temos que fazer emergir os efeitos

e incidências dos regimes de verdade sobre a subjetivação da criança indígena, na possibilidade de dar voz ao outro. O cerne do questionamento deste estudo consiste em perscrutar se relações de saber-poder que transitam na materialidade do ciberespaço mantêm ou instauram "novos" regimes de verdade e concepções da criança indígena.

Navarro-Barbosa (2007), mediante estudo de obras do filósofo Michel De Certeau, enquadra o jornalismo – seja impresso, televisivo ou virtual – na categoria de sistema de produção cultural, pois tem o poder de organizar, de reorganizar e de pôr em situação de confronto os diversos discursos, bem como de servir de suporte para que os chamados "discursos fundadores" sejam constantemente comentados, ressignificados e/deslocados (NAVARRO-BARBOSA, 2007, p.97). Os direcionamentos dessas análises são pertinentes à nossa reflexão, pois entendemos, com o autor, que o saber e o poder exercidos pela mídia permitem-lhe, por meio de dispositivos, instrumentos e técnicas, praticar um "panoptismo", de onde tudo observa, mede, controla, transformando os fatos em acontecimentos históricos e memoráveis. Segundo essa ótica, o jornalismo virtual, como porta-voz de uma pluralidade de discursos, mobiliza e materializa o arquivo que se originou em torno das matérias que veiculam notícias de situações de violência que acometem as crianças indígenas.

É importante refletir que, embora o jornalismo tenha o objetivo de (d)enunciar a violência que ocorre com as crianças indígenas, os efeitos de sentido que emergem dos dados analisados nesta pesquisa reproduzem e legitimam representações excludentes e preconceituosas sobre os indígenas e suas crianças, "imaginando-os" geralmente como sujeitos fomentadores do fenômeno da violência. É sabido, conforme Guerra (2012), que pensamentos e valores repassados pelo discurso da mídia, inclusive o virtual, influenciam a representação do leitor, ora concorrendo para transformações sociais, ora prejudicando tomadas de decisão, pois, ao funcionar como porta-voz de uma sociedade, aquele discurso pode favorecer a cristalização e a reprodução de estereótipos sobre os indivíduos, sobretudo aqueles que já estão em situação de marginalidade e exclusão social, como a comunidade indígena.

Processos de exclusão e marginalização são mantidos e nutridos nas sociedades por meio das relações de saber-poder. A título de reflexão, trazemos algumas considerações sobre a obra *Nau dos Loucos*, analisada por Michel Foucault: escorraçado de suas famílias, expulso da igreja, excluído das cidades, o "louco", na renascença, foi condenado à deriva em barqueiros, prisioneiro de sua condição. Conclui o filósofo que "a navegação entrega o homem à incerteza da sorte; nela, cada um é confiado ao seu próprio destino":



Figura 01. O navio dos loucos⁶

Por meio da análise do tratamento ofertado, durante muito tempo, aos doentes mentais, aos leprosos, aos judeus, aos associaís e aos escravos, vemos como a exclusão social era materializada em ações, leis, dogmas, políticas. Já na contemporaneidade, a exclusão é velada e materializada no discurso:

Analisando os próprios discursos vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais do que utilizar esses signos para designar coisas. É esse "mais" que os torna irredutíveis á língua e ao ato de fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2007a, p.55).

Diante do exposto, este trabalho se desata das concepções estruturalistas de língua, enquanto sistema regular e transparente, composto por signos que apresentam seu significado único, e é com "esse mais", citado por Foucault, que almejamos perscrutar. Segundo Orlandi (1987), tomar a palavra é um ato social com todas suas interpretações, implicações, conflitos,

⁶ O Navio dos Loucos é uma pintura do artista flamengo Hieronymus Bosch (1450-1516), executada em óleo sobre madeira. Faz parte do acervo do Museu do Louvre, em Paris, onde chegou em 1918 e é exibida com o título de *La Nef des fous*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Navio_dos_Loucos_%28Bosch%29>. Acesso em 17 de janeiro de 2014, às 14h26min.

reconhecimentos, relações de poder e constituição de identidade. Assim, esta pesquisa ancora-se na Análise do Discurso (AD) de linha Francesa, sob uma perspectiva transdisciplinar, pois tratar da língua, segundo AD, é reconhecer seu caráter híbrido e heterogêneo; é conceber a língua como construção sócio-histórico-ideológica, articulando sentido, história e sujeito. Nessa tessitura, há um conceito específico de “história” que não corresponde à visão tradicional (simultaneidades e sucessividades), mas de uma “nova história”, cuja reflexão substituiu a natureza e seus signos pelo estudo da série, e atribui um novo estatuto e um novo sentido ao acontecimento. (GREGOLIN, 2004).

Ao termo desta análise, não é possível estudar a linguagem fora da sociedade que a produz, uma vez que os processos constitutivos da linguagem são histórico-sociais. Sociedade e linguagem se constituem mutuamente. Assim, a AD procura incluir o que foi excluído pelas primeiras correntes teóricas, tomando como objeto de análise (também) a relação da exterioridade como constituinte do discurso. Segundo Orlandi (1983), o discurso, visto dessa perspectiva, é menos transmissão de informação do que efeito de sentidos entre locutores, sendo considerado como ação social.

Michel Pêcheux (1938-1983), filósofo francês, um dos fundadores da AD como corrente teórica, estabeleceu uma relação tensa com os conceitos e métodos da linguística tradicional, problematizou o corte entre língua/fala, por meio da releitura de Saussure, releu teorias marxistas e freudianas, cujas interpretações incitaram o desenvolvimento de um novo marxismo e uma nova teoria do sujeito, respectivamente. Desde quando as concepções de Marx e Freud entenderam que os fenômenos sociais e comportamentais são, obrigatoriamente, condicionados por forças e sistemas impessoais, como o capitalismo e o inconsciente, deslocou-se o estudo da consciência ou das escolhas individuais, concebendo que o sujeito, resultante de uma construção, deriva desses sistemas impessoais. Por conseguinte, os sujeitos não controlam os códigos e as convenções que os regem: suas escolhas e respostas estão condicionadas ao inconsciente e à ideologia.

Nessa esteira, abandona-se a noção de sujeito cartesiano, sujeito da racionalidade, da consciência, e, portanto, do controle de si e dos outros, e assume-se a noção de sujeito discursivo e interpelado, tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente. Esse cenário teórico que percorreu a Europa dos anos 1960 representou uma tentativa antipositivista para apreender e explicar o entrecruzamento entre a linguagem e a história, uma base teórica crítica que abalou a biunivocidade da relação significante-significado, que sacudiu as certezas científicas do funcionalismo positivista e da análise do estruturalismo, teoria explanada no

próximo subcapítulo, a qual fomentou novos olhares para os discursos sobre as crianças indígenas.

1.1. (Des)construindo os aportes teóricos: percurso histórico do explícito ao implícito

A AD surgiu na França num momento histórico perpassado por conflitos e tensões políticas, postando-se como problematizadora das normatizações, da transparência dos sentidos; logo, uma “crítica à afirmação do óbvio”. Pêcheux e Foucault, por meio dos seus diálogos e duelos, teceram os fios com os quais se coseu essa teoria, cujo objetivo incitou a necessidade de novos desenhos no campo do conhecimento linguístico, cerzindo-se três noções teóricas com maestria: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise.

Pêcheux refere-se a essas noções como a “Tríplice Aliança”, que ancorou o desenvolvimento e a construção da Análise do Discurso, a qual foi, progressivamente, amadurecida e retificada. Segundo Pêcheux, a partir de 1975, os movimentos revolucionários começaram a desmoronar, com a crise do marxismo e estruturalismo, acarretando uma reconfiguração dos embasamentos epistemológicos subsidiários da AD, decorrente da forte aproximação com as filiações teóricas do psicanalista Jacques Lacan e do filósofo Louis Althusser.

Ao termo da psicanálise lacaniana, considera-se que há um Eu enquanto instância do desconhecimento, da ilusão, situado no registro do imaginário, diferente do sujeito do inconsciente, enquanto instância simbólica. O simbólico é o campo da linguagem do significante, e este precede e determina o significado, caracterizando o "Outro" que antecede o sujeito, que só se constitui por meio deste – o inconsciente é o discurso do Outro. O campo de ação da psicanálise situa-se então na fala, onde o inconsciente se manifesta, por meio do lapso, de atos falhos, esquecimentos, chistes e de relatos de sonhos. As teorias psicanalíticas descentraram o sujeito em relação às leis de seu desejo. Althusser (1987 *apud* GREGOLIN, 2004, p. 39), por meio da aproximação com essa teoria, inscreve um dos seus primeiros deslocamentos, denominado o *sintoma*:

Trata-se de inscrever a leitura no rigor linguístico, a chave da inteligibilidade no interior do próximo texto, em sua economia interna. Essa ideia de “leitura sintomal” é tomada pela fusão entre propostas de Lacan e de Foucault. A partir de Lacan, *sintomal* refere-se àquilo que não é visível e que se refere à falta, à ausência. (...) lê o discurso do outro, mostrando aquilo que não fora percebido por eles e essa leitura propicia “um levantamento de concordâncias e discordâncias”, trata-se das positivities não problematizadas, não questionadas. A ideia de leitura sintomal propõe que a realidade mais essencial é, portanto, a mais escondida, não se situando nem

na ausência do discurso, nem no explícito deste, mas no entremeio de sua latência.

Para isso, é preciso afastar-se do vivido, do psicológico, dos modelos conscientes e da dialética da alienação: todas as ciências deveriam ser questionadas a partir da filosofia do materialismo histórico a fim de se libertarem dos resíduos ideológicos.

Outro conceito caro para a teoria althusseriana é a ideologia, entendendo-a o autor como uma relação imaginária que homens mantêm com as suas condições reais de existência. Derivada do domínio do "vivido", a ideologia solidifica as relações sociais, tornando-as suportáveis para os seus diversos atores, além de contribuir decisivamente para a reprodução da força de trabalho e das relações de produção que lhe são próprias.

No plano institucional, a difusão da ideologia da classe dominante é assegurada pelos Aparelhos Ideológicos de Estado, entidades disseminadas por toda a conjuntura social, como a Igreja, a Escola, a Família, as quais veiculam a mensagem da ordem estabelecida, funcionando predominantemente pela persuasão. Quando necessário, esses aparelhos atuam pela coerção, ao contrário dos Aparelhos Repressivos do Estado, que são predominantemente repressivos ou violentos e esporadicamente persuasivos. (ALTHUSSER, 1983). A partir de uma releitura de Althusser, Pêcheux entende que há, no discurso, um espaço privilegiado para a ideologia se materializar, de modo que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica, destacando, entretanto, que essas relações são contraditórias e não fixas. Nessa esteira, Pêcheux passa, gradualmente, de uma abordagem mais estruturalista, para outra em que o recurso às teorias foucaultianas e psicanalistas se tornam mais presentes.

A tensão e o diálogo entre conceitos e acepções caracterizaram as diferentes épocas que constituem a Análise do Discurso: o campo teórico da análise do discurso francesa precisou ser revolvido, na tentativa de considerar a articulação entre o discurso, sujeito e a história. Enquanto, na chamada "primeira época da AD", a análise se caracteriza por detectar e construir sítios de identidades que se davam num espaço discursivo supostamente dominado por condições de produção estáveis e homogêneas (PÊUCHEUX, 1983), a "segunda época da AD", no ápice do amadurecimento da teoria, apresentava uma proposta teórico-metodológica que já trazia em seu bojo os conceitos de interdiscurso, o já dito, o sujeito assujeitado e as formações discursivas. Isso inicia o movimento em direção à heterogeneidade, ao caráter faltoso da língua, à impossibilidade de estancamento dos sentidos.

Segundo Orlandi (2005), o interdiscurso é concebido com uma memória discursiva, definida não como a memória cognitiva, mas como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. É o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a

forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. O dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua.

O interdiscurso é tido como todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular, se apague na memória para que, passando para o "anonimato", possa fazer sentido em minhas palavras. "A memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos), elementos citados e relatados, discursos transversos, etc." (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Embora as teorias tradicionais tentem tecer a trama de um sujeito livre e universal, na AD enfatiza-se o caráter contraditório e desigual do assujeitamento do sujeito: interpelado pela ideologia, verifica-se, mesmo que ilusoriamente, o exercício de sua livre vontade. O sujeito, por se constituir no/pelo outro, é sempre "efeito de linguagem", daí a compreensão de que é dividido, clivado, heterogêneo. Nas palavras de Authier-Révuz (2004, p. 69): "para um sujeito dividido, "clivado", não há centro, de onde emanariam, particularmente, o sentido e a fala, fora da ilusão do fantasma; mas manter essa ilusão de um centro é a função necessária e normal do eu para o sujeito".

Em consonância com essa proposta de sujeito dividido, Pêcheux (1999) elaborou uma teoria sobre os "dois esquecimentos". O esquecimento número um, da ordem do inconsciente, resulta do controle e da interpelação ideológica: o sujeito assujeitado pensa que é a fonte do dizer, quando, na realidade, retoma sentidos pré-existentes, reproduz o já-lá, o pré-construído. O esquecimento número dois, da ordem da enunciação, refere-se à ilusão dos sentidos produzidos no dizer do sujeito, que acredita que seu enunciado carrega apenas um sentido único, embora os diversos efeitos de sentidos sejam gerados por meio da situação da enunciação e das condições de produção. A unidade de sentido do discurso é construída, para a AD, pela interação verbal, que é histórica, pela relação mantida com uma ideologia e pela destituição do sujeito como senhor do seu dizer.

As reflexões pecheutianas elucidadas partem de um conceito caro para a AD: o de dialogismo, proposto pelo filósofo russo Mikhail Bakhtin. O pensador opõe-se às concepções tradicionais, identificadas por ele como "subjetividade idealista" – o ato de fala é individual e explicável com base nas condições da vida psíquica do sujeito falante – e o "objetivismo

abstrato" – descarta a enunciação e o ato de fala individual dos estudos linguísticos, por privilegiar a língua como sistema de signos abstrato e autônomo. (BAKHTIN, 1997).

Segundo o autor, toda palavra comporta duas faces, determinadas tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. A palavra constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte, sendo o diálogo entendido como interação verbal (BAKHTIN, 1997, p.113). Logo, a enunciação é dialógica e, portanto, um fenômeno social. A dialogia também pode ser polifônica, outro conceito caro para Bakhtin, cuja definição pode ser compreendida como interação de diferentes vozes e consciências dentro de um mesmo espaço-texto.

Nesse ir e vir teórico, Pêcheux (2012) abre várias problemáticas sobre o discurso e a interpretação. No seu livro *Discurso: estrutura ou acontecimento?*, resultado de uma apresentação na Conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: limites, Fronteiras, Restrições”, em julho de 1983, ele analisa o discurso no seu batimento. Ao considerar tanto a sua estrutura quanto o acontecimento que lhe dá origem, problematiza, em três capítulos, a relação entre universos logicamente estabilizados e o das formulações equivocadas. Ao abordar a história, o autor trabalha com ela pelo viés da interpretação, isto é, o que entendemos por história é a interpretação dos fatos ocorridos em determinado momento.

Pêcheux propõe-se analisar o entrecruzamento do acontecimento, da estrutura e da tensão entre descrição e interpretação do enunciado “On a gagné”, proferido por François Mitterrand, no momento em que foi eleito presidente da França, em 10 de maio de 1981. Tem-se aí um acontecimento histórico, a eleição presidencial, que dará origem ao acontecimento discursivo, o que remete à produção de inúmeras significações, segundo as condições de produção de sentido de cada um daqueles que ouviram (ou leram) o enunciado. Produção de sentido que remete à memória discursiva constitutiva daquele acontecimento, segundo a inserção política de cada um.

Se tomados pelo ângulo da mídia, os resultados eleitorais também podem assumir a mesma univocidade lógica, marcada pela frase completa, ou ao menos sem as lacunas deixadas pelo pronome indeterminado “on”. A mesma estrutura sintática e lexical ganha, entretanto, sentidos bem diferentes, quer seja encarada como resultante de um universo estabilizado, quer seja considerada como atravessada por uma série de equívocos. Um mesmo enunciado produz deslizos de sentido em acontecimentos diferentes.

Segundo a teoria pecheutiana, a memória discursiva caracteriza-se pelos diferentes fatos que precedem à enunciação: o acontecimento se dará em um momento singular do

tempo, mas a essência do ato se encontrará para sempre na própria estrutura do objeto que o representará. Ele se tornará, indissociavelmente, documento histórico e monumento de recordação. (ACHARD, 1999, p. 26).

Se partirmos da premissa de que todo sujeito falante é afetado pela história e sempre há algo anterior a ele, devemos direcionar os estudos não somente para a análise gramatical do enunciado; importa buscar também os mecanismos de produção, lugar este que é ocupado pela memória discursiva, ou seja, tudo aquilo que precede o enunciado e suas condições de produção, como quem diz, de onde diz e a partir de que lugar o diz:

[...] a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. A enunciação deve então, ser tomada, não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer, a retomada e a circulação do discurso. Entre outras consequências desta concepção, levaremos em conta o fato de que um texto dado trabalha através de sua circulação social, o que supõe que sua estruturação é uma questão social, e que ela se diferencia seguindo uma diferenciação das memórias e uma diferenciação das produções de sentido a partir das restrições de uma forma única (ACHARD, 1999, p. 17)

Esse efeito de opacidade, que marca o momento em que os "implícitos" não são mais reconstruíveis, é provavelmente o que compele cada vez mais a AD a se distanciar das evidências da proposição, da frase e da estabilidade parafrástica e a interrogar os efeitos materiais de montagens de sequências, sem buscar, a princípio e antes de tudo, sua significação ou suas condições de interpretação. Instaure-se então a noção de heterogeneidade constitutiva. É o equívoco da língua: toda sequência de enunciados pode ser descrita como uma série de pontos de deriva possíveis, que dão lugar à interpretação. E esses sentidos são/estão inscritos no momento histórico-social e na memória discursiva que constituiu toda formação discursiva. Para que se produza sentido, é necessário que as condições de existência desse efeito estejam dissimuladas para o próprio sujeito, que ilusoriamente acredita ser a origem do sentido e poder controlar o seu dizer de posse de uma linguagem que crê – ilusoriamente – transparente e inequívoca.

Acerca desse tema, Foucault (2007a) afirma que todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já dito; e que esse já dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um “jamais dito”, um discurso sem corpo. Assim, o filósofo, na elaboração de seu livro *Arqueologia do saber*, nega que a análise do discurso possa ser, resumidamente, a busca e repetição de uma origem que escapa a toda determinação histórica. Para o filósofo, é preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão

temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços. Assim, não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância, na sua irrupção.

A noção de acontecimento, para Foucault, está relacionada à noção de atualidade, que, diferente da noção de presente, é desenvolvida a partir de certo tipo de temporalização entre o presente e o atual. Para Fonseca-Silva (2007), essa análise problematiza a atualidade como acontecimento e argumenta que, na descrição de acontecimento discursivo, a questão que se apresenta é saber como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar. O enunciado, na perspectiva foucaultiana, é a unidade elementar do discurso e uma função de existência.

Se pensarmos, então, como os enunciados sobre as crianças indígenas são gerados, devemos direcionar olhares para o momento de sua irrupção. Somente assim poderemos identificá-los, reconhecê-los, percebê-los e considerá-los em si mesmos. Os enunciados jornalísticos sobre as crianças indígenas põem em movimento uma memória que atualiza inúmeras versões conflitantes do mesmo acontecimento: a violência infantil. Assim, tais enunciados põem em cena a manipulação desse acontecimento pelas memórias e materializam o confronto entre memória hegemônica e memórias marginalizadas.

Em consonância com esses aportes teóricos, temos Jacqueline Authier-Révuz, autora do artigo "Heterogeneidade(s) enunciativa(s)" e "Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido". A linguista articulou o dialogismo de Bakhtin, o interdiscurso de Pêcheux e a psicanálise de Lacan para compor um quadro epistemológico que pudesse sustentar teoricamente o que ela denomina de heterogeneidade enunciativa, quando o primado teórico do *outro* sobre o *mesmo* se acentua e a homogeneidade e transparência do discurso são deslocadas. A autora traz à baila as diversas possibilidades de interpretação geradas, mencionando o *não um* como gerador do sentido, para mostrar que as palavras não têm sentido *um* (concreto) e reiterar o caráter polissêmico do discurso relatado.

Para Authier-Révuz (1984), há um aspecto heterogêneo que é constitutivo do discurso, denominado heterogeneidade constitutiva, em que o sujeito responsável pelo dizer usa um dizer que não é seu, que pertence ao outro (conforme “mostram” certas formas que inscrevem o outro na sequência do discurso, identificadas pelas materialidades linguísticas, tais como o discurso direto, a glosa, as aspas, o discurso indireto livre, a ironia, entre outros), representando o que a autora chama de heterogeneidade mostrada. Não há discurso homogêneo. Considera-se que todo texto é revelador de sua instância enunciativa (a língua

traz em si as marcas da enunciação) e que ele não pode camuflar totalmente os sentidos que correm paralelamente aos sentidos literais.

Para a AD, os sentidos de um texto não estão “prontos” para serem lidos, tampouco são transparentes; ao contrário, só podem ser apreendidos no entrelaçamento de vozes que remetem a outros discursos. Portanto, compete ao leitor a responsabilidade de interpretação, derivada da sua tomada de posição, a qual denuncia um desejo recalcado da cientificidade que todos carregamos como herança de uma cultura que se manifesta no ideal de verdade e de completude.

Assim, não se pode analisar o discurso sem considerar sua estrutura e o acontecimento ao qual ele dá origem, no trabalho incessante entre descrição e interpretação. O contexto histórico-social, a situação e os interlocutores – o que Orlandi (1983) considerou como condições de produção – constituem a instância verbal produzida, ou seja, o discurso. Portanto, o discurso não é fechado em si mesmo e nem é do domínio exclusivo do locutor: aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, ao para quem se diz e em relação a outros discursos.

Ao deslocarmos o discurso do plano cristalizado, dicionarizado, e aterrissarmos no terreno da opacidade, da falha, das derivas e dos equívocos, elucidamos, a seguir, as acepções foucaultianas, que incitam em nós valiosas reflexões sobre as relações de poder materializadas no discurso. É necessário emaranhar o fio teórico condutor desta pesquisa com as reflexões metodológicas propostas por Foucault, o qual, no cerne do pensamento filosófico europeu da década de 1960, desenvolveu uma nova forma de tratar a história e as relações entre os saberes e os poderes na história da sociedade ocidental.

Sua investigação buscou compreender a transformação histórica dos saberes que subsidiaram o surgimento das ciências humanas, destacando-se por analisar como se originava a formação dos saberes (*epistemes*), cujos discursos embasavam os campos políticos, sociais e econômicos. Foucault também questionou assuntos relegados pela sociedade acadêmica, como a loucura, as instituições manicomiais e prisionais, empreendendo estudos que trouxessem à baila as articulações entre o saber-poder e os processos de exclusão coligados.

1.2. Escavando os arquivos: das *epistemes* à exclusão social

Foucault (1926-1984) foi um dos mais polêmicos filósofos e historiadores da contemporaneidade. Conhecido como "historiador do presente", instituiu o território da história

como o campo das formações discursivas, em que se encontram o discurso, o sujeito e o sentido. Em suas obras, podemos observar aspectos que sugerem o saber, o poder e o cuidado de si como constituintes do sujeito. O saber é determinado pelo enunciável e pelo manifesto; já o poder é estabelecido por meio das relações de força, enquanto o cuidado de si é determinado pelos processos de subjetivação. Nessa esteira, Foucault investigou a construção histórica das subjetividades. Suas ideias estão sempre articuladas a uma reflexão sobre as relações de força materializadas por meio das práticas discursivas, as quais produzem diferentes modos de subjetivação no sujeito discursivo.

Sob os esquecimentos, as ilusões ou as mentiras que nos fazem crer nas necessidades e exigências funcionais da ordem, este trabalho se arrisca a trazer à tona representações da criança indígena em situação de violência veiculadas na virtualidade, problematizando como os dizeres se solidificam, criam estatutos e produzem diferentes formas de subjetivação na cultura indígena. Ancoramo-nos em estudos transdisciplinares que empreenderam investigações sobre o ser e estar no entre-lugar e suas consequências, por vezes perturbadoras para o sujeito. Para Bauman (2005), estar total ou parcialmente "deslocado", ou não estar totalmente em lugar algum pode ser uma experiência desconfortável.

Para engrenarmos essa jornada pelas e nas acepções foucaultianas, temos de entender que, por trás da história desordenada dos governos, das guerras e da fome, delineiam-se histórias quase imóveis ao olhar. Que ligação, então, podemos estabelecer entre acontecimentos díspares? De que história falamos? Segundo Foucault (2007a), a história com a qual estamos acostumados a deparar trabalha com uma história linear, pura, homogênea, aquela que parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos; já a história do pensamento e dos conhecimentos da filosofia parece multiplicar as rupturas e busca questionar todas as perturbações da continuidade e da positividade, sobretudo o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos e das repetições (FOUCAULT, 2007a, p. 5).

A inovação do autor foi deslocar a representação que a história manteve durante muito tempo, pautando sua justificativa antropológica em uma memória milenar e coletiva, que se servia de uma materialidade documental, ou seja, de livros, textos, registros, atas, regulamentos, costumes, que se apresentavam sempre e em toda parte, em qualquer sociedade. A história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem esses rastros que, por si mesmos, raramente são verbais:

Assim apareceram, em lugar dessa cronologia contínua da razão, que se fazia remontar invariavelmente á inacessível origem, á sua abertura fundadora, escalas ás vezes breves, distintas umas das outras, rebeldes diante de uma lei única, frequentemente portadoras de um tipo de história que é própria de cada uma, e irreduzíveis ao modelo geral de uma consciência que adquire, progride e que tem memória... Entre todos os fenômenos cujo rastro foi encontrado, será possível estabelecer um sistema de relações homogêneas: rede de causalidade permitindo derivar cada um deles relações de analogia mostrando como eles se simbolizam uns aos outros, ou como todos exprimem um único e mesmo núcleo central [*sic*]. (FOUCAULT, 2007a, p. 9-11).

A necessidade do sujeito – do desejo e da incompletude – em procurar as origens e reconstituir tradições conduz a história nova a questionar as séries, os recortes, os limites, os desníveis, as defasagens, as especificidades cronológicas, as formas singulares de permanência e os tipos possíveis de relação, com o intuito de determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries, que sistema vertical podemos formar, qual é, de umas às outras, o jogo das correlações e das dominâncias. Uma história que não seria escansão, mas devir, a revelação de todo o jogo das diferenças.

Partindo desses pressupostos iniciais, Foucault não faz história das ideias, tampouco o faz das ciências, mas realiza a análise da possibilidade da ordem e da positividade histórica, a partir da qual um saber pode se constituir, fomentando teorias, conhecimentos, reflexões e ideias. Na sua empreitada pela história dos saberes, Foucault desenvolve o método arqueológico para compreender como a construção dos saberes e suas práticas discursivas, por meio da análise dos arquivos, dão lugar a um saber, e este assume um status de ciência.

Segundo Revel (2005), para Foucault, arquivo não é a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo das regras que, numa cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados e sua permanência. Arquivo representa o conjunto dos discursos efetivamente pronunciados numa época dada e que continuem a existir ao longo da história. Fazer a arqueologia dessa massa documentária é buscar compreender as suas regras, suas práticas, suas condições e seu funcionamento. Para Foucault, isso implica, antes de tudo, um trabalho de recuperação do *arquivo geral* da época escolhida, isto é, de todos os traços discursivos suscetíveis, de modo a permitir a reconstituição do conjunto das regras que, num determinado momento, definem, concomitantemente, os limites, as formas da dizibilidade, da conservação, da memória, da reativação e da apropriação.

Arquivo é "a lei do que pode ser dito, o sistema que rege aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares" (FOUCAULT, 2007a, p. 147). O arquivo é, assim, a

garantia da memória, que, por sua vez, é responsável pela manutenção da tradição, dos aspectos culturais, dos conhecimentos que herdamos; saberes esses – muitas vezes anônimos –, que, ao permanecerem, se transformam; ao serem lembrados, são esquecidos. Em síntese, arquivo, para Foucault, é responsável pela materialização das práticas discursivas (regularidades enunciativas), sendo, assim, responsável pelos discursos. Foucault problematizou quais foram as condições de aparição das práticas discursivas, cujos arquivos fertilizaram o solo dos saberes que existiram em um dado momento histórico.

Foucault propõe escavar o arquivo sobre a loucura e o discurso da medicina para analisar as positivities e as regularidades contidas. Os arquivos analisados pelo autor mostram que as concepções sobre a loucura são controladas e regidas pelos discursos dominantes de determinada época. Na Idade Média, quando a sociedade europeia mergulhou na era das trevas, a falta de sanidade era justificada, pela religião, como um estado de espírito demoníaco. Já no Iluminismo, com o surgimento da clínica, a loucura passa a ser considerada uma desordem psíquica. Com o advento da burguesia, a loucura passa a ser retratada pelos "vagabundos", indivíduos que não se submetiam à ideologia capitalista da produtividade. Ao termo, Foucault estuda não apenas o discurso, mas também as condições de irrupção que fomentaram e "autorizaram" seu surgimento, abordando também as práticas disciplinares que objetivaram o sujeito, dividindo-o em doente ou saudável, ao passo que a cultura ocidental deu à doença o sentido de marginalidade.

A partir dessa análise, o filósofo encontra um terreno fértil para promover um diálogo conflituoso dos saberes articulados a uma genealogia de poder e dominação. O saber médico se constituiu em um pressuposto positivista, fragmentando o conhecimento entre positivo *versus* negativo, construindo dicotomias como normal ou doente, racional ou louco, produtivo ou inútil. Ao identificar a anormalidade, tudo o que escapava ao racional foi submetido a um movimento de exclusão, materializado por meio do enclausuramento: o louco no manicômio, o doente no hospital, o associal na prisão (GREGOLIN, 2004). Segundo o filósofo:

Foi reconhecer que o discurso clínico era não só um conjunto de hipóteses sobre a vida e a morte, de escolhas éticas, de decisões terapêuticas, de regulamentações institucionais, de modelos de ensino, mas também um conjunto de descrições; que este não podia, de forma alguma, ser abstraído daqueles, e que a enunciação descritiva não passava de uma das formulações presentes no discurso médico... Seria preciso caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos; o sistema que rege sua repartição, como se apóiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se apóiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se excluem, a transformação que sofrem o jogo de seu revezamento, de sua posição e de sua substituição (FOUCAULT, 2007a, p.38-39).

Por intermédio do deslocamento da história, no sentido tradicional da palavra, é concebido o novo método arqueológico, cujo objetivo é a escavação de discursos e a irrupção do acontecimento. Em outras palavras, trata-se da produção dos enunciados para compreender as condições que fomentaram sua emergência e perscrutar as dicotomias criadas em termos de estratégias e de relações de forças que incitam a produção desses discursos. Trata-se de investigar “por que determinado enunciado apareceu e nenhum outro em seu lugar”, isto é, por que tal enunciado é um acontecimento na ordem do saber. Por isso, é preciso afastar categorias tranquilizadoras, as quais fazem o discurso mostrar-se como uma unidade de continuidade.

Foucault propôs-se descrever enunciados no campo do discurso e as relações de que são suscetíveis: a questão é saber se a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam, e não pela permanência e singularidade de um objeto. Ainda, segundo Araújo (2007), importa como o discurso isola temas e objetos e quais as suas condições de possibilidade.

Ao nos propormos analisar como discursos sobre crianças indígenas são produzidos, tentamos sacudir a quietude com a qual os aceitamos. Procuramos mostrar que os discursos não justificam por si mesmos, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas para definirmos os acontecimentos discursivos que possibilitam o estabelecimento e a cristalização das representações infantis. Buscamos, segundo o método arqueológico, compreender a irrupção dos acontecimentos discursivos sobre crianças indígenas em situação de violência, investigando as condições histórico-sociais que possibilitaram o seu aparecimento, não os remetendo à longínqua presença da origem, e, sim, tratando-os no jogo de suas instâncias.

Nessa esteira, enunciado é um conceito caro para a teoria foucaultiana. Segundo Guerra e Nicola (2008, p. 29), Foucault apresenta maneiras de estudar a enunciabilidade, "visando à descrição do sistema que define as relações entre o enunciado e sua superfície de emergência, particularizando-o, tornando-o singular no jogo ou recorrências das regras e determinantes implicados na construção, manifestação e práticas discursivas". Sua emergência pressupõe articulações com outros enunciados e é necessário descrever esses jogos de relações. Foucault enxerga, no enunciado, uma articulação dialética entre singularidade e repetição: “de um lado, ele é um gesto; do outro, liga-se a uma memória, tem uma materialidade; é único, mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro”. (FOUCAULT, 2007a, p.32).

Assim, “quando se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade, diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva” (FOUCAULT, 2007a, p. 43). Para elucidar o conceito, Foucault remete ao discurso psiquiátrico no século XIX: essa formação é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Para o autor, uma formação discursiva (FD) se define quando se puder estabelecer um conjunto semelhante, ou se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão encontra seu lugar e sua lei de aparecimento, bem como se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar.

As formações discursivas não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irreducibilidade e, eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade. O foco da análise das formações discursivas diz respeito à localização de objetos de saber que surgem em seu “frescor de acontecimento”, “em uma exterioridade que talvez seja paradoxal, pois ela não reenvia a nenhuma forma de interioridade”. (FOUCAULT, 2007a). Para o pensador:

As relações discursivas, como se vê, não são internas ao discurso: não ligam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Mas não são, entretanto, relações exteriores ao discurso, que os limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou forçariam, em certas circunstâncias a enunciar certas coisas. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos que ele pode falar, ou antes, determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc. (FOUCAULT, 2007a, p. 51)

Segundo o filósofo, deve-se procurar a unidade do discurso junto aos próprios objetos, à sua distribuição, ao jogo de suas diferenças, de sua proximidade ou de seu afastamento, como um conjunto de regras que são imanentes a uma prática. O discurso tem um suporte histórico, uma materialidade que permite ou proíbe sua realização, e “isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época” (FOUCAULT, 2007a, p. 50), porque, no acontecimento discursivo, que é o enunciado, o sujeito irá ocupar uma posição, um lugar. Para o autor, o discurso é o conjunto das coisas ditas, as relações, as regularidades e as transformações que aí se podem observar, o domínio em que certas figuras ou em que certos

entrecruzamentos indicam o lugar singular de um sujeito falante. Não importa quem fala, mas o que ele diz e o fato de que ele não o diz de um lugar qualquer.

Os enunciados encontrados na mídia virtual, sobretudo em textos jornalísticos, acerca da população infantil indígena em situação de violência, dizem respeito a uma história que permeou o estado do Mato Grosso do Sul entre os anos de 2005 a 2008, embora continuem integrando as notícias que circulam no ciberespaço até os dias de hoje. Os efeitos de sentidos são possíveis e gerados a partir das formações discursivas irrompidas, as quais, por meio das estratégias e dispositivos utilizados, legitimam as práticas discursivas e determinam as formas de apreensão do "real".

Para Pêcheux (1990, p. 82), o discurso é concebido como efeito de sentidos entre sujeitos que ocupam “lugares determinados na estrutura de uma formação social”. Toda realidade transformada em linguagem é uma forma de interpretação ou uma representação dessa realidade, já que o discurso não surge no vazio. Na origem do processo discursivo, há uma formação discursiva permitindo as condições de sua existência. “Os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas.” (ORLANDI, 2005, p.30). As palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em relação às formações ideológicas. (PÊCHEUX, 2012).

O discurso é determinado no interior da formação discursiva que assegura sua unidade e emerge em um campo associado, formado pelo conjunto de dizeres já ditos e já esquecidos. A partir dos mecanismos de funcionamento da linguagem, pode-se concluir que não são os lugares empíricos ocupados pelos sujeitos que determinam os dizeres, mas a representação que o sujeito faz de si, do outro, do outro em relação a si e do referente. Portanto, o sujeito, quando enuncia, mobiliza um funcionamento discursivo, que remete às formações imaginárias. A representação que o sujeito faz desse interlocutor direciona a produção de seu discurso. (ORLANDI, 2005).

Para Foucault, não há enunciado neutro; cada enunciado funciona e toma efeito numa prática discursiva que é prestigiada, em geral, pelo fato de "produzir verdade". Se o método arqueológico procura evidenciar as práticas discursivas na medida em que elas dão lugar a um saber, e como esse saber adota o estatuto e o papel de ciência, agregar aí o conceito de genealogia é considerar o discurso como um dispositivo do saber em meio a outros, como veículo das relações entre saber e poder. Nesse amadurecimento teórico, Foucault concebe o

método arqueogenealógico como estratégia para saber como as ligações entre "verdade" e poder foram sendo construídas, cujo principal resultado foi o desenvolvimento do indivíduo normalizado e objetivado.

No capítulo intitulado "Método", do livro *História da sexualidade: a vontade de saber*, Foucault (1988) problematiza as relações de poder, fomentando reflexões que acabaram por articular algo como um método de análise sobre o conceito de poder, ou melhor, de relações de poder, embora o próprio filósofo não aceitasse que suas ideias fossem concebidas como uma teoria. Foucault (1988, p. 88) inicia o texto dizendo: “Portanto: analisar a formação de um certo tipo de saber sobre o sexo, não em termos de repressão ou de lei, mas em termos de poder”, propondo que o poder seja entendido como ação, como um jogo, uma correlação de forças entre pares, que, por meio de lutas e afrontamentos, fomentam os aparelhos estatais, a formulação da lei e as hegemonias sociais.

A noção de arqueologia refere-se à problematização das regras, das formações discursivas que subjazem aos discursos (os arquivos); já a genealogia diz respeito às associações de força, aos conflitos, às relações de poder materializadas no discurso. Problematizar as relações de saber-poder, para Foucault, não é pensar a soberania do Estado, ou a forma da lei, estas são, apenas e antes de tudo, suas formas terminais. Devemos, pois:

Compreender poder como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1988, p. 88-89).

O poder está em toda parte, não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares, no entanto, segundo Foucault, o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, mas é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada, sendo, portanto, móvel e instável. Para o filósofo, o poder se exerce em inúmeros pontos; o poder não é exterior a outros sistemas (é imanente); o poder vem de baixo, ou seja, não há uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados; as relações de poder são intencionais (objetivas); o poder cria a resistência (logo, esta não lhe é externa).

É justamente no discurso que se vêem a articular poder e saber. Deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. Não temos como conceber dois discursos, um do dominado e um do dominante; ao

contrário, há uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. Para Foucault, o sujeito é uma produção desse poder, uma vez que suas práticas são responsáveis por produzir subjetividades, ou seja, o poder, na concepção foucaultiana, é formador de uma verdade sobre o sujeito.

A sociedade ocidental ancora-se em valores positivistas e produz a pretensa ilusão de que há conceitos e significações estáveis, valores perpétuos, verdades assentadas. Essas interpretações impostas convencionalmente produzem efeitos em termos de poder e de saber institucionalizados. Por meio do método arqueogenealógico, os efeitos dessas imposições tornaram-se passíveis de análise, pois tudo o que há são interpretações, jogos de verdade. Aborda-se na e pela história as forças, dispositivos, aparelhos, instituições que produzem efeitos, especialmente sobre os corpos, as populações, as doenças, a medicina, a sexualidade, a governabilidade, as instituições pedagógicas e disciplinares. "As modificações e os investimentos de saber poder nesses espaços permitem analisar o sujeito dividido e normalizado em que hoje nos tornamos na sociedade disciplinar." (ARAÚJO, 2007, p. 95).

Como consequência ainda do discurso da medicina, a sociedade naturalizou as práticas classificatórias, de diagnóstico e pareceres, advindas do saber psiquiátrico e da psicologia; portanto tornou-se metodicamente disciplinar ao exercer domínios sobre o corpo, para dele extrair verdades. O corpo é codificado para que se torne útil e produtivo. O poder pulveriza-se na sociedade em inúmeros micropoderes e, assim, a sociedade fixa os indivíduos ao aparelho produtivo. O sistema social forjou toda uma série de técnicas de poder para docilizar o sujeito e torná-lo produtivo, ancorado na ideia de formação de indivíduos ajustados social e emocionalmente aos padrões de comportamento e aos papéis sociais de uma ordem estabelecida, em detrimento da concepção dinâmica e historicizada de cultura.

A partir das reflexões de Foucault, podemos conceber o discurso como um dispositivo para manter a ordem do sistema social. Em *A ordem do Discurso*, inicia sua reflexão partindo da suposição de que, em toda sociedade, a produção do discurso é, ao mesmo tempo, "controlada, selecionada, organizada e retribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade" (FOUCAULT, 2007b, p. 9). O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo de que os

sujeitos querem se apoderar, por ser entendido como um dispositivo de poder. Segundo Guerra⁷, ao conceber o discurso como desejado, ele concede status ao sujeito falante perante a sociedade, sendo, concomitantemente, elemento repressor e manipulador, utilizado e produzido por quem detém o poder, coagindo as minorias, ou todo aquele que produz uma fala contrária. Nota-se que o discurso está na ordem das leis, e o poder, que lhes é delegado, advém da própria sociedade.

Dessa perspectiva, o discurso, como mantenedor de poder, apresenta elementos para materializar a exclusão. Foucault tece três procedimentos de exclusão por meio do discurso: a interdição, a separação e a rejeição.

O primeiro procedimento diz respeito à palavra proibida, interdita, ou seja, o reconhecimento de que "não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, enfim, não pode falar de qualquer coisa", o discurso é submetido ao "tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala" (FOUCAULT, 2007b, p. 9). O segundo procedimento refere-se à separação do discurso de quem é preterido na sociedade, como o louco na Idade Média, que não era escutado, por apresentar um discurso que não merecia ser ouvido. O terceiro – rejeição – refere-se à vontade de verdade, ancorada na busca ocidental da noção de verdadeiro ou falso; assim, a vontade de verdade enrijece-se a partir de um olhar racional e excludente pelo que é tido como falso. Operando por binarismo, "tais pares apresentam uma distribuição desigual de poder entre seus termos, de maneira tal que um dos termos é sempre mais valorizado que o outro, um é normal e o outro é o outro visto como anormal" (GUERRA; SOUZA, 2013, p. 37-38). Conclui-se, portanto, que a vontade de verdade está a serviço do poder; só irrompe a verdade que interessa à ideologia dominante, em detrimento de outra:

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade (FOUCAULT, 2007b, p.20).

Embora tenham sido elencados esses três grandes sistemas de exclusão, existem outros procedimentos de controle e de delimitações do discurso. Esses três se exercem, de certo modo, do exterior, mas há outros procedimentos internos, visto que são os discursos mesmos

⁷ Trabalho apresentado à mesa-redonda intitulada "Foucault e as Ciências Humanas: contribuições para a História", no II Ciclo de Palestras do Curso de História da UFMS, do *campus* de Três Lagoas, em 10 de abril de 2006.

que exercem seu próprio controle, funcionando, sobretudo, pelos princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, dessa vez, de submeter o acontecimento ao discurso.

Diante desse dispositivo teórico de análise, verifica-se que tudo o que escapa da ordem do discurso, quer seja interdito, separado, ou rejeitado, é excluído. Aqueles que não se ajustam em um determinado enquadre social e não refletem o discurso vigente são escamoteados e inseridos à margem da sociedade, desde que não tenham alcançado êxito durante o adestramento e aperfeiçoamento, como o monstro, citado no texto "Os anormais" (FOUCAULT, 1997). É o sujeito a corrigir, para que, a qualquer preço, ele repita e ressoe o discurso hegemônico, tal como os povos indígenas brasileiros, que foram considerados como povos "passageiros" ou "transitórios" (URQUIZA, 2013), cujo destino era "insumir-se" ou "integrar-se" por meio da superação de sua identificação étnica.

Desde a chegada dos jesuítas no século XVI, junto com os primeiros colonizadores portugueses, até a atualidade, a educação dos povos indígenas no Brasil sempre foi uma preocupação. Durante anos de colonização, buscou-se, de diversas formas, fazer que os índios deixassem de ser índios, abandonando seus modos de vida, seus rituais e suas línguas, para se tornarem "civilizados". (GUERRA, 2010).

Limberty (2012), ao empreender um olhar reflexivo sobre as representações dos índios que circulam no imaginário social, por meio da análise do discurso do "não índio", encontra discursos marcados por estereótipos e relações de poder sobre aqueles, sobretudo nessa estreita e ambígua relação que se desenvolve entre "nós" e o "outro".

A autora ancora-se nos estudos do sociólogo e semiólogo francês Eric Landowski, cujo olhar se direcionou para as relações com os estrangeiros na Europa, que desenvolveu quatro tipos de relação que podem ser configuradas nesse intervalo interacional ("nós"- "outro"): a assimilação, a exclusão, a agregação e a segregação. Embora essas quatro práticas discursivas se diferenciem, todas se ancoram na valorização de uma cultura em detrimento de outra. O "outro" na relação é, de alguma maneira, em maior ou menor escala, preterido. O discurso da assimilação almeja a transformação do "outro" em "nós", pois se fundamenta em conceitos de que apenas o "nosso" *modus operandi* e a "nossa" visão de mundo são melhores, mais adaptáveis e inteligíveis que os do "outro". Tais escalas de valores são tomadas como universais e, dessa forma, não é dado espaço para ponderações, tampouco para a possibilidade de relativizar seus valores. Já o discurso da exclusão propõe a negação do "outro", do "não nós", do estrangeiro, do diferente. O discurso da agregação é o que busca integrar o outro ao

nós, sem que o "outro" perca sua identidade, podendo ocorrer a manutenção e a coexistência de diferenças. Já o discurso da segregação propõe a conservação das diferenças, sem, no entanto, qualquer aproximação. O discurso da segregação é o discurso do *apartheid*: o outro deve manter-se apartado de nós.

A tendência da sociedade hegemônica, sorrateiramente, é a da exclusão do diferente, pois normalmente se evidencia que o grupo dos agregados, sobretudo os minoritários, passa gradualmente para a assimilação. Nessa esteira, as diferenças agregadas vão, paulatinamente, sendo neutralizadas, e o grupo, por sua vez, acaba perdendo sua identidade. Por outra ótica, os grupos segregados podem passar à exclusão, "o que constitui um efeito aviltante da reação desses grupos à própria segregação, pois, além de não conseguirem se incluir, perdem seus próprios valores". (LIMBERTI, 2012, p. 46).

Os indígenas, tal como os sujeitos que se encontram em situação de rua, os velhos em asilos, os jovens em unidades de internação, são silenciados e escamoteados. Para Coracini (2011), os indígenas, exterminados lentamente pelos primeiros portugueses, continuam, ainda no século XXI, a mendigar por (suas) terras que, de direito, lhes pertencem. Ainda que os povos indígenas tentem resistir, participando da política do país, participando de entidades que têm o propósito de protegê-los, ingressando nos estudos e permanecendo até o ensino superior para poderem enfrentar, protestar e defender seu povo e ideais, são, embora (in)conscientemente, constituídos por fragmentos de outras culturas, que os seduzem e os conduzem.

Glória Anzaldúa, autora norte-americana, mas autodeclarada mestiça por ser descendente de mexicanos e indígenas, empreendeu estudos que trouxeram valiosas contribuições para as reflexões e deslocamentos das identidades. A autora dialoga, dentro do feminismo, a partir da categoria "mulher", com outras questões, como raça, cor e "opção" sexual. Em seu artigo "La consciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência", Anzaldúa (2005) reflete sobre a importância de os indivíduos pertencentes a grupos minoritários deixarem de ser objetos de pesquisa para escreverem suas próprias teorias, falando de um lugar diferente do hegemônico e escrevendo sobre suas opressões. Assim, a autora afirma que a sociedade deve posicionar-se na margem oposta do rio, desafiando convenções hegemônicas, engendrando um "contraposicionameto", o qual refuta os pontos de vista e as crenças da cultura dominante, representando um passo em direção à liberação da dominação cultural, rumo a uma nova consciência:

Estar nas duas margens ao mesmo tempo, e ao mesmo tempo, enxergar tudo com olhos de serpente e de águia. Ou talvez decidamos nos desvencilhar da cultura dominante, apagá-la por completo, como uma causa perdida, e cruzar a fronteira em direção a um território novo e separado. Ou podemos trilhar uma outra rota. As possibilidades são inúmeras, uma vez que tenhamos decidido agir, em vez de apenas reagir. (ANZALDÚA, 2005, p. 706).

Para Anzaldúa (2005), devemos superar fronteiras e muros que mantêm ideias indesejáveis do lado de fora, superar hábitos e comportamentos arraigados, para buscar um movimento que se afasta de padrões e objetivos estabelecidos, rumo a uma perspectiva mais ampla, que inclui em contraponto à exclusão. É necessário extirpar, de forma massiva, qualquer pensamento dualista no indivíduo, movimento que representa o início de uma longa luta, que poderá erradicar as diversas formas de violência advindas da diferença e da exclusão social.

Em consonância com os estudos sobre a diferença e a exclusão, Walty (2005) estudou relatos da população de rua de Belo Horizonte, objetivando investigar como as pessoas desse segmento social se fazem cidadãos, já que, conforme demonstra, a organização e o planejamento urbano excluem tudo aquilo que não podem controlar. Por meio dessa análise, a autora encontrou caminhos de mão dupla entre fato e ficção, entre relato biográfico e contos populares, em que se conta a história como se contasse a vida, e a vida como uma história. Os relatos são feitos de fragmentos, de retalhos, como as casas que são construídas de material rejeitado, recolhido nas ruas ou nos lixões.

Segundo Walty (2005), no curso do planejamento urbano, ancorado em valores positivistas, como o lema "ordem e progresso", fica manifesta a impossibilidade de contenção da diversificação. Controle e contenção tão almejados pelo planejamento inerente à cidade moderna, que leva necessariamente à exclusão. Walty cita Michel de Certeau (1994), afirmando que "a vida urbana permite cada vez mais a re-emergência do elemento que o projeto urbanístico excluía". Isso porque, além de concorrer para que a organização da cidade exclua tudo aquilo que não pode controlar, demonstra que "esses detritos" voltam, de alguma forma, a fazer parte da rede cidadina. Isso no deixa ver os passos, as marcas, as vozes dos segmentos excluídos na cidade, o que pode revelar suas táticas de resistência e maneiras de burlar as relações de poder.

Assim, entendemos que a metodologia proposta por Foucault é pertinente para analisarmos como a relação de saber-poder influencia o processo identitário, por meio da problematização das representações das crianças indígenas sul-mato-grossenses no espaço virtual. A massa de dados digitais disponíveis se infla o tempo todo, e, à medida que mais ela

crece, mais é preciso entendê-la. Por meio do jogo de representações analisadas neste trabalho, em diálogo com o percurso histórico da comunidade indígena sul-mato-grossense, verifica-se a existência de representações estereotipadas. E isso nos leva a refletir sobre as práticas identitárias, construídas sobre os regimes de verdade que circulam no ciberespaço, os quais ora rotulam, ora negam a diferença, numa tentativa de homogeneizar a alteridade, que está na base na construção de identidade. Analisamos, portanto, como as regularidades enunciativas encontradas no espaço virtual reproduzem regimes de verdade, que, por sua vez, excluem e estereotipam o outro, a criança indígena.

Essas reflexões nos fazem deslocar conceitos hegemônicos e nos incitam a desconstruir paradigmas vigentes, na busca do equilíbrio entre diversas culturas, entre as diferentes pessoas, entre as personalidades pluralísticas, em que nada é posto de lado; em que o bom, o ruim, o feio, nada é rejeitado, nada é abandonado. Isso porque a diferença não se resume no que é herdado, adquirido ou imposto, "somos uma mistura que prova que todo sangue é intrincadamente ligado entre si, e que somos crias de almas similares". (ANZALDÚA, 2005, p. 712).

CAPÍTULO II

2. INFÂNCIA INDÍGENA VILIPENDIADA, INFÂNCIA INDÍGENA VIOLENTADA

Vamos celebrar a estupidez humana, a estupidez de todas as nações [...]. Celebrar a juventude sem escola, as crianças mortas. Comemorar a água podre e todos os impostos, queimadas, mentiras e sequestros. Nosso trabalho escravo, nosso pequeno universo. Vamos celebrar a fome, não ter a quem ouvir, não se ter a quem amar. Vamos alimentar o que é maldade, vamos machucar um coração. Vamos celebrar nossa bandeira, nosso passado de absurdos gloriosos. Vamos celebrar a violência e esquecer a nossa gente que trabalhou honestamente a vida inteira e agora não tem mais direito a nada. (Legião Urbana, "Perfeição")

A temática sobre as questões indígenas implica trazer à tona assuntos que ficaram durante muito tempo relegados à margem por apresentarem contornos específicos e singulares, mas, sobretudo, por referirem-se ao outro, pertencente, de alguma forma, aos povos minoritários ou minorizados. A questão dos direitos dos povos indígenas no Brasil é um assunto que desafia o Estado e a sociedade brasileira. Para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o direito da comunidade indígena não depende exclusivamente da iniciativa do Poder Público, mas também da sociedade.

Segundo Couto⁸ (2007), ainda há preconceito e dificuldade da sociedade em aceitar que os povos indígenas fazem parte do processo de construção da civilização e identidade do “ser brasileiro”. Uma considerável parcela da população brasileira ainda resiste à ideia diante de qualquer governo que queira implantar políticas públicas e afirmativas em prol dos povos indígenas. Para o autor, a luta pelo direito de reparação dos povos indígenas – antes que essa comunidade seja dizimada, como no período de colonização – deve ultrapassar os limites dos arranjos estatais e chegar até o conjunto da sociedade, que insiste em desconhecer a multiplicidade civilizatória e histórica dos povos indígenas.

⁸ Luiz Couto era presidente, em 2007, da CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias e fomentou, junto à Câmara dos Deputados, a elaboração do "Relatório da missão oficial sobre a audiência pública em Dourados/MS", resultado de uma diligência na região para identificar as causas da desnutrição e, em alguns casos, da morte de crianças indígenas, em especial as das etnias Kaiowá e Guarani.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM registra cotidianamente dados e depoimentos dos povos indígenas, os quais revelam situações de violação de direitos, além do despreparo das esferas governamentais no que se refere à problemática em questão. No que tange ao estado do Mato Grosso do Sul, segundo os relatórios de violência contra os povos indígenas do Brasil, elaborados pelo CIMI - Conselho Indigenista Missionário⁹, conforme mencionamos na Introdução deste trabalho.

Esses relatórios são, no entender do CIMI, um instrumento de denúncia das violações aos direitos indígenas e, ao mesmo tempo, de explicitação das demandas pela garantia desses direitos, fundamentalmente a demarcação das terras, a proteção ao meio ambiente, políticas públicas que respeitem as diferenças étnicas e culturais, especialmente em saúde, educação, segurança e acesso e usufruto às terras. Segundo Erwin Kräutler, bispo do Xingu e Presidente do CIMI (2012, p. 7), os dados apresentados nesse Relatório provam:

De modo irrefutável, a intolerância e truculência vigentes em nosso país em relação às populações indígenas. Terras demarcadas são invadidas, depredadas sob o olhar complacente do poder público. Terras com todo o processo demarcatório já concluído têm seus procedimentos paralisados pelo governo federal em troca de apoio político no Congresso Nacional. As políticas públicas são meramente assistencialistas e paliativas. Não asseguram condições dignas de saúde, de educação, muito menos providenciam meios e condições de sustentabilidade da vida e do meio ambiente. As florestas são devastadas, as águas contaminadas. Famílias indígenas são expulsas de suas terras.

Para identificar em quais estratégias discursivas o jornalismo do branco, (re)produzido no ciberespaço, se ampara para construir, em seu discurso, a imagem do índio, e, sobretudo, analisar como essa relação de força influencia o processo identitário infantil indígena, este capítulo elucida o percurso histórico da ausência de uma concepção delimitada para a construção dos primeiros contornos teóricos e *epistemes* específicos sobre a infância. A partir desse marco inicial, esses conceitos dialogam com os fenômenos de violência, ambos dissolvidos na sociedade pós-moderna e no ciberespaço, para chegarmos às condições de produção dos discursos analisados, que fomentaram as representações da criança indígena vítima de violência.

⁹ O CIMI é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. Foi criado em 1972, almejando favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural. Os relatórios anuais de violência contra os povos indígenas do Brasil são disponibilizados na íntegra no link: <<http://www.cimi.org.br/pub/CNBB/Relat.pdf>>, acesso em 13 de agosto de 2013, às 15h30min.

O conceito de “representação” adotado neste estudo não concerne a uma representação mental ou a algum atributo psicológico. Concebemos a representação como sistema de significados, atribuição de sentidos, que também pode ser pensado como inscrição, marca, traço, significação, palpável do conhecimento. (SILVA, 2003). O conceito de representação constitui uma forma cultural de referência, de código, uma forma de nomear e identificar um objeto, um grupo ou um sujeito. As representações dão o sentido, mas, sobretudo, se transformam e se delimitam historicamente.

Diante do exposto, é pertinente e necessário trazer à tona os efeitos dos regimes de verdade que circulam na materialidade do jornalismo (re)produzido no espaço virtual, ao considerarmos os sistemas socioculturais, ideológicos e históricos que produzem efeitos no desenvolvimento da identidade social, sobretudo na subjetividade infantil. De que crianças se fala? Quais representações delas são geradas? Em que momento histórico? Perscrutar, por meio da AD e do método arqueogenealógico, o arquivo instaurado no que tange às representações infantis da população indígena infantil, possibilitou encontrarmos efeitos de sentido que remetem às contradições e discursos carregados de estereótipos negativos sobre elas, que vêm fomentando a exclusão social.

A AD não propõe fixar um sentido para a história, mas, sim, compreendê-la como produção de sentidos. O gesto de interpretação é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível; sem ela, não há sentido. Partindo da premissa de que o discurso é o espaço entre o enunciador e o enunciatário, no momento idiossincrático da enunciação, consideramos o caráter faltoso da língua, da impossibilidade do estancamento dos sentidos. O discurso é um acontecimento e é enfrentado em sua singularidade de irrupção, então concebido como efeito de sentidos entre sujeitos que ocupam “lugares determinados na estrutura de uma formação social”. (PÊCHEUX, 1991, p. 82).

Portanto, não trabalhamos nem com os explícitos, tampouco com os implícitos dos dados analisados, mas, sim, com os diversos efeitos de sentidos gerados: as condições de um discurso determinam a situação enunciativa vivida pelo sujeito, como efeito das relações do lugar por ele ocupado, numa dada formação discursiva. Dessa ótica, Gregolin (2005) instiga-nos a refletir sobre a análise dos dados:

Considerando as FDs cada vez mais instáveis, Pêcheux (1977) proporá que a AD tome como objeto “as invasões, os atravessamentos constitutivos” da “pluralidade contraditória, desigual e interiormente subordinada de formações discursivas”. Assim, a partir de 1977, o primado da heterogeneidade coloca-se tanto como categoria conceitual quanto em relação ao corpus. Tomando a FD no interior desse intrincamento, ela não

remete mais a lugares enunciativos pensados como um exterior ideológico e passa a ser buscada na dispersão dos lugares enunciativos. No plano da constituição do corpus, a inscrição dos enunciados em um conjunto de formulações – como um “nó em uma rede” – torna mais complexa a noção de “condições de produção”, pensada agora como articulação de um feixe de enunciações.¹⁰

O conceito de “condições de produção” exclui um caráter psicologizante, já confundido com o contexto individual; interessa-nos, pois, refletir sobre o acontecimento histórico que ancorou a existência de um determinado discurso: “não são mais o tempo e o passado, mas a mudança e o acontecimento” (FOUCAULT, 1972, 287). Pêcheux também já afirmava que um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas, sendo correlacionado ao “lugar” e “momento” em que foi produzido. As condições de produção estão estreitamente associadas às possibilidades dos efeitos de sentidos. Logo, é “preciso determinar as condições de existência do enunciado, de fixar seus limites, de estabelecer as correlações do enunciado com outros enunciados que o precedem e o seguem no que o autor [Foucault] denomina de *domínio de memória*”. (FONSECA-SILVA, 2007, p. 20).

Ancorado nas metodologias já elencadas, este trabalho vai problematizar as relações e representações que perpassam os discursos jornalísticos (re)produzidos no ciberespaço da criança indígena, refletindo sobre as condições de produção e os efeitos de sentido gerados na sociedade contemporânea. Para Santaella (2002, p. 46), as instabilidades, interstícios e reintegrações das formas de cultura, o cruzamento das identidades, a transnacionalização da cultura, o crescimento acelerado das tecnologias e das mídias comunicacionais, paralelo à ampliação e expansão de novos hábitos no consumo de cultura, desafiam a sociedade, sobretudo a acadêmica, a encontrar estratégias alternativas e perspectivas de entendimento capazes de acompanhar os deslocamentos e contradições, os desenhos móveis das heterogeneidade pluritemporal e espacial que caracteriza a sociedade pós-moderna.

Posto isso, apresentamos, a seguir, o percurso histórico do surgimento dos diversos conceitos sobre a infância, para, após, congregarmos os conceitos de pós-modernidade e ciberespaço e, finalmente, apresentar as condições de produção em que irromperam os discursos dos dados analisados.

¹⁰ Texto apresentado no II Seminário de Análise do Discurso (SEAD), na UFRGS, Porto Alegre, 2005. Uma versão mais sintética foi publicada em CDROM, nas atas dos anais do II SEAD.

2.1. (Des)construindo as condições de produção: Infância, violência e pós-modernidade

As diversas concepções de infância movem-se no decorrer do tempo, sendo as práticas e representações sobre elas relacionadas a valores sociais, bem como a paradigmas culturais, econômicos, religiosos e políticos de cada época. Phillippe Ariés (1981), historiador francês, em sua contundente investigação sobre a história da inserção da criança na sociedade e na vida social, constatou que nem sempre a concepção de criança foi perene e tranquila. Segundo relatos históricos das vivências familiares, na Idade Média as crianças eram concebidas como adultos em miniatura: tão logo elas deixavam de depender do cuidado das mães, já ingressavam no mundo dos adultos. Tampouco havia, à época, a concepção de uma categoria social diferente. As condições precárias de saúde, higiene e moradia favoreciam um alto índice de mortalidade infantil entre 0 e 2 anos. A partir dessa condição, as crianças que conseguiam sobreviver e superar essa fase já partilhavam das mesmas atividades que os adultos.

Segundo estudos antropológicos, como resultado da influência da história europeia, em cujo decorrer os cuidados para com as crianças nem sempre foram os melhores e nem sempre estas eram consideradas seres sociais completos, a infância era um tema escamoteado, não havendo registros ou referências substanciais à vida social da criança. Ainda conforme Ariès (1981), a caracterização da infância como um estágio oposto ao da idade adulta não existia. Somente a partir do século XV, com a ascensão da burguesia e a Reforma Religiosa, surgem o sentimento de família e a manifestação do desejo do espaço privado, já que outrora a "vida era vivida em público". (ARIÈS, 1981, p. 273).

Com o advento do Cristianismo e após as transformações sociais, em decorrência das grandes revoluções históricas, uma nova moralidade foi-se gestando, e a concepção da infância foi sendo deslocada. Na Idade Moderna, a partir do Iluminismo, iniciaram-se algumas rupturas em relação aos modos como as pessoas percebiam ou tratavam as crianças e como se relacionavam com elas, emergindo a concepção da criança como campo a cultivar, um ser ainda por fazer (portanto um não ser), passível de intervenções.

No século XIX, durante a Revolução Industrial, inaugura-se uma linha de produção em série e a intensa exploração do trabalho infanto-juvenil provoca, por um lado, mudanças nas famílias, problemas sociais e de saúde coletiva; por outro, o surgimento de políticas para a proteção de crianças e adolescentes. No início do século XX, eclodiu a abertura de novas disciplinas nos currículos dos cursos universitários; criaram-se seminários para a exposição e

debate de ideias; surgiram linhas de financiamento para projetos temáticos coletivos/individuais e para publicações especializadas no tema. (MACEDO; NUNES; SILVIA, 2002).

Iniciava-se o desenvolvimento de teorias a respeito desse tema, emergindo conceitos e distintas definições, em especial no campo da Psicologia – ciência que mais estudou essa fase. Passou-se a considerar a infância como uma fase delimitada do desenvolvimento humano. Um dos modelos vigentes até os dias atuais é a teoria construtivista de Jean Piaget, baseada em um pressuposto de crescimento natural e em etapas. O desenvolvimento infantil foi segmentado em estágios, os quais dependiam da maturidade biológica para evoluir e transformar-se em habilidades sociais. Esse modelo, tão confortável para os adultos, limitava qualquer alternativa de explicação para o fenômeno.

A infância, do ponto de vista da Psicologia, é, portanto, o período que vai desde o nascimento até aproximadamente o décimo segundo ano de vida de uma pessoa, caracterizando-se por um grande desenvolvimento físico e psíquico, envolvendo mudanças no comportamento da pessoa e na aquisição das bases da personalidade. Assim, é concebida como um período delicado para o desenvolvimento do sujeito, pois se trata de um período relativamente curto, em que ocorre um acúmulo de novas aquisições e processos de identificação. (ABERASTURY; KNOBEL 1992). A Psicologia, por muito tempo, apreendeu estudos para poder detectar atrasos ou diferenças no desenvolvimento, gerando, a partir da homogeneização da infância, os desajustados e os assocializados.

A perspectiva adotada neste trabalho ancora-se nos estudos antropológicos de Macedo, Nunes e Silvia (2002), que consideram a infância como construção social e como variável de análise, tal como gênero, classe ou etnicidade. Há uma variedade de infâncias e não meramente uma, enquanto fenômeno único e universal. É necessário desconstruir a persistente suposição hegemônica do pensamento adulto acerca da criança, baseada num pressuposto de crescimento natural e em etapas, da simplicidade para a complexidade, do irracional para o racional, tal como um processo linear, representado por uma transição de estágios:

Passa-se, assim, de uma concepção de socialização como "enculturação" (mecanismo integrador da criança à sociedade, por intermédio da formação de indivíduos ajustados social e emocionalmente aos padrões de comportamento e aos papéis sociais de uma ordem estabelecida, entendida como perene e coesa) a uma concepção dinâmica e historicizada de cultura, em que as crianças passam a ser consideradas seres plenos (e não adultos em miniatura), atores sociais ativos capazes de criar um universo sociocultural com uma especificidade própria, produtor de uma reflexão crítica sobre o mundo dos adultos. (MACEDO; NUNES; SILVA, 2002, p. 20).

Etimologicamente, infância é um termo originário do latim *infans*, que significa aquele que não fala. Segundo Foucault (1988) as crianças estão inseridas no grupo composto por indivíduos privados de poder (lembrando que a etimologia da palavra infância aponta para o desprovemento da fala), como as mulheres e os doentes. Indivíduos pertencentes aos grupos minoritários estão à margem da sociedade, por meio de um processo de exclusão e violência. A emergência dos estudos sobre criança, considerada como uma categoria social silenciosa ou silenciada, deriva da necessidade de empreender e ultrapassar a visão comum de que a criança é apenas um receptáculo dos ensinamentos que lhe são passados pelos adultos. O mundo social da criança é cheio de significados próprios, e as crianças têm algo originalmente a dizer. E elas, ao longo de uma relação dialógica com o mundo a sua volta, socializam-se de tal modo que, justificadamente, sua vivência e representações devem constituir objetos de pesquisa social. (MACEDO; NUNES; SILVIA, 2002).

As mudanças e transformações, advindas das discussões empreendidas no seio das ciências sociais, da psicologia, do direito e do campo da assistência social, culminaram numa nova forma de considerar a criança, o que provocou o desenvolvimento das legislações específicas para a infância. A partir do século XX, houve uma longa caminhada para o reconhecimento e construção da cidadania para a infância, tendo como marcos legais iniciais a Declaração de Genebra, de 1924, a Declaração dos Direitos da Criança, de 1959, e a Convenção Sobre os Direitos da Criança, de 1989. Esta última trata de uma série de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, e o texto foi adotado pela Assembleia Geral da ONU - Organização das Nações Unidas, em 1989, e ratificada pelo Brasil em 25 de setembro de 1990. A Convenção define o conceito de criança (todo ser humano menor de 18 anos) e estabelece parâmetros de orientação e atuação política de seus "Estados-partes para a consecução dos princípios nela estabelecidos, visando ao desenvolvimento individual e social saudável da infância, priorizando a vida, a identidade, a liberdade de expressão, a liberdade de oportunidade para fazer desse esforço de efetividade uma alavanca para o desenvolvimento".¹¹

Após quatro anos de discussão política, a sociedade brasileira aprovou e levou ao Congresso Nacional o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), afirmado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. O ECA divide a infância em duas fases: é criança a pessoa de

¹¹ Texto extraído do artigo "Oficina discute relatório de atuação dos países na Convenção dos Direitos da Criança", publicado na Secretaria de Direitos Humanos - Presidência da República, disponível em <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2013/novembro>>, acesso em 03/05/2014, 18h36min.

até 12 anos de idade incompletos; é adolescente aquela pessoa entre 12 e 18 anos de idade. O documento institui o novo paradigma da Proteção Integral da Criança e tem como objetivo precípua proteger, zelar e garantir os direitos e deveres da criança e do adolescente.

É pertinente refletirmos que, embora o ECA considere a diferença, sobretudo em seus artigos 15, 16, 17 e 18, impondo, por meio dos sintagmas "crenças", "valores", o respeito à diversidade, não resguarda situações específicas e peculiares. É sabido o avanço que esse documento legal trouxe na luta pelos direitos da criança e do adolescente, mas lacunas podem ser geradas à medida que o Estatuto não apresenta artigos que tratem de situações específicas, como os casos de crianças indígenas, negras, quilombolas, ciganas e mestiças.

Em 2005, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI¹²) solicitou ao procurador federal Edson Sêda, um dos redatores do ECA, uma versão comentada do ECA, voltada para comunidades urbanas, rurais e indígenas. Junto com seu filho, o antropólogo Edson Sêda Júnior, os dois escreveram "A criança, o índio, a cidadania¹³", no entanto a publicação comentada, de 592 páginas, está disponível apenas em documento pdf na internet, inserido pelos próprios redatores, mas não está sendo utilizada como ferramenta por profissionais ligados ao assunto.

Concebemos então que, embora a Doutrina da Proteção Integral reconheça as crianças e os adolescentes como cidadãos, possuidores de todos os direitos, ao considerar a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, ainda há lacunas, e a exceção pode estar virando regra, uma vez que a perspectiva da proteção integral contrapõe-se a um trajeto de violência e dominância das crianças, perpetuado historicamente.

A violência contra crianças e adolescentes esteve presente na história da humanidade desde os mais antigos registros. Segundo Faleiros (2009), quanto mais atrás regressamos na história da infância, mais reduzido o nível de cuidados com as crianças e maior a probabilidade de que houvessem sido assassinadas, aterrorizadas e abusadas sexualmente. De acordo com Carvalho (2010), o século XXI iniciou com uma taxa de 199 mil assassinatos de crianças e jovens; o planeta, em 2000, chegou à média de 565 jovens ou crianças assassinadas

¹² A FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Cabe à FUNAI promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. É, ainda, seu papel promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas. Disponível em: < <http://www.FUNAI.gov.br/index.php/quem-somos>>, acesso em 30 de abril de 2013, às 21h56min.

¹³ Publicação disponível em: <<http://www.edsonseda.com.br/acrianindi.pdf>>

a cada dia ou 53 por hora e, desse número, cerca de 57 mil eram crianças, meninos e meninas, entre 0 e 4 anos.

Segundo Faleiros (1998), que remete à etimologia, vinculando violência a força ou agressão, o marco adotado para conceituar a violência tem por base a teoria do poder, a qual sugere que todo poder implica a existência de uma relação de força, embora nem todo poder esteja associado à violência. O poder é violento quando se caracteriza como uma relação de força de alguém que a tem e que a exerce visando alcançar objetivos e vantagens previamente definidos. A relação violenta, por ser desigual, estrutura-se num processo de dominação, cuja característica principal é a negação dos direitos do dominado. Podemos refletir sobre o conceito de violência proposto por Rocha (1996, citado por Levisky *et al*, 1997, p. 10), a partir da obra *Paixão, violência e solidão: o drama de Abelardo e Heloísa*:

A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma vis, vale dizer, como uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto.

Segundo Costa (2006), na contemporaneidade, a violência assumiu características múltiplas e tradução polifônica, pois ela pode ser praticada por diversos autores, como o Estado, as instituições, os grupos sociais e religiosos, as organizações públicas e privadas e os indivíduos. Assim, a compreensão do fenômeno da violência contra crianças está diretamente ligada à concepção que temos sobre sociedade, cultura e infância. A violência apresenta contornos heterogêneos e pode emergir como violência física, psicológica, sexual, negligência, abandono, exploração econômica, entre outros. Para entendê-la, não são aceitáveis explicações simplistas ou lineares, pois se trata de um fenômeno complexo, dinâmico, social e histórico, pois seu espaço de criação e desenvolvimento é a sociedade. Tal como a infância, a violência deve ser compreendida como produto de um sistema complexo de relações, historicamente construído e multideterminado, assentada em uma cultura permeada por valores e representações.

Para Minayo (1994), a violência pode ser classificada em três instâncias: violência estrutural, de resistência e de delinquência.

A primeira refere-se àquela que incide sobre as condições de vida, oferecendo um marco à violência do comportamento e aplicando-se tanto às estruturas organizadas e

institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos aos quais são negadas as conquistas da sociedade. Isso os perfila em situação de maior vulnerabilidade que os demais. Tende a ser naturalizada e influi diretamente nas práticas socializadoras.

A violência de resistência diz respeito às formas de respostas de grupos, nações e indivíduos, decorrentes da violência estrutural. Geralmente, não é naturalizada e é inaceitável por aqueles que detêm o poder político, econômico ou cultural.

Já a terceira forma refere-se àquela que se apresenta nas ações fora da lei socialmente reconhecidas, que não só confronta os indivíduos uns com os outros, como também os corrompe e os impulsiona às violações.

Em consonância, Levisky *et al* (1997) afirmam que a criança está construindo uma identidade própria e, durante esse percurso, ela pode experimentar uma gama de identificações, as quais podem ser contraditórias entre si. Embora esse desequilíbrio psíquico seja esperado, a ausência de subsídios e aportes sociais pode prejudicar o desenvolvimento psicossocial. Segundo esses autores, em uma sociedade esmaecida de parâmetros morais e éticos, que exclui os desapossados (material ou afetivamente falando), corre-se o risco de que a violência seja incorporada pelos sujeitos como um valor social válido e natural.

A sociedade pós-moderna, com seu quadro de violência e destruição, não oferece garantias suficientes de sobrevivência e dificulta o desprendimento e desenvolvimento da identidade. A criança, cujo destino é a busca de figuras ideais para identificar-se, depara com a violência, o poder e a exclusão social (ABERASTURY; KNOBEL, 1982). Segundo Levisky (1998, p. 21),

os agentes instigadores da violência e a grande população receptora, integrantes de um mesmo conjunto, não expressam nem demonstram uma preocupação efetiva em relação ao impacto psicossocial causado pelas pressões intensas a que o homem da pós-modernidade está sendo submetido.

Bauman (2000) reflete que, se na sociedade moderna estávamos acostumados a lidar com o racional, com certezas, com a unicidade dos elementos, dos objetos e dos sujeitos, na pós-modernidade estamos assistindo a certo esvaziamento dos princípios sociais reguladores e a uma espécie de dissolução da unidade das opiniões e dos modos de vida. Cunhando o termo "modernidade líquida" para definir a característica que constituiu a sociedade pós-moderna, pondera o autor que, na liquidez das relações, os valores não são mais sólidos, e os sujeitos se caracterizam pela fragmentação, são múltiplos, dispersos e contraditórios. Nas sociedades anteriores, segundo o sociólogo polonês, as instituições possuíam características sólidas e as

relações sociais eram consistentes e duradouras, no entanto, por meio do advento da modernidade e da globalização, esses "conceitos sólidos" impediam o progresso e precisaram ser revistos ou até mesmo aniquilados, por serem, então, considerados como obsoletos ou empecilhos ao alcance da renovação e ao progresso social.

Para Máscia (2003), "progresso" significa 'seguir adiante, avançar', em oposição a regredir (andar para trás), de modo que logo o termo passa, então, a ser concebido como melhoria e evolução, tal como foi abarcado pelo Positivismo, criado em 1847, por Augusto Comte. Essa corrente consiste na observação dos fenômenos por meio da promoção do primado da experiência, única capaz de produzir, a partir dos dados (concretos, positivos), a verdadeira ciência, sem qualquer atributo teológico ou metafísico, subordinando a imaginação à observação e tomando como base apenas o mundo físico ou material. A filosofia positivista, com o lema "O amor por princípio, a ordem por base, e o progresso por fim", objetivava descobrir e demonstrar as leis do progresso, concebido como um processo linear, contínuo, acumulativo, uma marcha em direção a um ideal. Para Comte, uma ciência nascia da anterior progressivamente, e a mudança social processava-se, sem saltos, dentro da ordem, condição indispensável para o progresso; assim, do progresso dependia a ordem e vice-versa. (MÁSCIA, 2003).

Na sociedade moderna, então, não havia a pretensão de liquifazer os "sólidos"; o principal objetivo era criar padronizações suficientemente adequadas de maneira que não precisassem mais de substituições, à medida que o progresso fosse sendo alcançado com êxito: "solidez em que se pudesse confiar e que tornaria o mundo previsível, e, portanto, administrável". (BAUMAN, 2000, p. 10). Com o advento do pós-modernismo, essa "adaptação" foi, no entanto, sucumbida por um processo radical de derretimento das estruturas sólidas, as quais eram acusadas de limitar a liberdade da escolha dos indivíduos. Passou-se a exigir imediatismo na capacidade de adaptar-se. Os padrões comportamentais, diferentes em cada espaço escolhido pelo "sujeito livre", também deveriam ser assimilados rapidamente pelos indivíduos.

Esse processo de mudança, de rapidez, marca o início da pós-modernidade, ainda afetada pela ideia progressista, decorrente da influência do Positivismo, mas com outros contornos. O progresso, por meio do que Bauman (2000) chama de "marcha adiante", deve ocorrer e, para isso, as inovações tecnológicas de hoje devem ser substituídas por outras em curto intervalo de tempo. Por conseguinte, a identidade pessoal deve ser constantemente renovada para adequar-se e adaptar-se a uma sociedade que se modifica constantemente.

Para Santaella (2002, p. 46), a relativização, disseminação e descentralização pós-modernas vêm obrigando-nos a revisar as categorias dicotômicas e não raramente maniqueístas, tais como "tradição vs. modernidade, nacional vs. internacional, dependência vs. imperialismo, socialismos vs. liberalismo, povo vs. elite, dominando vs. dominante, subalterno vs. hegemônico", as quais costumavam ancorar e direcionar as ações culturais. Para a autora, as instáveis características que constituem a sociedade contemporânea, concomitantes à diversidade e à complexidade dos fenômenos comunicacionais e culturais, irrompem aos olhos – e "somos levados a concordar com Canclini (19978) que hoje todas as culturas são fronteiriças, fluídas, desterritorializadas". (SANTAELLA, 2002, p. 46).

Segundo essa ótica, questionamos: Como a identidade infantil indígena é gerada, se, nas representações da criança indígena, aqui decorrentes das análises dos textos jornalísticos virtuais, emergem estereótipos que fomentam a exclusão social? As práticas discursivas analisadas trazem, em seu bojo, temas sobre terra, educação, saúde, políticas indígenas, proteção e segurança, mas a ausência desses aspectos na comunidade indígena, sobretudo a infantil, é tida como natural e não há, mobilizada na tela, inquietude da sociedade branca no que se refere à violência contra a criança. Dessa forma, quais processos de subjetivação podemos encontrar? De que identidade falamos?

Para Levisky (2001, p. 19), identificação é um processo psicológico pelo qual o sujeito assimila um aspecto e apropria-se dele; uma propriedade ou atributo que é sempre do outro, e que se transforma total ou parcialmente a partir do modelo assimilado. É a condição que dá ao sujeito o sentimento de continuidade e de limite, em relação a si e ao mundo com o qual ele se relaciona.

Para Coracini (2007), a identidade constitui o rol de características que fornecem ao indivíduo a sensação de pertença a um grupo determinado, ao mesmo tempo em que o distingue de outros indivíduos do mesmo grupo, que, por sua vez, se distinguem dos outros grupos, ou seja, a identidade é o que, em princípio, nos diferencia dos outros.

Para a psicanálise, a identidade não se restringe apenas à gama de características que definem o sujeito, mas é resultado de um conjunto de representações que conferem a ele a ilusão ou sentimento de estabilidade e de unidade.

Essa concepção de sujeito consciente e estável ancora-se no nascimento do "indivíduo soberano", desenvolvido a partir do Iluminismo, após a ruptura com a Idade Média. Segundo Coracini (2000, p. 240), no seu texto "Subjetividade e identidade do(a) professor(a) de português", assistimos à transição do teocentrismo para o antropocentrismo: o homem foi

posto no centro do mundo e concebido como uma "entidade unificada em seu próprio interior, uma entidade singular, distintiva, única e consciente". Tais construções se desenvolveram, sobretudo, pelas ideias de Descartes, filósofo iluminista que considerou o sujeito como capacitado para alcançar o conhecimento pela razão e raciocínio, por meio da célebre afirmação *Cogito, ergo sum* ("Penso, logo existo"). Essa noção permanece como ideal na contemporaneidade, sobretudo na cultura ocidental e nas ciências humanas.

Segundo os estudos culturais, a identidade é construída por meio dos determinantes do conteúdo simbólico, ancorando-se em aspectos fornecidos pela história, pelas instituições, pela religião, pela memória coletiva, pelos aparatos de poder e aparelhos ideológicos. Cada sujeito ou comunidade processa esses aspectos, reorganizando seus significados em função de tendências sociais e de convenções sociais hegemônicas. (CASTELLS, 1999).

A identidade, de uma perspectiva discursiva, é entendida também como afetada por processos de subjetivação, e esta, em uma visão psicanalítica, se faz a partir de identificações subsequentes que ocorrem no sujeito, a partir da primeira identificação, vivenciada na infância, na sua entrada no mundo simbólico. Coracini (2000) destaca a Psicanálise e o poder disciplinar de Foucault como dispositivos que favoreceram o deslocamento do sujeito cartesiano, explicando que, à primeira,

deve-se a noção de sujeito cindido no seu interior, perpassado pelo inconsciente, definido tanto a singularidade como o aspecto social do sujeito; ao segundo a compreensão das microrrelações sociais como relações de poder, guiadas o tempo todo pelo desejo (inconsciente, inefável) de controle e de verdade. (CORACINI, 2002, p. 242).

Como resultado desse processo, diferentes tipos de identidades são construídos e estão estreitamente relacionados a um contexto social; portanto, a política da identidade deve ser situada historicamente. Apesar da ilusão que se instaura no sujeito, "a identidade permanece sempre incompleta, sempre em processo, sempre em formação". (CORACINI, 2000, p. 243). Deixamos de compreender a identidade como algo acabado e passamos a concebê-la como um processo em andamento. Assim, elegemos o termo "identificação", pois só é possível capturar momentos de identificação do sujeito com outros sujeitos, fatos e objetos. Tanto que Bauman (2005) afirma que não há mais como ocultar a fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade.

Castells, sociólogo espanhol, oferece-nos uma nova e instigante teoria sobre a transformação social, permeada pelas transformações tecnológicas e culturais. Com isso, descreve o impacto da informatização sobre as culturas de todo o globo e apresenta o conceito

de sociedade em rede, trazendo à tona os processos de construção de identidade como resultados desses sistemas. Partindo do pressuposto de que a construção social da identidade ocorre sempre em um contexto marcado por relações de poder, Castells (1999) elenca três distintas formas e origens de construção da identidade: legitimadora, de resistência e de projeto.

A identidade legitimadora caracteriza-se pelas instituições dominantes da sociedade, como a Igreja, o Estado e as cooperativas, em seu intuito de expandir sua dominação em relação aos atores sociais. Já a identidade de resistência é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação, por meio da resistência, com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade. A identidade de projeto, por seu turno, refere-se aos atores sociais, que, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural disponível, constroem uma identidade nova capaz de redefinir sua posição na sociedade.

É importante ressaltar que as identidades não estão fixas, tampouco são inertes; pelo contrário, são móveis e dinâmicas: identidades que começam como focos de resistência podem acabar resultando em identidades de projeto, ou mesmo tornar-se dominantes nas instituições da sociedade. Podemos, a partir desse ponto, discutir o surgimento da sociedade em rede, cuja proposta diz respeito à constituição de sujeitos que, se e quando construídos, não são mais formados com base em sociedades civis que estão em processo de desintegração, mas sim como um prolongamento da resistência comunal.

Enquanto na modernidade a identidade de projeto foi constituída a partir da sociedade civil, na sociedade em rede, a identidade de projeto, se é que se pode desenvolver, origina-se a partir da resistência comunal. Tal cenário condiz com as relações de poder defendidas por Foucault (1988), para quem não existe uma oposição binária entre os dominadores e os dominados: o poder se move, pois onde há poder, há resistência. Poder e resistência são as características comuns encontradas nos processos que fomentam a construção de identidade.

A identidade, segundo Navarro-Barbosa (2007), vai sendo tecida com base na memória que emerge em determinados momentos, uma vez que ela é construída na prática discursiva, sobretudo da mídia, seja ela impressa, visual ou virtual, ou seja, a identidade é um processo de produção e um efeito de sentido.

Portanto, é com base na visão de sujeito descentrado, multifacetado, heterogêneo, perpassado por várias identificações, que abordamos as representações da infância indígena em situação de violência no ciberespaço.

Pensemos aqui no entrecruzamento do discurso e da identidade, tendo como pressuposto que é pelo e no discurso, como instância de articulação entre o linguístico e sua exterioridade, que se opera a (des)construção de identidades. "É justamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas" (HALL *apud* NAVARRO-BARBOSA, 2007, p. 93).

Interessa-nos, pois, refletir sobre as representações das crianças indígenas construídas nos discursos que circulam no ciberespaço, para que possamos, então, problematizar seu processo identitário, ora estereotipadas, ora vilipendiadas, ora violentadas fisicamente.

2.2. Violência contra a criança: real ou virtual?

O interesse pela influência que o ciberespaço exerce sobre a identidade e a vida em sociedade em tempos pós-modernos tem sido grande em diversas áreas do conhecimento. Na Linguística, sobretudo, alguns estudos tentam compreender de que maneira as novas tecnologias e a virtualidade influenciam constitutivamente, tanto na subjetividade quanto nas novas formas de interação e identificação de sujeitos. Segundo Uyeno (2011, p. 49), do ponto de vista do consumo tecnológico, a Internet tem sido vista como uma ferramenta positiva, pois promove o acesso rápido a informações, dissemina ideias ou denúncias, divulga campanhas, diminui distâncias, entre outras funções que têm legitimado a "obsolescência dos meios de comunicação diversos que a antecederam".

A internet, embora hoje atinja quase toda a sociedade e diversos públicos, foi, por muito tempo, restrita ao Ministério da Defesa norte-americano e às instituições de ensino e pesquisa. Segundo Lévy (2006), o primeiro computador, o Eniac dos anos 1940, pesava várias toneladas e ocupava um andar inteiro em um grande prédio, o que fazia que as telas ficassem durante muito tempo desvalorizadas. Os computadores e a internet estenderam-se ao cidadão comum a partir da década de 1980, quando os custos dos microcomputadores foram reduzidos, iniciando a utilização comercial de Rede, no desenvolvimento do projeto *World Wide Web* – www (grande teia mundial¹⁴) –, e instaurando-se as expressões como "mundo virtual" e "virtualidade". (UYENO, 2011, p. 49).

¹⁴ Tradução nossa.

Segundo Santaella (2002, p. 52), o ciberespaço é um fenômeno remarcavelmente complexo, onde a comunicação é interativa, convergente, global e planetária. As consequências das novas tecnologias digitais para a comunicação e a cultura são incomensuráveis, à medida que a "www" transforma-se com uma velocidade historicamente sem precedentes, além de poder transformar toda informação, som, imagem, vídeo, texto ou programas informáticos em uma espécie de esperanto das máquinas.

Lévy (2001), filósofo que empreendeu estudos promovendo a compreensão do virtual, verificou que o movimento da virtualização, hoje, não apenas afeta a informação e a comunicação, mas também incide sobre os corpos e sobre o funcionamento econômico. Embora a internet possa instaurar-se definitivamente como uma espécie de "céu aberto para uma multiplicidade de atividades interativas que não existiram no passado" (SANTAELLA, 2002, p. 55), o ciberespaço e suas experiências virtuais vêm sendo produzidos e afetados pelo capitalismo contemporâneo e estão, necessariamente, impregnados das formas culturais e paradigmas que são próprios do capitalismo global. Embora o espaço virtual represente uma revolução, em nada modifica a identidade e a natureza do montante cada vez mais exclusivo e minoritário daqueles que continuam no poder. Assim, é pertinente que direcionemos olhares para a constituição de subjetividades neste atual e instigante cenário virtual no qual estamos mergulhados.

O virtual, segundo Lévy (2001, p. 1), concerne a um "modo de ser fecundo e poderoso, que põe em jogo processos de criação, abre futuros, perfura poços de sentido sob a platitudo da presença física imediata". Para o autor, a palavra virtual já foi empregada com frequência para significar a ausência de existência, em contraponto à realidade, de modo que o real seria da ordem do presente, e o virtual seria da ordem do futuro, ou da possibilidade.

Na concepção da filosofia escolástica, virtual é o que existe em potência e não em ato, tal como a semente, que apresenta características em potencial de tornar-se uma árvore (do latim *virtualis/virtus*, que significa "força", "potência"). Entende-se que virtual seja algo que tende a atualizar-se, sem ter passado, no entanto, à concretização efetiva; logo, o virtual se opõe ao atual e não ao real, sendo concebido como o complexo problemático para a atualização. Partindo da premissa de que o virtual não está presente, a virtualização pode ser definida como o movimento inverso da atualização; um deslocamento do centro de gravidade ontológico do objeto: a virtualização passa de uma solução dada a um (outro) problema e, com isso, ela "fluidifica as distinções instituídas, aumenta os graus de liberdade, cria um vazio motor". (LÉVY, 2001, p. 7)

Uma das características principais da virtualização é o desprendimento do aqui e agora: quando uma informação ou uma pessoa se virtualiza, ela se torna "não-presente", se desterritorializa. Outro resultado imediato da virtualização é o "efeito Moebius", compreendido como a impossibilidade de se estabelecerem os limites entre exterior e interior – o que é exclusivamente um e outro –, impossibilidade de se determinar a distinção entre o que é exclusivamente externo e o que é exclusivamente interno. Os limites não são mais dados, os lugares e os tempos se misturam, a nitidez das fronteiras dá lugar a uma "fractalização das repartições". Passamos a questionar, ancorados nessas premissas, as noções dicionarizadas de “público” e “privado”, configurando uma (des)territorialização. (LÉVY, 2001, p. 12).

Tais reflexões representam um deslocamento nos conceitos tradicionais de lugar e de tempo, na relação entre privado e público, próprio e comum, subjetivo e objetivo, de modo que as coisas só teriam limites definíveis no real. A virtualização, como passagem à problemática, é algo que necessariamente põe em causa a identidade clássica, pensamento apoiado em definições, determinações, exclusões, inclusões e terceiros excluídos. Logo, a virtualização é sempre heterogênesse – movimento do "de vir outro" do humano – processo de acolhimento da alteridade. (LÉVY, 2001, p. 2).

Baudrillard (2002) afirma que há, na virtualidade, uma relação tão íntima entre as pessoas e a tecnologia que não é mais possível dizer onde acaba o sujeito e onde as máquinas começam, porque se imbricam, transformando as representações que temos do mundo. Lévy (2001) e Silvia (2000) compreendem que as novas tecnologias virtualizam também o corpo: seres humanos se tornam, em variados níveis, "artificiais", e as máquinas, ao simular ações do homem, melhoram suas características. A virtualidade ressignifica as relações com o outro e, então, instaura-se uma "con-fusão" de fronteiras entre o humano e a máquina, bem como a responsabilidade sobre a construção de suas relações, afetando a linguagem, a subjetividade e as representações. Para Lévy (1993, p.102), não há identidade estável na informática porque os computadores, longe de serem os exemplares materiais de uma imutável ideia platônica, são redes de interfaces abertas a novas conexões, imprevisíveis, que podem transformar radicalmente seu significado e uso.

Para Baudrillard (2002), no virtual instaura-se o sentimento de totalidade da imagem e também das representações de si e do outro. Esse sentimento é suscitado, especialmente, pela nova organização espaço-temporal, como consequência da eliminação das distâncias e da compressão absoluta do tempo. A "ausência" do tempo retira a dimensão histórica do

acontecimento e subtrai a memória, em um feito de massificação dos objetos, das relações, dos sujeitos, das representações. Para Eco¹⁵ (2014), escritor e filósofo contemporâneo, a internet apresenta efeitos homogeneizadores de sua memória coletiva artificial, pois dá aos seus usuários pouco incentivo para exercitar sua própria memória.

Nenhuma leitura em computador é apenas leitura; sempre haverá uma edição, uma montagem singular, uma atualização do texto (UYENO, 2011, p. 50). Para Lévy (2001), o texto, como discurso, é um objeto virtual e abstrato; no ato da leitura está imbricado o gesto da interpretação. Ao dar sentido ao texto aqui e agora, o leitor leva adiante essa cascata de atualizações; em face da configuração de estímulos, de coerções e de tensões que o texto propõe, a leitura resolve de maneira inventiva e sempre singular o problema do sentido. O texto pulverizado virtualiza e fluidifica as distinções instituídas. Uma vez digitalizado, o discurso virtual pode ser decomposto, recomposto, indexado, comentado, reempregado, colado, desviado para todos os usos, fomentando um grau de plasticidade à escrita virtual, como principal tecnologia intelectual. (LÉVY, 1993, p. 103).

Essas tessituras teóricas em diálogo instigam-nos a problematizar as representações da criança indígena na virtualidade, visando deslocar as práticas discursivas, que constituem e regulam uma sociedade, concebidas como resultados dos encontros, desencontros, confrontos e silenciamentos entre as diferentes ideologias, a partir das quais se engendram relações de poder entre os diversos grupos ou comunidades de uma dada sociedade.

Diante do exposto, a seguir, são apresentados outros fios que conduzem à reflexão proposta neste estudo, a partir das questões indígenas e do momento singular que fomentou a irrupção dos dados analisados.

2.3. Violência contra a criança indígena sul-mato-grossense: discurso e acontecimento

Para problematizarmos a representação da criança indígena em situação de violência, urge realizar uma análise discursiva dos regimes de verdades instaurados e mantidos no ciberespaço, considerando a produção de representações como resultado de práticas discursivas. As representações problematizadas dizem respeito especificamente a crianças indígenas do estado do Mato Grosso do Sul, vítimas de violência. Mas, se tomar a palavra, para a AD, é perscrutar os efeitos de sentidos que foram gerados no momento peculiar da

¹⁵ Matéria pertencente à coluna de Umberto Eco, na UOL, intitulada "A internet veio para ficar", traduzida por George El Khouri Andolfato, disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/umberto-eco/2014/03/21/a-internet-veio-para-ficar.htm>>, acessado em 07 de maio de 2014, às 14h35min.

enunciação, questionemo-nos: Em quais condições esses enunciados foram proferidos? Quem falou desta maneira e não de outra? Quais estereótipos são criados e fortalecidos a partir deste momento? Quais construções sociais e "verdades" são nutridas e mantidas por meio dos discursos que circulam livremente pelo ciberespaço?

Segundo Gregolin (2006), compete ao analista definir as condições nas quais se realizou um determinado enunciado, condições que lhe dão uma existência específica, pois "esta existência faz o discurso emergir em relação com um domínio de memória, como jogo de posições possíveis para um sujeito como elemento em um campo de coexistência, como materialidade repetível" (GREGOLIN, 2006, p. 33). Assim, os dados aqui submetidos a análise são o resultado de um processo que principiou com a busca, pelo ciberespaço, de discursos midiáticos contidos em matérias, reportagens ou artigos que retratassem casos de violência contra os povos indígenas, sobretudo contra as crianças no estado do Mato Grosso do Sul, região do centro-oeste brasileiro que abriga a segunda maior população indígena do país e apresenta altos índices de violência contra crianças indígenas.

Conforme esclarecemos na Introdução, utilizamos a ferramenta virtual de busca do serviço *Google Search*, com a utilização de palavras-chave pertinentes à temática da pesquisa, chegando, após necessárias delimitações e recortes, à seleção de sete matérias, publicadas entre os anos de 2007 e 2013 e provenientes de seis sites diferentes, de onde extraímos seis excertos com representações da criança indígena sul-mato-grossense construídas pelo discurso jornalístico virtual. Os recortes são identificados a partir da inicial **E**, seguida da numeração correspondente, em negrito, e quando necessário, os subdividimos em outros recortes, conforme as representações encontradas dentro de cada excerto (**E01; E02-R/E02-R2; E03; E04-R01/E04-R02; E05-R01/E-05-R02; E06-R01/E06-R02**).

Os seis *sites* que fomentaram a escolha dos recortes, embora distintos em sua constituição, apresentam enunciadores jornalistas. É importante salientar que, conforme assevera Hernandez (2012), no jornalismo, a relação entre autor e leitor, no caso, entre autor e internauta, não é de mera transmissão de informações. Comunicar é, sobretudo, a ação do homem sobre outros homens, criadora de relações intersubjetivas que geram e mantêm crenças que se convertem, ou não, em determinados atos.

Para Hernandez (2012, p. 27), cabe ao jornalista ainda fazer uma triagem dos acontecimentos e reportar o que acontece no mundo para o seu público, portanto, ele é sempre um mediador, transformando fragmentos de realidade em notícia. Os jornalistas sempre reportam realidades filtradas, resultado de um processo com três fases:

1) "pinçagem" ou escolha do que é considerado "relevante"; 2) remontagem dos pontos que interessam para criar uma sensação de realidade e verdade; e 3) esquecimento ou negação do que é notado como inoportuno ou desimportante na situação retardada. Não existe nenhuma forma de falar uma ocorrência qualquer de maneira "isenta". E isso não é um "problema" dos jornais. A construção de uma determinada realidade, deve reforçar-se, dá-se a partir de uma visão de mundo, uma ideologia. Não interessa para um analista estudar se essa apreensão foi ou não consciente. O importante é verificar, na materialidade do texto, como se tenta persuadir o público. Sempre há um ato de pinçagem / remontagem / esquecimento para gerar um texto. Esse procedimento é inerente a qualquer construção discursiva e ao próprio ato de apreensão do real a partir de uma ideologia.

O jornalismo adota, como estratégia de comunicação, um processo metonímico, no qual a parte é tomada como todo, concebendo uma só realidade, uma só verdade. Assim, os leitores e internautas recebem aquela informação como única possível para justificar o que está sendo apresentado.

Diante do exposto, para facilitar a compreensão dos enunciados analisados nesta pesquisa, todos produzidos por jornalistas, apresentamos informações sobre os *sites* em que foram veiculadas as matérias de onde recortamos os excertos.

O primeiro recorte (**E-01**) foi publicado no *site* Divina Trindade, gerenciado por uma mulher chamada virtualmente de Poetic, que se auto-define como "Divulgando e amando a América Latina. Petista, agnóstica, pro-choice, a favor das minorias. Escrevo algumas coisas de vez em quando, mas da arte de reblogar eu manjo (muito)". A reportagem intitulada "A questão indígena no Brasil está se tornando um caso de polícia ou ficção?" foi hiperlinkada do *site* "<http://www.diarioliberalidade.org>", inscrita na categoria "indígena", escrita pelo jornalista Pedro César Batista. O *site* "O Diário Liberdade" é, segundo o corpo editorial, um portal anticapitalista da Galiza e dos países lusófonos, enquanto iniciativa informativa de caráter popular, realizada pela Associação Cultural Diário Liberdade. Ainda segundo o corpo editorial, a associação, formada em dezembro de 2009, objetiva contribuir para o exercício do direito de informação por parte da maioria, favorecendo a pluralidade informativa com total independência dos grandes poderes econômicos e empresariais, segundo o corpo editorial.

Já o segundo recorte (**E-02**) é parte de uma série de reportagens desenvolvidas por Nilberth Silva e Glenda Almeida, estudantes de jornalismo da Universidade de São Paulo, entre abril e dezembro de 2013. A reportagem "Apartados: *bullying* e racismo perpetuam a exclusão dos guaranis no Mato Grosso do Sul¹⁶" foi financiada pelo Prêmio Jovem Jornalista

¹⁶ Reportagem na íntegra disponível em < <http://abr-casa.com.br/bullyingcontraindigenas/#s1>>, acesso em 20 de dezembro de 2013, às 21h20min.

Fernando Pacheco Jordão, do Instituto Vladimir Herzog, e publicada em um blog da editora Abril, em dezembro de 2013.

O terceiro recorte (**E-03**) foi encontrado no *site* Repórter Brasil, o qual é resultado de uma organização não governamental denominada "A Repórter Brasil", fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores com o objetivo de fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no Brasil. Em seu *site*, no link "Quem Somos", é oferecido ao leitor um histórico do seu desenvolvimento, história, síntese de atividades e informações sobre financiamento e prestação de contas da ONG. O recorte analisado pertence à reportagem intitulada "Violência sexual atinge mais crianças e adolescentes no MS", inscrita na categoria "notícias", em fevereiro de 2009. Tal matéria foi hiperlinkada no *site* Índio de Papel (www.indiodepapel.org.br) e compõe uma série de reportagens que denunciam exploração sexual em terras indígenas no Mato Grosso do Sul.

Segundo o material publicado, o abuso e a exploração sexual de crianças e jovens estão entre as várias violações dos direitos fundamentais sofridas pelos indígenas. A questão da falta de terra é apontada como fator desencadeador da violência. As reportagens são resultantes do projeto "A insuficiência de políticas públicas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes indígenas no Mato Grosso do Sul", elaborado pelas jornalistas Natália Capillé e Nataly Foscahes. O projeto foi vencedor, na categoria mídia alternativa, do 4º Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística, realizado pela *Childhood* Brasil e pela ANDI, com o apoio do UNICEF e da OIT - Organização Internacional do Trabalho.

O quarto recorte (**E-04**), intitulado "Promotora defende adoção de crianças indígenas de Dourados", foi escrito pela jornalista Maria Neves e publicado, em abril de 2008, na categoria de comunicação "cidades" do *site* Agência Câmara Notícias, da Câmara dos Deputados. Já o quinto e penúltimo recorte (**E-05**), intitulado "Bebês morrendo de fome. E nada acontece. Será que é porque são índios?", foi escrito pela jornalista Patrícia Zaidan e publicado, originalmente, no *site* da Revista Claudia, em julho de 2007. Posteriormente, foi hiperlinkado no *site* "Planeta Sustentável". O corpo editorial afirma que a ideia do *site* é uma iniciativa multiplataforma de comunicação que tem a missão de difundir conhecimentos sobre desafios e soluções para as questões ambientais, sociais e econômicas. O *site* conta com a ajuda e patrocínio da Editora Abril, Bunge, Caixa, CPFL Energia e Petrobras Siga-nos no Twitter, Facebook, Pinterest, Google+ e Instagram.

Já o sexto e último recorte (**E-06**), constituído pelos enunciados inseridos na matéria intitulada "Conanda discute violação dos direitos de crianças indígenas em Mato Grosso do Sul", escrita pela jornalista Grazielle Machado, foi publicado no *site* "Agência Brasil" (<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil>), no dia 4 de outubro de 2007. Esse canal de comunicação pertence à EBC - Empresa Brasil de Comunicação, instituição criada pelo Decreto nº 6.246, de 24 de outubro de 2007, para fortalecer o sistema público de comunicação. Os veículos da EBC têm autonomia para definir produção, programação e distribuição de conteúdos. Segundo a definição disponível no próprio *site*, são veiculados, pela EBC, conteúdos jornalísticos, educativos, culturais e de entretenimento com o objetivo de levar informações de qualidade sobre os principais acontecimentos no Brasil e no mundo para o maior número de pessoas.

A seguir, para elucidar, apresentamos um quadro com os títulos das matérias que compuseram o processo analítico, bem como o *site* de origem, o ano de publicação e a sigla com que é identificado cada recorte.

Quadro 01. Condições de produção dos discursos analisados: primeiros contornos

Identificação	Título	Site	Publicação
E 01	A questão indígena no Brasil está se tornando um caso de polícia ou ficção?	http://divinatrinidad.com.br	14/01/2012
E 02	Apartados: <i>bullying</i> e racismo perpetuam a exclusão dos guaranis no Mato Grosso do Sul	http://abr-casa.com.br	12/2013
E 03	Violência sexual atinge mais crianças e adolescentes no MS	http://reporterbrasil.org.br/	23/02/2009
E 04	Promotora defende adoção de crianças indígenas de Dourados	http://www2.camara.leg.br/camara ranoticias	08/04/2008
E 05	Bebês morrendo de fome. E nada acontece. Será que é porque são índios?	http://planetasustentavel.abril.co m.br	07/2007
E 06	Conanda discute violação dos direitos de crianças indígenas em Mato Grosso do Sul	http://memoria.ebc.com.br/agen ciabrasil	04/10/2007

Para compreendermos os excertos analisados, é necessário conhecermos também alguns aspectos históricos e sociais do contexto nacional e, especificamente, do estado do Mato Grosso do Sul, sobretudo entre os anos de 2005 a 2007, período em que os problemas enfrentados pela comunidade marcaram um *acontecimento*, ou seja: o contexto histórico que determinou os interdiscursos no espaço jornalístico do país e, por consequência, interpelam o

espaço virtual até os dias de hoje. Alguns casos tornaram-se emblemáticos, como o do crescente número de mortes de crianças Guarani-Kaiowá e os casos de desnutrição que acometiam as comunidades indígenas da região de Dourados/MS. Durante esse período, segundo Guerra (2011¹⁷), os problemas que envolveram a comunidade indígena douradense agravaram-se e tornaram-se assuntos frequentes nos *mass media* do país, marcando de forma significativa o fato de que os Guarani não possuem um lugar definido na sociedade.

A violência contra as crianças indígenas é marcada pela negação dos direitos a uma cidadania que reconheça e garanta o pleno exercício das suas tradições culturais. As práticas violentas atingem meninos e meninas indígenas e configuram-se de diversas formas: por discriminação, preconceito, racismo ou situações de enfrentamento direto, como conflito de terras, desnutrição, negligência e omissão quanto a cuidados básicos.

Segundo a FUNAI, desde 1500, a população indígena brasileira decresceu acentuadamente e muitos povos foram extintos. O desaparecimento dos povos indígenas passou a ser visto como uma contingência histórica inevitável. Durante a colonização do Brasil, os povos indígenas foram quase dizimados física e culturalmente. Em contrapartida, esse cenário começou a mudar nas últimas décadas do século passado: a partir de 1991, quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) incluiu os indígenas no censo demográfico nacional, verificou-se que o contingente de brasileiros considerados indígenas cresceu 150% na década de 1990, totalizando 734 mil pessoas. A atual população indígena brasileira, segundo resultados preliminares do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, é de 817.963 indígenas, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. São falantes de 274 línguas, representados por 305 diferentes etnias¹⁸.

Ainda segundo a FUNAI, essa população, em sua grande maioria, vem enfrentando uma acelerada e complexa transformação social, necessitando buscar novas respostas para a sua sobrevivência física e cultural e garantir, às próximas gerações, melhor qualidade de vida. As comunidades indígenas vêm enfrentando problemas concretos, tais como invasões e degradações territoriais e ambientais, exploração sexual, aliciamento e uso de substâncias psicoativas, exploração de trabalho, inclusive infantil, mendicância, êxodo desordenado, causando grande concentração de indígenas nas cidades.

¹⁷ GUERRA, Vânia, M.L. “Exclusão e pobreza: um olhar discursivo sobre o povo guarani de Mato Grosso do Sul”. Seminário apresentando no ALED, 2011.

¹⁸ Disponível em < <http://www.FUNAI.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>>, acesso em 30 de abril de 2014, as 22horas.

A situação dos povos indígenas hoje, segundo Urquiza¹⁹, traz marcas profundas da colonização, que se caracterizou, também, pela sistemática e planejada busca de superação da sociodiversidade, por meio da criação de um estado-nação, na tentativa de homogeneizar os cidadãos brasileiros. Os contornos históricos que estamos acostumados a estudar nos currículos escolares fazem permanecer, no senso comum, a noção equivocada de que a presença dos povos indígenas, além de sinal de atraso (pois impede o avanço das fronteiras do progresso, como a agricultura, pecuária de exportação, entre outros), significa, ainda, o risco de futuras fragmentações políticas para o país.

Castells (1999), ao estudar questões relacionadas à etnia, considerada como fonte fundamental de significado e identidade, sugere que ela favorece os processos de estratificação por ser uma característica mais primária de distinção e reconhecimento social. Ao explanar sobre a evolução da identidade afro-americana nos Estados Unidos, o autor constatou consequências da profunda divisão social que a envolve. Essa identidade foi construída a partir de um povo sequestrado e escravizado, composta por uma heterogeneidade de situações de desproteção social. Diante desse cenário, a comunidade afro-americana desenvolveu, por meio da música, da literatura, das artes e das igrejas, princípios como o da invisibilidade e o da anonimidade para lidar com a exclusão, sem cair no autoaniquilamento.

Lemos (2000) também direcionou olhares para a construção da identidade a partir de processos de colonização, ao estudar as formas de pensar das populações mexicanas atuais, apreendendo que o povo colonizado perde seus referenciais culturais e, quando a alteridade não é respeitada, precisa adotar os valores impostos pelo outro para sobreviver. Embora o novo imaginário colonizado tenha introduzido e se tenha apropriado dos costumes e valores do colonizador (representações do outro), a população não esquece jamais o seu passado tradicional.

Dentro desse amplo mosaico que é a realidade dos povos indígenas no Brasil, Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena do país, com aproximadamente 70 mil índios (68.860), sendo aproximadamente 56% de crianças na faixa etária de 0 a 14 anos. Essa população, heterogênea em sua constituição, é distribuída em 29 municípios, sendo representada pelas etnias Kaiowá e Guarani, Terena, Kadiwéu, Guató e Ofaié. Embora as etnias estejam "distribuídas", os índios foram submetidos ao confinamento territorial estipulado a partir de 1915, pelo extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão

¹⁹ Texto intitulado "Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul - Alguns aspectos Antropológicos", disponível no Museu das Culturas Dom Bosco, em: < <http://www.mcdb.org.br/materias.php?subcategoriaId=23>>, acesso em 02 de maio de 2013, às 22h49min.

subordinado ao Ministério da Agricultura, que inculuiu o conceito de tutela e incluiu as populações indígenas sob a égide do Estado, com a promessa de assegurar-lhes assistência e proteção. Confinamento é a transferência sistemática e forçada da população indígena para pequenas extensões de terra. (NASCIMENTO; URQUIZA; VIEIRA, 2011).

Segundo os autores, as etnias indígenas de Mato Grosso do Sul apresentam uma peculiar história de contatos, resistências, negociações e alianças, no entanto todas sofreram o mesmo processo na luta de/por terras: a grande maioria está confinada em reservas (pequenas porções de terra) ou em periferias de cidades, com extensiva densidade demográfica e uma particular densidade cultural, que se manifesta no enfrentamento e na luta pelo fortalecimento de sua autonomia interna, ao mesmo tempo em que busca resistir ao processo de assimilação e de homogeneização.

Para refletirmos sobre as condições de existência dos povos indígenas sul-mato-grossenses, faz-se necessário também dirigir olhares para a constituição desse novo estado, fundado recentemente, em 11 de outubro de 1977. A conquista e a ocupação efetiva da região, anteriormente integrada ao estado do Mato Grosso, foram consequências da atividade pecuária e, posteriormente, da agricultura. O grande crescimento populacional na região centro-oeste foi fonte das mais notáveis e complexas transformações na última metade do século passado, em decorrência do elevado número de migrantes de diferentes origens que afluíram à região, sobretudo os brasileiros advindos do Centro-sul do país.

Segundo Bisinoto (2009), a política desenvolvimentista do regime militar no Brasil (1964-1985) incluiu o incentivo à ocupação das regiões do Centro-oeste, visando à expansão da fronteira agrícola e econômica, bem como a uma hipotética consolidação da segurança nacional nas fronteiras políticas. A chamada "onda colonizadora" não considerou o contingente humano que tradicionalmente habitava a região, constituído, sobretudo, por grupos indígenas, que não dispunham de documentação que lhes garantisse a posse da terra.

A migração, oriunda das investidas do governo militar, foi truculenta e despótica, resultando em conflitos sociais generalizados: enfrentamentos, dizimação de índios, instalação do trabalho escravo em usinas e latifúndios, assassinato de líderes sindicais, entre outros. O confronto de forças desiguais sempre foi desastroso para as populações nativas, uma vez que esses habitantes não dispunham de meios de defesa e nem sequer encontraram, nos poderes públicos, apoio e legislações que os amparassem efetivamente. Fenômenos sociais, como a migração, vêm exacerbar e escancarar as diferenças sociais.

Como consequência desse processo histórico de confinamento e migrações, o aumento populacional e a proximidade dos centros urbanos vêm gerando novas formas de conflitos entre os índios e o branco, como é o caso do assalariamento nas usinas de biocombustíveis, da violência familiar, causada particularmente pelo consumo de bebidas alcoólicas, do aumento da dependência das políticas públicas assistenciais e da fragmentação da família, fruto da desorganização social. (BISINOTO, 2009). A questão da terra é de vital importância para esses povos, tendo em vista que todos, sem exceção, constroem seu próprio sentido de pessoa e de mundo a partir da relação com a terra. Em outras palavras, a relação com o território é condição para a reprodução física e cultural desses povos.

Segundo Rangel e Liebgott (2012²⁰), no Relatório de violência contra os povos indígenas, emitido em 2012, as disputas fundiárias, incrementadas pela omissão ou morosidade do governo em face dos conflitos e de sua postura de não demarcar as terras, contribuíram para o aumento das invasões de terras, dos ataques às comunidades, das ameaças de morte, espancamentos e de outras formas de violação aos direitos humanos. Com isso, as violações contra as crianças indígenas também ascendem em ritmo acelerado, embora as legislações estejam estabelecidas.

O que acontece, porém, sobretudo na tela, é que, mesmo estando as violências expostas e evidentes nas reportagens e matérias, as representações sobre as crianças e a comunidade indígena ali encontradas geram efeitos de sentido de que são os próprios excluídos os responsáveis pelas adversidades.

É sabido, conforme assevera Hernandez (2012, p. 18), que, no jornalismo, a divulgação de notícias está relacionada "a mudança ou reforço de crenças que redundem em atitudes que podem ou não se converter em ações de diversas amplitudes, de comprar um jornal ou apoiar determinado candidato a presidente, de ver a peça de teatro comentada ou até mesmo de não fazer nada diante de alguma forma de injustiça". Logo, se há representações que fomentam a exclusão, ou ainda, se há ausência de mobilização para mudar o *status quo*, mais se reforça a pertinência de problematizarmos esses dizeres. Esse processo analítico nos leva a associar a criança indígena ao conceito de *Homo Sacer*, à luz das reflexões propostas pelo filósofo Giorgio Agamben, no seu livro *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*.

Os excluídos socialmente, seja em decorrência da etnia, raça, religião, classe, ou até mesmo de uma característica que não colabora para a manutenção do sistema, são

²⁰ Lucia Helena Rangel, antropóloga / PUC-SP, e Roberto Antonio Liebgott, missionário leigo atuando no CIMI, escreverem o artigo "A dura e dolorosa realidade a que os povos indígenas estão submetidos no Brasil", publicado no relatório de violência contra os povos indígenas - dados de 2012. Disponível em < <http://www.cimi.org.br/pub/viol/viol2012.pdf>>, acessado em 12 de agosto de 2013, às 13h06min.

descartados, considerados como refugio humano, definições tecidas por Bauman. Para Miranda e Fialho (2012), Agamben avança nessa análise e ultrapassa a categoria de descartável e lança a categoria de *matável*, comparando os excluídos com o *homo sacer*, figura do direito romano arcaico que configurava, em si, um paradoxo. Na política originária, o ordenamento social romano ancorava-se em valores sacros, escalonados em indivíduos que eram considerados sagrados e indivíduos normais, os *ius divinum* e os *ius humanum*; porém, no entrelugar, entre esses dois sujeitos, há o *homo sacer*:

uma figura enigmática que reunia traços contraditórios e por isso precisava ela mesma ser explicada, entra assim em ressonância com a categoria do sagrado no momento em que esta atravessa por conta própria um processo irrevogável desse semantização que leva a assumir significados opostos, esta ambivalência, posta em relação com a noção etnográfica de tabu, é usada para explicar, com perfeita circularidade, a figura do *homo sacer*. (AGAMBEN, 2010, p. 82)

Segundo Agamben (2010), a contradição ainda é acentuada pela circunstância de que o *homo sacer* era aquele que qualquer um podia matar impunemente, porém não devia ser levado à morte nas formas sancionadas pelo rito, ancoradas no formato de sacrifício aos deuses. Logo, esta seria a especificidade do *homo sacer*: a impunidade da sua morte e o veto do sacrifício. Desprovido da proteção da lei, podia ser assassinado sem que isso se configurasse em um crime; assim, a vida do *homo sacer* situa-se no cruzamento entre uma matabilidade e uma insacriticabilidade, fora tanto do direito humano quanto do direito divino (AGAMBEN, 2010, p. 76).

Nesse contexto, temos instaurado aí um estado de exceção, posto que seu assassinato não estava preconizado como ação passível de sanção e punição, conforme ordenamento jurídico da época, sem que isso se configurasse um ato de sacrifício. A vida do *homo sacer* encontrava-se em uma via de dupla exclusão: embora insacriticável, era matável. “Assim como, na exceção soberana, a lei se aplica de fato ao caso excepcional desaplicando-se, retirando-se deste, do mesmo modo o *homo sacer* pertence ao Deus na forma da insacriticabilidade e é incluído na comunidade na forma da matabilidade.” (AGAMBEN, 2010, p. 84).

Poderíamos evocar, a título de reflexão, os sujeitos estudados por Foucault: os loucos, doentes e presos são sujeito matáveis? Trazendo a análise para a contemporaneidade, a população que constituiu as minorias (crianças, sobretudo as indígenas, mulheres, negros, pessoas com deficiência, adolescentes em conflito com a lei, pessoas em situação de rua) são

as novas configurações do *homo sacer*, cuja vida, como tal, é indiferente, viva ou morta? Objetos de violência que excede tanto a esfera do direito quanto a do sacrificio, excepcionando-se em uma dupla exclusão do contexto real das formas de vida.

Congregando o conceito de matabilidade com o atual cenário social brasileiro, reconhecemos uma população cujos membros, quando são vítimas de violência, não despertam nenhum posicionamento mais enfático dos mecanismos punitivos nem da sociedade civil. São indivíduos que estão excluídos ou distantes da participação política e de serviços básicos, como saúde, alimentação, educação, moradia e segurança. Esses sujeitos, novos *homo sacer*, atuais indivíduos matáveis, são excluídos de qualquer tipo de contato com uma existência cidadã, pois o seu acesso ao mais fundamental dos direitos, o direito à vida, não é garantido. A sua representatividade para o sistema é de um ser matável. (MIRANDA; FIALHO, 2012).

Os autores trazem exemplos das novas configurações de vida do *homo sacer*, como as execuções de traficantes e moradores nas favelas do Rio de Janeiro, os assassinatos de soldados afegãos durante a guerra contra os Estados Unidos, os judeus que ocupavam os campos de concentração comandados por Adolf Hitler, e por que não, as centenas de crianças indígenas mortas todos os anos?

Posto isso, passamos, no capítulo seguinte, a analisar a materialidade linguística e a discutir as representações da criança indígena em situação de violência, objeto desta pesquisa, mobilizando os aportes teóricos propostos no capítulo anterior e as condições de produção aqui tecidas.

CAPÍTULO III

3. DA INFÂNCIA À VIOLÊNCIA, DA VIOLÊNCIA À INFÂNCIA: PROCESSOS DE CONTRADIÇÃO E EXCLUSÃO

Fomos obrigados a aceitar em 1500, os nossos intrusos visitantes que nos impôs sua cultura e seus costumes, foram 500 anos de luta e resistência; com tudo destruído estamos agora, ao meio de uma selva de pedra, que nos impõe o sistema Capitalista, culminando com a famigerada globalização. Isso tudo estranho à nossa cultura (usos e costumes). Hoje [...] somos cobrados pela sociedade, se não trabalhamos somos preguiçosos, se adquirirmos bens, não estamos vivendo nossa cultura e nossa tradição. (Trecho do artigo "Índio, capitalismo, globalização"²¹, de Wilson Matos da Silva, índio terena/guarani, acadêmico de Direito e chefe do Núcleo da FUNAI em Dourados)

Neste capítulo referente à análise dos dados de pesquisa, perpassamos as práticas discursivas de textos jornalísticos que circulam no ciberespaço e sedimentam o sólido alicerce sobre o qual se configura a imagem do índio na sociedade brasileira. Com base nos procedimentos metodológicos foucaultianos e tomada a direção da perspectiva da AD, sobretudo da visão transdisciplinar e desconstrutivista – cujo olhar propicia o entrecruzamento de saberes e o diálogo, onde as diferenças são mais profícuas que as semelhanças –, discutimos marcas e manifestações de subjetividade, de representatividade, de identidade/cultura e de preconceito nos/dos diferentes discursos analisados. Nossa meta é desconstruir representações simbólicas e práticas ritualísticas que fundam a tradição hegemônica e a sociedade do branco, rompendo com modelos cristalizados, para concebermos a diferença como realmente ela é: distinta e única; especial e peculiar, em busca de novas atitudes e ações polissêmicas, à medida que contemplem, verdadeiramente, o outro.

O discurso jornalístico, ao mesmo tempo em que faz circular fatos, ideias e saberes, dinamizando-os, também os cristaliza, à medida que os registra. Segundo Limberti (2012), o discurso jornalístico é um mecanismo duplo de acessar os sentidos e controlar os critérios de

²¹ Artigo publicado em 27/02/2000, na seção "Opinião", do jornal *O Progresso*, e disponível no livro *A imagem do índio: discursos e representações*, de Rita de Cássia Pacheco Limberti (2012, p. 268)

sua construção, pois, enquanto prática discursiva, opera um processo de significação que se constrói de maneira especial, num determinado espaço e num determinado tempo: ancorando-se no presente, seleciona, transforma e propaga os fatos e os preceitos ideológicos, legitimando-os como memória.

Já no que diz respeito a esse gênero na virtualidade, é necessário refletir sobre a noção de tempo real. Reinventada pelos informatas, poderíamos, segundo Lévy (1993), falar de uma espécie de implosão cronológica, de um tempo instaurado pelas redes de informática. O devir da oralidade e da escrita parecia ser inerte; o da informática deixa crer que vai muito depressa, ainda que não queira saber de onde vem e para onde vai. Ela é a velocidade. Qual seria, então, o tipo de tempo secretado pela informatização?

A maneira antiga de inscrever os signos era conveniente para o cidadão ou camponês. O computador e as telecomunicações correspondem ao nomadismo das megalópoles e das redes internacionais. Ao contrário da escrita, a informática não reduplica a inscrição sobre o território; ela serve à mobilização permanente dos homens [...]. A informática, ao contrário, faz parte do trabalho de reabsorção de um espaço-tempo social viscoso, de forte inércia, em proveito de uma reorganização permanentemente e em tempo real dos agenciamentos sociotécnicos: flexibilidade, fluxo tensionado, estoque zero, prazo zero (LÉVY, 1993, p. 114).

A informática transcende o destino da escrita. Há uma forma de apagamento das memórias e da singularidade. Para Lévy (1993), os textos dos jornais virtuais se parecem mais com notas de agência do que com análises profundas de uma situação. Talvez a isso se deva o fato de termos encontrado tamanha dificuldade no levantamento e seleção dos dados, uma vez que buscamos encontrar discursos, (re)produzidos no ciberespaço, da sociedade branca sobre situações das crianças indígenas vítimas de violência.

No caso da informática, a memória encontra-se tão objetivada em dispositivos automáticos, tão separada do corpo dos indivíduos ou dos hábitos coletivos, que é questionável se a própria noção de memória ainda é pertinente. (LÉVY, 1993, p. 118). Importa mencionar que, dos seis recortes analisados, três foram hiperlinkados e dois destes já não se encontravam mais disponíveis no mesmo endereço de quando acessado no início da pesquisa, em março de 2013. Os recortes "Promotora defende adoção de crianças indígenas de Dourados" e "Bebês morrendo de fome. E nada acontece. Será que é porque são índios?" haviam sido encontrados e selecionados no *site* "Diga não à erotização infantil", que, após três meses, estava indisponível:

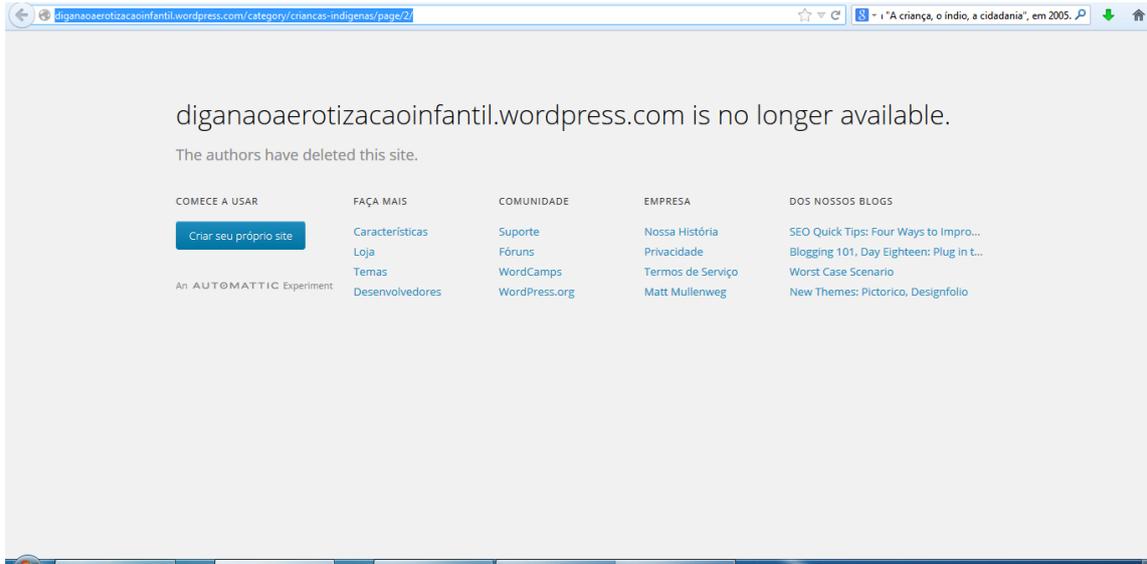


Figura 02. Informação referente ao site "Diga não à erotização infantil" indisponível

Foi necessária uma nova busca pelo espaço virtual, mediante o uso de trechos das reportagens que haviam sido copiados e colados no programa *Word*, para que encontrássemos uma nova fonte. Outro ponto pertinente a ser destacado foi a ausência de comentários sobre a matéria: dos seis *sites*, três ofereciam essa ferramenta abaixo de cada reportagem publicada, mas não havia manifestação dos leitores quando as informações referiam-se a criança indígena.

Podemos refletir então: há leitores/público para essa temática? Se, por um lado, encontramos representações estereotipadas e excludentes da população indígena, encontramos também seu “esquecimento” (não o de Pêcheux...), sobretudo no que concerne à comunidade infantil. Desinteresse ou silenciamento? Os estereótipos e a exclusão se mantêm, da mesma forma que a violência, o assassinato, a negligência, mas ninguém vê, ninguém ouve, ninguém percebe. Ocorre que a informação virtual é mais perecível e transitória. Além disso, o acesso à informação dita *on line* (isto é, diretamente acessível) é feito de forma totalmente seletiva e não contínua, como em uma leitura, já que, a princípio, toma-se conhecimento apenas daquilo que é procurado. (LÉVY, 1993).

Podemos atribuir esse fato à característica deslizante das telas, que não retêm nada: nelas, toda explicação possível se torna nebulosa e se apaga, contenta-se em fazer desfilas palavras e imagens espetaculares, que já estarão esquecidas no dia seguinte. E quanto mais digitais as informações forem, mais o espaço virtual as sintetizará; mais rapidamente serão produzidas e descartadas. Como as crianças? Esquecidas, violentadas e matáveis. Novos projetos de *homo sacer*.

Reflexões sobre o virtual postas, iniciamos o percurso analítico, considerando a materialidade linguística que nos saltou aos olhos. Os seis recortes já nos traziam pistas sobre as representações da criança indígena pelas positivities presentes, sobretudo pela forma como se reportaram ao falar do índio, interditando-o, segregando-o e, por fim, excluindo-o (FOUCAULT, 2007b). As práticas discursivas analisadas trazem, em seu bojo, notícias com o objetivo de (d)enunciar os fatos, reproduzir e fazer circular a violação de direitos, situação com que e em que a comunidade indígena sul-mato-grossense é obrigada a conviver diariamente. Cotidianamente. Tais práticas, ancoradas na visão de objetividade e verdade, estão, todavia, carregadas e marcadas por um discurso estereotipado e que nada traz de novo. O que emerge é a recategorização da representação do indígena como sujeito incapaz e inferior.

3.1. Representações do branco sobre o índio e sobre a criança indígena

Por meio dessa "recategorização" histórica, congregada às formações discursivas, ao interdiscurso do índio e as regularidades enunciativas analisadas nos dados, pudemos encontrar representações do branco sobre o índio e sobre a criança indígena. Analisando o "arquivo" das primeiras representações sobre o indígena, deparamos com o estudo do primeiro documento que pode ter fomentado a recategorização sobre o indígena ao longo de todo o percurso histórico até o presente: "A Carta"²², de Pero Vaz de Caminha, cujo conteúdo influenciou os primeiros e, por que não, os demais olhares que a sociedade branca direcionou para o índio. Segundo Limberti (2012), a imagem de incapacidade do índio regulariza-se na Carta de Caminha e estende-se nas notícias dos jornais, na arte, na literatura e até nas políticas públicas e legislações específicas, seja por meio da enumeração de atitudes que a caracterizam no comportamento dos indígenas, seja por meio de notícias que registram medidas para sua proteção e assistência, que se constitui em uma maneira indireta de apresentá-los como incapazes.

Na perspectiva da incapacidade indígena, os dados analisados deixam vazar representações contraditórias, irrompendo a imagem de que os indígenas adultos favorecem a violência ou não protegem adequadamente suas crianças a ponto de elas serem violentadas. Concomitantemente, as representações encontradas também deixam irromper a imagem da criança que fomenta sua própria violação: seria a própria criança o sujeito responsável pelo

²² "A Carta" remete, nesta pesquisa, à Carta de Caminha.

fenômeno violento que a acomete, por se apropriar da cultura do branco. Assim, foi necessário dividir a análise em dois eixos, a saber: representações da criança vilipendiada e vitimizada e representações da criança responsável e culpada.

No primeiro eixo, a criança é retomada, recategorizada e representada como vítima, sendo a violência concebida como resultado da negligência de seus familiares ou da própria comunidade indígena. Seja na ausência de terra, valores, trabalho, identidade, seja na presença de drogas ilícitas ou álcool, os índios violentam suas crianças ou favorecem a violência contra elas. Já no segundo eixo, a criança é representada como responsável e culpada, pois deixou-se influenciar pela cultura do outro, apropriando-se dessa cultura como quem "rouba" valores de uma outra sociedade. Por roubar algo que não é seu, contamina-se e "chama" a violência sobre si, estabelecendo-se, assim, uma relação de causa-efeito, denexo causal.

Assim, notamos que a contradição e o paradoxo sobressaem-se nas representações dos indígenas, seja sobre os índios adultos, seja sobre os índios crianças. Em determinados momentos, emerge dos dados a recategorização de incapacidade indígena, por meio da "constatação" de que os índios não sabem cuidar de sua prole, de modo que eles precisam assimilar os valores do branco. Ao mesmo tempo, são criticados e julgados por terem-se, ao longo da história, apropriado dessa outra cultura. São cobrados e julgados como indivíduos que se estão perdendo e deixando-se contaminar. Assim, de que índios se fala? O que salta aos olhos é o índio que carrega a marca estigmatizante da inferioridade, seja o índio de 1500, seja o índio dos anos 2000.

Viana e Limberti (2013), ao estudarem sobre o preconceito presente em redações de adolescentes indígenas, asseveram que a sociedade brasileira desconhece quem são os povos indígenas, ou mesmo como vivem e o que pensam. Há imagens extremistas quanto a eles, tal como afirma o índio Wilson Matos da Silva: depois de terem tido suas vidas e costumes invadidos, são julgados por não estar vivendo sua cultura e tradição, caso se aproximem da cultura do branco; e, se não trabalham, são tachados pela sociedade de preguiçosos.

Nolasco (2009), ao empreender uma discussão crítica em torno da teoria subalternista, problematiza a imagem negativa que a sociedade brasileira e, por extensão, a América Latina construíram sobre o índio ao se referirem a este com o termo "bugre", substantivo masculino que designa, de forma genérica, os índios. Já conforme o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010, p. 118), "bugre", em seu sentido figurado, conota indivíduos rudes e incultos. Essa imagem, materializada no dicionário, não só corrobora os preconceitos existentes entre as culturas, mas também agrega, à cultura dos índios, efeito de ausência de civilização. Um

pensamento advindo do processo de colonização, dos interesses de classe, atravessados pelos jogos de poder, ancorados na não valorização da diferença, delegando, aos povos indígenas, a condição de "nação" subalterna.

3.1.2. Representação da criança vilipendiada e vitimizada

Os recortes que analisamos neste eixo trazem a representação da criança vitimizada e reificada pelo discurso jornalístico virtual. Em suas práticas discursivas, tal discurso incorpora os interdiscursos que circulam sobre as representações indígenas, reforçando certos estigmas. Para isso, apresentamos o excerto **E01**, recorte do discurso jornalístico publicado em 14 de janeiro de 2012, sob o título "A questão indígena no Brasil está se tornando um caso de polícia ou ficção?"²³:

E01 - A violência contra **indiozinhos não é novidade**²⁴. A morte de crianças em aldeias **não é novidade**. Todos os anos dezenas de crianças morrem por falta de condições de higiene, desnutrição e a miséria, segundo **inúmeros dados de conhecimento público**. Em 2008, uma menina da etnia Guajajara foi morta a tiros no Maranhão quando estava dentro de sua casa. Há informações de 11 assassinatos de crianças indígenas em 2009 no Brasil. Em 2010, quatro menores foram assassinados, entre eles, uma menina de 8 anos. **Ela foi estuprada, agredida e morta a pauladas depois de passar a tarde nadando em um açude**. O fato ocorreu na aldeia Tey Cuê, em Mato Grosso do Sul, e segundo as investigações, **uma tia da menina ofereceu a garota em troca de drogas**. Ou seja, o assassinato de **curumins não é nenhuma novidade** conforme **inúmeros relatórios do CIMI** (Comissão Indigenista Missionária), ligado à CNBB.

Vejamos o “espaço” de onde foi extraído o recorte E01 e alguns aspectos de suas condições de produção, já descritas no item 2.3:

²³ Matéria na íntegra disponível em <<http://divinatrinidad.tumblr.com/post/15843259597>>, acesso em 02 de fevereiro de 2014, às 22h15min.

²⁴ Grifos nossos.

divinatrinidad.tumblr.com/post/15843259597/a-questao-indigena-no-brasil-esta-se-tornando-um-caso

Home Perguntame Eleições 2014 Submit Archive Mobile RSS

Poetics

Text Enero 14, 2012

A questão indígena no Brasil está se tornando um caso de polícia ou ficção?

Segundo o site oficial da Presidência da República o Brasil possuía no início do século XVI uma população de 5 milhões de indígenas, os quais "alcançam hoje o número de 325.652" pessoas, distribuídas em "215 etnias, que falam cerca de 170 línguas distintas".

Na própria página eletrônica informa-se que nessa população não estão incluídos os Índios "isolados".

Já a Constituição Federal, em seu artigo 129, inciso V, diz que cabe a União legislar sobre os territórios indígenas, sendo o Ministério Público responsável pela defesa dos direitos e interesses dessas populações, sendo a FUNAI o

ABOUT

Tudo de ruim numa pessoa só: à esquerda, petista, feminista, pro-choice, a favor dos direitos LGBT, sem religião, latinoamericana. Escrevo algumas coisas de vez em quando, mas da arte de rebogar eu manjo (muito). Amo Ballet e The Office.

Nunca mais perca uma postagem!

divinatrinidad Poetics + Seguir

Figura 03. Referente ao publicação da matéria E01 - "A questão indígena no Brasil está se tornando um caso de polícia ou ficção?"

www.diarioliberalde.org/index.php?option=com_content&view=article&id=23426&Itemid=0&thanks=13

dicionário online

Desde a criação da FUNAI, em 1967, as relações com os povos originários tem sido conflituosa. Prova disso são as inúmeras lutas das comunidades indígenas contra a instituição.

Há dois anos, em janeiro de 2010, 500 índios ocuparam a sede da instituição em Brasília. Cerca de 20 etnias participaram do movimento contra a reestruturação da instituição executada pelo presidente da FUNAI, Marcio Meira. Além de outras lutas desenvolvidas por índios de todo o país contra a política indigenista oficial.

Assassinato do cacique Guarani - Caiová

No final do ano passado o cacique guarani – caiová Nísio Gomes desapareceu, após o acampamento, localizado na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, ter sido atacado por pistoleiros. Segundo a comunidade indígena ele foi morto a tiros e o corpo levado em uma caminhonete. A Polícia Federal divulgou no início deste ano que três homens foram presos suspeitos de terem praticado o crime. Até o momento o corpo do líder indígena ainda não foi encontrado. Por determinação do Ministério da Justiça, um grupo da Força Nacional cuida da segurança dos índios que foram atacados. A medida prevê a permanência da unidade na fronteira por 90 dias.

A violência contra indiozinhos não é novidade

A morte de crianças em aldeias não é novidade. Todos os anos dezenas de crianças morrem por falta de condições de higiene, desnutrição e a miséria, segundo inúmeros dados de conhecimento público. Em 2008, uma menina da etnia Guajajara foi morta a tiros no Maranhão quando estava dentro de sua casa. Há informações de 11 assassinatos de crianças indígenas em 2009 no Brasil. Em 2010, quatro menores foram assassinados, entre eles, uma menina de 8 anos. Ela foi estuprada, agredida e morta a pauladas depois de passar a tarde nadando em um açude. O fato ocorreu na aldeia Tey Cuê, em Mato Grosso do Sul, e segundo as investigações, uma tia da menina ofereceu a garota em troca de drogas. Ou seja, o assassinato de curumins não é nenhuma novidade conforme inúmeros relatórios do CIMI (Comissão Indigenista Missionária), ligado a CNBB.

Curumim queimado no Maranhão

Em outubro de 2011, segundo o CIMI, um garoto de 8 anos, da etnia Awá-Guajá, que vivem na Terra Indígena Arariboia, foi queimado vivo por madeireiros. Ainda, conforme a nota do CIMI, o corpo foi encontrado pelos índios Guajajaras a cerca de 20 quilômetros da aldeia Patizal, próxima ao município de Arame (MA). Somente no início de 2012 a informação se tornou pública, após ter sido divulgada nas redes sociais. Durante dois meses a notícia ficou nos

Figura 04. Referente ao site de origem da matéria hiperlinkada - E01 - "A questão indígena no Brasil está se tornando um caso de polícia ou ficção?"

Podemos, a partir da visualização da Figura 4, empreender certa identificação desse sujeito que enuncia e que traz à tona assuntos relegados à margem. Um sujeito que, embora diga ser "a favor das minorias", ou ainda "independente dos grandes poderes", traz em seu discurso marcas das representações do e sobre o indígena ligadas a estereótipos e preconceitos. Segundo Viana e Limberti (2013), citando Van Dick, em seu livro *Discurso e Poder* (2008), as ideologias e os preconceitos não são inatos e não se desenvolvem espontaneamente nas relações, mas são adquiridos e aprendidos, sobretudo, por intermédio da

comunicação, ou seja, da escrita e da fala. Segundo o analista do discurso, embora as pessoas afirmem veementemente que não são preconceituosas, seus discursos revelam os mais diversos tipos de preconceitos.

Nesse excerto, pudemos encontrar itens lexicais que mobilizam representações sobre a criança como um ser vitimizado desde sempre, reforçando a ideia de que a violência sempre vai acometer crianças indígenas pelas condições sociais e históricas em que (não) vivem. Por meio da repetição do predicado nominal "não é novidade", com verbo ser no presente do indicativo, com sentido existencial ou atemporal, retomado três vezes para sujeitos gramaticais diferentes – A) "A violência contra indiozinhos não é novidade"; B) "A morte de crianças em aldeias não é novidade"; C) "o assassinato de curumins não é nenhuma novidade" –, emerge um efeito de sentido de que a violência contra as crianças sempre existiu e sempre será uma constante. Segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010, p. 536), o item lexical “novidade” atribui qualidade de novo a algo ou alguma situação. Deslocado o sentido das recategorizações, observamos seu efeito de adjetivo, associado à violência infantil por um modalizador de negação, como algo não raro, algo que não possui atributo de novo. Logo, compreende-se que a violência contra a população infantil indígena é “natural”.

Esse efeito de naturalização também é corroborado por intermédio de outra regularidade encontrada no excerto, nos enunciados nominais de pendor conformativo "segundo inúmeros dados de conhecimento público" e "conforme inúmeros relatórios do CIMI", os quais referenciam a ideia de que as esferas estatais já possuem tal informação – e esta é oficial –, mas nada é ou pode ser feito. Os itens lexicais "dados" e "relatórios" trazem à tona uma formação discursiva científica positivista, um discurso de legitimidade, ancorado em estudos que resultaram em dados estatísticos e fomentaram a estruturação de relatórios. Se estão registrados em relatórios, os índices de violência contra as crianças indígenas estão documentados. A violência, estudada, registrada em dados, documentada em relatórios e reproduzida pelo jornalismo – inclusive, o virtual – ainda é recorrente. Podemos perceber ainda as modalizações para referenciar a violência, retomada ao longo de todo o enunciado: "a morte de crianças" é parafraseada e recategorizada, numa espécie de gradação, em "o assassinato de curumins": não são mortes naturais nem de quaisquer crianças; são crimes contra crianças indígenas. E as “provas” disso não são raras: são "inúmeros dados" e "inúmeros relatórios".

A violência é registrada, mas as crianças ficam como que em segundo plano. Daí ser possível postular a criança indígena como a nova forma contemporânea do *homo sacer*, cuja

vida é matável: "soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera (AGAMBEN, 2010, p. 87). Problematizar a infância indígena como uma nova configuração do sujeito matável nos faz pensar que cada cultura atribui, aos seus discursos sobre a infância, valores, condutas e expectativas sobre o que é considerado como desejável, prazeroso, previsto em lei, proibido e necessário para essa faixa etária.

Segundo Baladeli e Rodrigues (2008), toda sociedade carrega (e carrega-se de) discursos que estabelecem o conceito de infância e são por ele estabelecidos. Segundo os autores, para a sociedade hegemônica, sobretudo os profissionais da educação, as crianças (ainda) são representadas como sujeitos inocentes, que necessitam ser guiados pelos adultos:

Um discurso que atribui aos adultos a responsabilidade de definir valores morais e estabelecer limites acerca do que pode ser conhecido e uma necessidade de desenvolver ao máximo as potencialidades daqueles indivíduos para que estejam prontos para se inserir no universo adulto (BALADELI; RODRIGUES, 2008, p. 2).

Esse interdiscurso que circula sobre o imaginário infantil ancorou, sobretudo, o desenvolvimento das legislações nacionais que visam à proteção da infância, como o ECA, já explanado no Capítulo II. Mas, diante dos efeitos de sentido encontrados no **E01**, podemos refletir que há diferença, nos dizeres do branco, sobre a forma de conceber a criança indígena da criança branca? A violência que assola as crianças da comunidade indígena é aceita com a mesma naturalidade quando acomete a criança branca?

Podemos lembrar, a título de reflexão, do caso emblemático "Isabella Nardoni", uma criança de 5 anos de idade, que foi arremessada pela janela do apartamento do genitor e da madrasta, em 29/03/2008. O caso ganhou repercussão nacional e internacional. Hoje, encontramos uma página no *site* da Wikipédia²⁵, cujo conteúdo ganhou 12 subitens para explanar e elucidar a situação. O pai e a madrasta foram levados a júri popular e condenados por homicídio doloso triplamente qualificado, ainda que houvesse controvérsias na acusação. Sem desconsiderar a gravidade do caso, pensemos: Quantas "Isabellas" são mortas e assassinadas no Brasil? Mas o que motivou que o caso em questão ganhasse tanto destaque em detrimento de outros? Talvez um dos motivos seja o fato de ela ser uma criança branca, filha de pais da classe média-alta da capital paulista.

²⁵ Conteúdo disponível no site: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Isabella_Nardoni>. Acessado em 23/09/2014, às 11hrs40min.

Para Guerra (2010), o conceito de diferença configura-se num processo de significação cultural discursivo, que se constitui no sentido atribuído àquelas características (raça, etnia, corpo, classe social). Tais características distanciam os sujeitos da identidade tida como a norma. A norma, na nossa cultura ocidental, corresponde ao homem branco, heterossexual, classe média-alta, cristão. A população indígena está fora da ordem do discurso por não apresentar as atribuições “necessárias”. O que está em jogo são as relações de poder que demarcam lugares fixos para os sujeitos.

No caso das crianças indígenas, nem lugar elas possuem ao certo, pois estão no entrecruzamento entre a lei e a sacralidade. Vilipendiadas e violentadas. Esquecidas e escamoteadas. As crianças indígenas, diferentemente das "Isabellas" da sociedade branca, não são sequer identificadas nas reportagens escritas pelos jornalistas no ciberespaço. São representadas por um processo metonímico, de todo pela parte, mobilizado no substantivo feminino "dezenas": "dezenas de crianças morrem". As estratégias de homogeneização utilizadas pelo enunciador em questão não dão pistas de quantas dezenas de crianças morreram, duas dezenas, três dezenas. Enfim, isso parece não interessar à sociedade branca, uma vez que as novas configurações do *homo sacer* podem ser violentadas, assassinadas, matáveis, sem que ninguém questione.

Outro processo metonímico mobilizado pelo enunciador diz respeito ao uso do sintagma "curumins", palavra de origem tupi, para se referir às crianças indígenas vítimas de violência: "o assassinato de curumins não é nenhuma novidade". Tal dispositivo é usado para homogeneizá-las, como se todas fossem iguais, e, por serem indígenas, todas sofrem violência. Da mesma forma, o item lexical no diminutivo "indiozinhos", em "a violência contra indiozinhos não é novidade", carrega outra tentativa de homogeneizá-los, à medida que o uso do diminutivo para designar as crianças indígenas produz efeito pejorativo. Esse aspecto "tenta" camuflar a heterogeneidade e a diferença cultural existente entre os índios como estratégia para eliminar as diferenças e estereotipar a sociedade indígena, além de criar um campo de identidades homogêneas para, conforme as reflexões de Guerra (2010), viabilizar o projeto moderno da governamentalidade. A esse respeito, Pêcheux (2012, p. 30-31) esclarece que:

Esses espaços - através dos quais se encontram estabelecidos (enquanto agentes e garantia dessas últimas operações) detentores de saber, especialistas e responsáveis de diversas ordens - repousam sobre uma proibição de interpretação, implicando o uso regulado de proposições lógicas (verdadeiro ou falso). [...] Nesses espaços discursivos (que mais acima

designamos como "logicamente estabilizados") supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo.

As práticas discursivas que circulam no espaço virtual, ao tentarem produzir um efeito de discurso estabilizado e neutro, legitimam certas representações de criança, fazendo que as crianças indígenas continuem sendo escamoteadas. Esses sujeitos também podem ser considerados como sujeitos estrangeiros, assim como as pessoas em situação de rua, estudadas nas pesquisas de Coracini (2013): ao serem rejeitadas, recusadas e vilipendiadas pela sociedade "civilizada", tanto faz que elas vivam – ainda que desumanamente – ou que morram. "Muitas vezes, a sociedade hegemônica prefere a última alternativa, para que se restaure a "limpeza" nos centros urbanos", afirma Coracini (2013, p.174), e na extensão de todo o país. (WALTY, 2005). Seria possível, então, questionar: Concebendo a violência contra as crianças como um fenômeno natural, conseguiremos exterminá-las mais rapidamente? Conforme Coracini (2013), citando Rancière (1996), nós, seres humanos, na condição de possuidores de ressentimentos, nos vingamos naqueles que consideramos inferiores, boicotando qualquer tentativa deles para saírem do local subalterno em que estão submersos.

As reflexões propostas pelo que nos saltou aos olhos são encontradas já no título da reportagem: "A questão indígena no Brasil está se tornando um caso de polícia ou ficção". As marcas linguísticas mobilizadas deixam vaziar representações/sentidos pejorativos quanto à comunidade em questão. Se é sabido que os indígenas, desde a colonização, enfrentam empecilhos e barreiras para manter seu lugar, sua terra, sua cultura, como delimitar que as violações estão "se tornando", se sempre o foram? A perífrase de gerúndio "está se tornando" imprime uma representação temporal-aspectual de presente em curso, de "agora", contrariando todo o trajeto histórico e a complexidade antropológica e etnológica da população nativa brasileira. As possibilidades quanto à questão indígena também se limitam e se contrariam: "caso de polícia" ou "ficção". Na primeira possibilidade, atracamos nos arquivos dos crimes, assassinatos, assaltos, violência que permeiam o cotidiano das sociedades. Na segunda, pousamos nos arquivos da invenção, imaginação, da não tão distante ausência de verdade. Como as questões que acometem os indígenas brasileiros podem ser reduzidas a condições extremas: da violência real, rotineira, a invenção; da invenção à violência real rotineira?

Segundo Guida (2013), a ficcionalização poderia ser concebida como uma estratégia para tentar trazer à tona uma experiência-limite, que, de tão real e terrível, parece irreal. Para Lévy (1993), há um deslocamento do centro de gravidade, sobretudo na pós-modernidade, no que diz respeito ao declínio da verdade. Não que isso signifique que qualquer coisa será aceita sem uma análise, mas que a sociedade irá lidar com modelos de pertinência variável, obtidos e simulados de forma mais ou menos rápida, e isso de forma cada vez mais independente de um horizonte da verdade, à qual pudéssemos aderir firmemente. Justamente pela velocidade de transformação do saber, as informações são cada vez menos concebidas para durar.

Talvez essas características da violência, ora como algo natural, ora como algo fictício, sejam os gargalos preponderantes que mantêm a violência das crianças indígenas à margem das discussões políticas, à medida que são escamoteadas e esquecidas. Segundo Guerra (2012), o que mais inquieta quanto à violência e discriminação contra os povos indígenas é o fato de eles terem sido tratados, desde a colonização, como "subumanos e excluídos dos direitos básicos e da dignidade mínima que todos os seres humanos merecem". (GUERRA, 2012, p. 53).

Logo, os efeitos de sentido do recorte **E-01** mobilizam e reforçam que as crianças indígenas – embora todos saibam da existência da violência por meio de registros e relatórios estatísticos – não compartilham dos mesmos direitos que crianças brancas possuem. Assim, a violência contra a população infanto-juvenil indígena não é considerada abusiva e inaceitável, e sim algo ordinário, comum. Apesar de a Constituição Federal (1988) e o Estatuto do Índio (Lei nº. 6 001, de 19 de dezembro de 1973) defenderem que aos índios são assegurados todos os direitos civis, políticos, sociais e trabalhistas, e que a eles se estende a proteção das leis do país, em condições de igualdade com os demais brasileiros (Artigo 2, do Estatuto do índio), ainda deparamos com essa discrepância social. "No plano da efetividade destas legislações, como também na definição das políticas públicas e de sua efetivação, observamos a grande distância que se impõe entre o que está estabelecido, e o que de fato ocorre na prática". (GUERRA, 2010, p. 58).

Ancorada nas reflexões empreendidas por Guerra (2012), no que concerne à existência indígena em nosso país, quando enunciamos a palavra "índio", atribuímos uma identidade sócio-historicamente construída, ligada aos estereótipos e aos conceitos já cristalizados. A esse respeito, Foucault (2007a, p. 32) problematiza que há, nos enunciados, uma articulação dialética entre singularidade e repetição: "de um lado, ele é um gesto; do outro, liga-se a uma memória, tem uma materialidade; é único, mas está aberto à repetição e se liga ao passado e

ao futuro”, o que favorece que a sociedade carregue essa representação da identidade do indígena como imutável, congelada e, sobretudo, ainda ligada à ausência de características "produtivas". Segundo Guerra (2010), as populações indígenas continuam sendo consideradas como obstáculo ao progresso e aos projetos de desenvolvimento do país.

Tais reflexões podem ser observadas nas regularidades e na materialidade linguística do primeiro recorte. Em **E01**, o enunciador, ao utilizar itens lexicais que caracterizam a existência de uma formação discursiva policial, traz dados estatísticos sobre crimes, descrevendo o assassinato de quatro crianças indígenas, embora não saibamos sobre quais crianças, especificamente, se fala: "Em 2010, quatro menores foram assassinados, entre eles, uma menina de 8 anos". Tal estratégia jornalística utilizou a "pinçagem" para escolher fatos que fossem mais relevantes para atrair a atenção do leitor, remontou os fatos para criar a sensação de realidade e negou qualquer outra informação que pudesse ser considerada como inoportuna ou desimportante na situação retratada, criando estatutos sobre a característica negativa da comunidade indígena. Nos dispositivos de "pinçagem", remontagem e esquecimento (HERNANDES, 2012), há a existência dos jogos de poder sobre quem detém o discurso (FOUCAULT, 2007b), autorizando os dizeres e reforçando as representações.

Mais adiante, o enunciador continua selecionando/esquecendo outros fatos em detrimento de outros: "Ela [a menina de 08 anos] foi estuprada, agredida e morta a pauladas depois de passar a tarde nadando em um açude". Emergem duas representações contraditórias nesse período: o enunciado “nadando em um açude” remete ao interdiscurso do "bom selvagem indígena", "inocente", "silvícola", retratado na Carta de Caminha, representação ancorada na imagem do "paraíso" até sua desconstrução, produzida pelos sintagmas "estuprada", "agredida" e "morta a pauladas", que, ao se associarem ao que segue no texto, reverberam a noção de negligência ou mesmo de periculosidade da comunidade indígena: "uma tia da menina ofereceu a garota em troca de drogas".

Observamos, indiretamente, o interdiscurso, ancorado no senso-comum, da miserabilidade do povo brasileiro, que "tenta" justificar uma das configurações da violência infantil: a venda de crianças. Normalmente, tal violação é realizada diretamente pela mãe ou pela família, que, "por não possuir condições financeiras" para criar seus filhos, os vendem em troca de dinheiro. Tal violência é denominada tráfico de pessoas, prevista tanto no ECA quanto no Código Penal Brasileiro. Segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência

da República²⁶, mais de 200 mil brasileiros desaparecem todos os anos, sendo 40 mil crianças e adolescentes. Desses índices, a maioria corresponde a crianças vítimas de sequestro ou vendidas pelos próprios familiares, culminando nos crimes de adoção ilegal e exploração infantil.

No recorte analisado, a violência indígena que acomete a criança é ressaltada duplamente, pois a "troca" foi realizada na ausência de constatação de vulnerabilidade financeira que pudesse "justificar" o fato: foi feita pela necessidade de satisfazer um desejo pessoal, exclusivo da "tia", para uso de "droga". O sintagma "droga", utilizado pelo enunciador, desqualifica a problemática da dependência de substâncias psicoativas enquanto doença, oficializada como transtorno pela Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 10²⁷). Há um agrupamento de transtornos mentais e comportamentais (F10 ao F19), cuja diferença se dá pela gravidade variável e por sintomatologia diversa, mas que têm em comum o fato de serem todos atribuídos ao uso de uma ou de várias substâncias psicoativas. (OMS, 1997).

A mobilização do item lexical "droga", ao invés da terminologia "substância psicoativa" remete ao interdiscurso do sujeito drogado, que faz o uso abusivo conscientemente, porque "escolhe" essa direção ao invés de se adequar ao caminho da norma. Sujeitos drogados são concebidos como vagabundos e inúteis. Novamente, podemos observar que as estratégias discursivas utilizadas fomentaram a representação da criança indígena como vítima da sua própria família, efeito de sentido que faz emergirem representações do índio adulto como irresponsável, transgressor e vagabundo.

Esses efeitos de sentido são materializados também na oração "dezenas de crianças morrem por falta de condições de higiene, desnutrição e miséria". O uso do verbo "morrer" no presente do indicativo imprime um efeito de rotina às violações: as crianças morrem de fome, porque seus responsáveis permitem, diariamente. A escrita do enunciador, as regularidades presentes e as formações discursivas mobilizam uma representação do índio adulto ligada à incapacidade, à omissão e à negligência, pautada em uma memória social que circula pelos

²⁶ Conteúdo disponível na íntegra na matéria intitulada "Modalidades do tráfico humano: adoção ilegal de crianças desaparecidas", escrita por Tatiana Bettoni, publicada no site: < <http://www.a12.com/formacao/detalhes/modalidades-do-trafico-humano-adocao-ilegal-de-criancas-desaparecidas>>, acessada em 29/09/2014, às 10h24min.

²⁷ A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 10) é publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde. Informações disponíveis no site: < <http://www.medicinanet.com.br/cid10.htm>>, acessado em 26/09/2014, às 10h36min.

acontecimentos ligados aos povos indígenas sul-mato-grossenses. (GUERRA; SOUZA, 2013; LIMBERTI, 2012).

As estratégias discursivas de que o enunciador branco se vale em seu discurso, para construir a imagem do índio, evidenciam sua fragilidade por meio do reforço da sua imagem de incapaz. Os índios não conseguem evitar que suas crianças morram. E, pior que isso, favorecem o aumento dos índices de homicídio de crianças quando as trocam por droga. À medida que as regularidades enunciativas potencializam as representações do índio incapaz, negligente e transgressor, enaltecem as competências do homem branco, que se ocupa em relatar as violências. Erradicar seria muito, uma vez que as crianças indígenas são sujeitos matáveis.

No processo de análise, as regularidades dos dados analisados escolhidos continuam legitimando a segregação da comunidade infanto-juvenil indígena dos olhares da sociedade e do poder público. O próximo excerto, intitulado "Apartados: *bullying* e racismo perpetuam a exclusão dos guaranis no Mato Grosso do Sul"²⁸, compõe a reportagem desenvolvida por dois estudantes de jornalismo da Universidade de São Paulo, entre abril e dezembro de 2013, premiados pela série de reportagens realizadas nas aldeias e no município de Antonio João/MS com publicação pela editora Abril. Logo, podemos empreender reflexões sobre os enunciadores do recorte, que falam de dois lugares de poder: a USP, umas das mais conceituadas universidades da América Latina, e a Abril, uma das editoras mais influentes no país. Os regimes de "verdade" ganham, pois, maior credibilidade e autorizam dizeres e representações.

No primeiro recorte do segundo excerto (**E02-R01**), pertencente à série de reportagens publicadas no blog da editora Abril (2013), temos a manutenção da representação da criança indígena como vítima da sua própria comunidade, por meio de preconceitos e estereótipos associados ao indígena, a saber:

E02 - R01: Chove forte no sábado de madrugada e a aldeia Jaguapiru, em Dourados (MS), está quieta. Mas Elma Rodrigues não dorme. A jovem senhora de olhos amendoados procura a filha pelas **ruas escuras da reserva indígena**. Karina, 12, sumiu **enquanto** a família jantava junta na casa de uma prima. **Sobraram** dois pés de tênis afastados na porta. Karina só foi encontrada às 17h de domingo. Estava deitada à beira do rio, **a 400 m de casa**, os cabelos negros e lisos no chão. Segundo o boletim de ocorrência, o pescoço da menina tinha sinais de **estrangulamento**. Entre as pernas, feridas dos **três estupros** que ela sofrera. Deilo Juca Pedro, **marido da prima** e

²⁸ Reportagem na íntegra disponível em < <http://abr-casa.com.br/bullyingcontraindigenas/#s1>>, acesso em 20 de dezembro de 2013, às 21h20min.

amigo de infância de Elma, confessou o assassinato. Ainda sem comer, a vendedora depôs na Delegacia de Polícia Civil de Dourados: **"Isso que dá andar de bebedeira!"**, repreendeu o policial encarregado de ouvi-la. **"Os índios estão sempre se matando porque não acham o que fazer, não trabalham!"**. Depois de sete dias, a família se mudou para Antônio João. **Nunca mais viveriam em uma aldeia.**

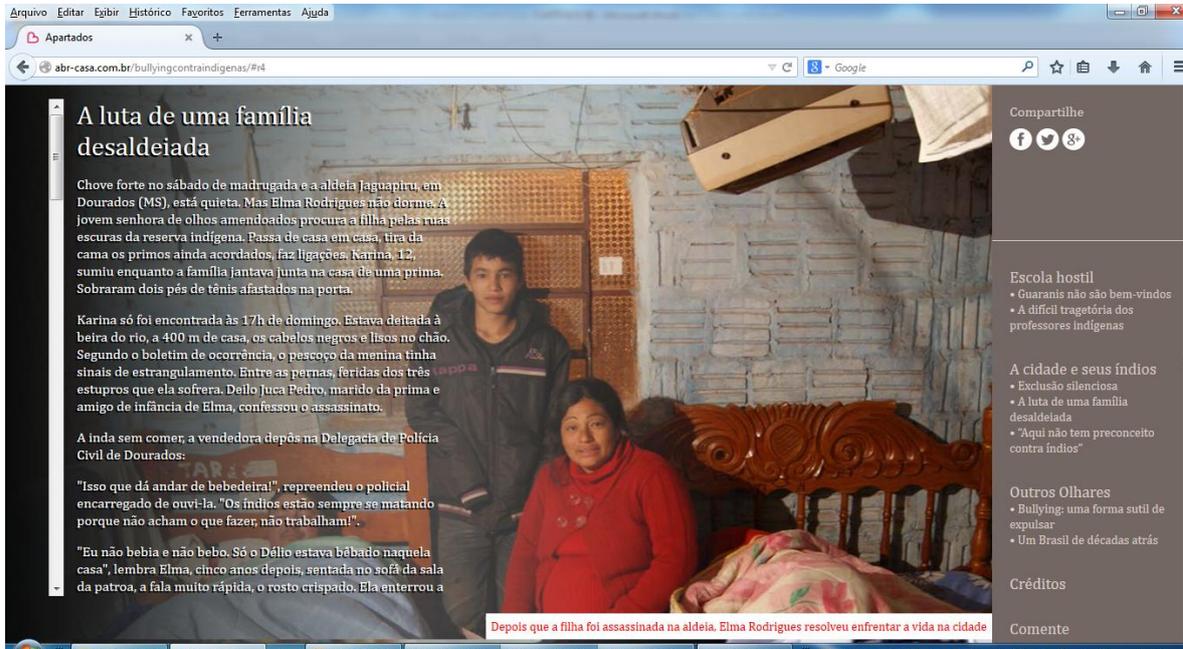


Figura 05. Referente ao E02-R01 - "Apartados: *bullying* e racismo perpetuam a exclusão dos guaranis no Mato Grosso do Sul"

Os itens lexicais mobilizados nesse excerto fazem emergir uma representação da aldeia como um local perigoso para residir: "pelas ruas escuras da reserva indígena". Por meio do adjunto adverbial de lugar, irrompe, no imaginário social do internauta leitor, que as ruas das aldeias apresentam risco aos moradores. Tal representação é retomada nas duas últimas orações do excerto, as quais mostram que a família se mudou para o município de Antonio João e "nunca" mais ousaria retornar a qualquer aldeia. O advérbio negativo "nunca" conota algo que jamais existiu, em tempo algum (FERREIRA, 2010, p. 537); assim, deslocado o sentido literal, residir em uma aldeia fica, por meio das práticas discursivas, associado a um risco eminente, sobretudo para crianças, que acabam por "sumir".

O advérbio "enquanto", utilizado como dispositivo de coesão na oração subordinada adverbial temporal "enquanto a família jantava junta na casa de uma prima", condiciona o efeito de sentido de negligência para com a menina, como se não houvesse zelo e cuidados suficientes que impedissem o desaparecimento da criança. Essa noção de negligência é retomada por meio dos sintagmas "sobraram" e "400m", como se, resultado do descuido e

omissão de cuidados dos familiares, sobretudo por parte da genitora, só "restou" o par de tênis da garota, já que ela foi encontrada morta no dia seguinte, a apenas 400 metros de sua residência. O aspecto da curta distância entre a residência da criança e o local onde o corpo fora achado, aliado à escolha do verbo "procurar" para designar a ação da genitora para encontrar a filha desaparecida, também retoma a característica de periculosidade que ora a aldeia ora a família representam para a comunidade indígena infantil, pois a ação de procurar algo ou alguém significa que o evento antecedente diz respeito ao descuido e falta de zelo do sujeito, que acabou por perder seu objeto, no caso, a filha.

As regularidades que compõem o excerto, fomentando as práticas discursivas existentes, legitimam a manutenção de características negativas da comunidade indígena. Os jogos de escolhas dos itens lexicais sobre o assassino também colocam em destaque o sentimento de traição, oriundo da relação que existia entre ele e a vítima: "Deilo Juca Pedro, marido da prima e amigo de infância de Elma, confessou o assassinato". Além de ser marido da prima, ele era amigo de infância da genitora, de modo que se cria a expectativa de que qualquer um podia ter cometido o crime, menos o amigo, aquele que, conforme está registrado na memória social, está ligado por uma afeição mútua de carinho e respeito, aquele com dever de proteger com esmero. O uso desses sintagmas, que identificam a relação entre assassino e a genitora da criança, contrariam as expectativas do leitor, além de reforçar e operar a ideia de transgressão que está vinculada aos índios, sobretudo pelo uso, adiante, dos sintagmas "estrangulamento" e "estupros", mobilizados nas orações "o pescoço da menina tinha sinais de estrangulamento" e "entre as pernas, feridas dos três estupros que ela sofrera".

Por meio da formação discursiva policial, a qual ancora as positivities presentes, o recorte **E02-R01** remete à relação de causa-efeito entre a negligência da comunidade e a violência contra a menina, efeitos de sentido materializados nos enunciados "Isso que dá andar de bebedeira" e "Os índios estão sempre se matando porque não acham o que fazer, não trabalham!", proferidos, no contexto, pelo policial incumbido de registrar o boletim de ocorrência. O verbo "andar", que pode ser tanto um verbo transitivo como intransitivo, foi mobilizado como um verbo de ligação para qualificar o sujeito da oração. Assim, essa estratégia discursiva condiciona um efeito de estado permanente ao índio, que permanece alcoolizado. Concomitantemente, o verbo "estar" usado no presente do indicativo, coligado ao advérbio "sempre" ("os índios estão sempre") faz irromper efeitos de sentido de constância e depreciação aos indígenas.

O sujeito empírico utiliza-se de um poder fornecido pela posição de funcionário da Polícia para depreciar os indígenas. O enunciador, ao manter as falas do policial em seu discurso jornalístico, corrobora a emergência da representação negativa dos povos indígenas. Interdiscurso ancorado na Carta de Caminha, que, ao escrevê-la, embora utilize de um discurso "politicamente correto", não esconde suas críticas aos usos e costumes do índio, assim como deixa transparecer certo grau de ironia, desprezo e desrespeito para com a cultura indígena, à medida que considera apenas a sua cultura como correta e melhor. (LIMBERTI, 2012, p.52). A seguir, trazemos trechos da Carta de Caminha para elucidar tal contexto:

Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse **suas vergonhas**²⁹.

Os outros dois, que o Capitão teve nas naus, a que deu o que já disse, nunca mais aqui apareceram – do que tiro ser **gente bestial**, de **pouco saber** e por isso tão esquiva. **Porém e com tudo isto andam muito bem curados** e muito limpos. E naquilo me parece ainda mais que **são como aves ou alimárias monteses**, às quais faz o ar melhor pena e melhor cabelo...

Eles não lavram nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao viver do homem.

Observamos a indignação que a nudez causou nos portugueses assim que avistaram os indígenas, que, imediatamente, foram categorizados como "gente bestial", de "pouco saber" e comparados com animais. As noções de bestialidade e selvageria deslocam-se para a condição não humana em que o índio vive: por não ser capaz de viver como um ser humano, vive como um bicho. Essas primeiras representações ganharam força a ponto de perdurar até a contemporaneidade. Há um arquivo que autoriza os dizeres sobre a comunidade indígena como um povo "animalizado", "sem educação", o qual vive em um estágio "pré-civilizado". (LIMBERTI, 2012, p.277).

Quando as estratégias discursivas no **E02-R-01** trazem a ausência de trabalho como motivo para fomentar o assassinato da criança, há uma retomada dos dizeres de Caminha: "Eles não lavram nem criam". A sociedade branca não concebe outra cultura adequada, senão a sua, à medida que ela é permeada pelas relações com o lucro e a influência do Capitalismo. O trabalho, para os indígenas, não apresenta a mesma escala de valores da sociedade branca, que objetiva acumular capital, e, como os índios não trabalham como o homem branco, são representados e estereotipados como preguiçosos, traiçoeiros e tantos outros adjetivos e designações negativas. (LUCIANO, 2006).

²⁹ Grifos nossos.

Essa representação é reforçada por meio da negativa repetida duas vezes na oração subordinada adverbial causal "não acham o que fazer, não trabalham". As diferenças culturais dos povos indígenas, bem como dos afrodescendentes e de outros povos que compõem as minorias sociais deste país, em face da população tradicional, foram sistematicamente negadas, compreendidas pelo crivo da inferioridade e, desse modo, fadadas ao discurso de assimilação pela matriz dominante, sobretudo pela sociedade branca, ancorada em preceitos europeus e hegemônicos.

No **E02-R-01**, observamos a autoridade despendida pelo policial quando acusa a mãe, ao justificar o assassinato pela ausência de trabalho dos índios. Autoridade ancorada e subsidiada pela posição-sujeito que ele ocupava no momento (funcionário público da Polícia Civil), pois é no discurso que vêm a se articular poder e saber. A cultura indígena, considerada desde sempre como inferior e incapaz, precisa, aos olhos do branco, adaptar-se e adequar-se ao *modus operandi* da sociedade branca, uma vez que seus valores e padrões de ações e comportamentos são mais evoluídos. Concebidos como inferiores, e por que não, anormais, à medida que estão fora da norma, precisam, sorrateiramente, ser adestrados ou excluídos. (FOUCAULT, 2007b).

A sociedade ocidental ancora-se em valores positivistas e produz a pretensa ilusão de que há conceitos e significações estáveis e verdades assentadas. Nessa esteira, os saberes médicos, políticos e, sobretudo, econômicos, construíram binômios que fundamentam e explicam determinadas situações. As formações discursivas desses campos autorizam dizeres que regulamentam uma população, uma comunidade, uma sociedade. Dicotomias como "normal vs. doente", "racional vs. louco", "produtivo vs. inútil". Ao identificar a anormalidade, tudo o que escapa à norma foi submetido a um movimento de exclusão, materializado por meio do enclausuramento: o louco no manicômio, o doente no hospital, o associal na prisão. Na contemporaneidade, a exclusão é fortemente materializada em estereótipos e preconceitos.

Na questão indígena, a exclusão ganha forma e contorno na naturalização da violência. Se eles não se enquadram nos padrões tradicionais dos brancos, não precisam ser protegidos, sobretudo pela lei. Novamente a representação da criança como a nova configuração do *homo sacer*, uma vez que não foi vista, na reportagem, preocupação ou ações do policial ou outras autoridades em preconizar o que o ECA prevê às crianças: prioridade e garantia de direitos fundamentais aos sujeitos em condições especiais. Na segunda cláusula do artigo 208 do ECA, é preconizada a investigação do desaparecimento de crianças e adolescentes, que será

realizada imediatamente após notificação aos órgãos competentes, "que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido" (ECA - Do Acesso à Justiça - Capítulo VII: Da Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos). Na reportagem, quem procura a criança é a própria a genitora ("A jovem senhora de olhos amendoados procura a filha pelas ruas escuras da reserva indígena"), e não os policiais. O policial apenas registra a ocorrência e recrimina a genitora e o suposto agressor por não trabalharem. Observamos a lacuna entre a legislação e a efetivação dos direitos fundamentais à infância indígena.

Castells (1999), ao examinar de uma série de processos fundamentais para a construção da identidade coletiva, encontrou características semelhantes a essas questões nacionais indígenas que ora discutimos: a identidade afro-americana foi construída a partir de um povo sequestrado e escravizado, sob controle da sociedade da época que, pautada no princípio de que "todos os homens são iguais", tiveram que negar a condição humana dos negros, uma vez que a liberdade não poderia beneficiar os não humanos. Diante desse cenário e condição social, a comunidade afro-americana desenvolveu princípios como o da invisibilidade e o do anonimato para lidar com a exclusão.

Paralelamente, os guetos do final do milênio vêm desenvolvendo uma nova cultura, composta de aflições, raiva e reação individual contra a exclusão coletiva, em que a negritude importa menos do que as situações de exclusão que geram novas formas de vínculo e o uso da violência como meio de vida. É justamente nesse cenário que os afro-americanos passaram, na década de 1990, pela perda gradual da identidade coletiva, resultando em uma "deriva" individual ao mesmo tempo marcada por um estigma coletivo: a identidade está-se fragmentando e se individualizando, sem estar, contudo, integrada a uma sociedade aberta e multirracial. Assim, as raízes étnicas são distorcidas, divididas, reprocessadas, misturadas, estigmatizadas ou recompensadas de maneiras distintas, de acordo com uma nova lógica de informacionalização/globalização de culturas e economias que produzem compostos simbólicos a partir de identidades não claramente discerníveis. (CASTELLS, 1999).

Essas ponderações nos fazem refletir sobre como a comunidade indígena brasileira vem reagindo ao processo de exclusão a que tem sido submetida. As etnias presentes no estado de Mato Grosso do Sul (Kaiowá e Guarani, Terena, Kadiwéu, Guató e Ofaié) sofreram com o advento do desenvolvimento econômico estimulado pelo governo de 1964. Houve preocupação por parte do estado em povoar essas terras por pessoas das mais diversas regiões

do país, em detrimento dos nativos, sobretudo os índios. A migração, oriunda das investidas do governo militar, resultou em conflitos sociais generalizados: enfrentamentos, dizimação de índios, instalação do trabalho escravo em usinas e latifúndios, entre outros. O confronto de forças desiguais sempre foi desastroso para as populações nativas, uma vez que esses habitantes não dispunham de meios de defesa, nem sequer encontraram, nos poderes públicos, apoio que os amparasse efetivamente. (BISINOTO, 2009; GUERRA, 2010).

Para Limberti (2012, p.146), os índios têm sido escamoteados do processo de desenvolvimento, pois as atividades econômicas foram atribuídas aos migrantes, sobretudo aos brancos, e não aos índios. Sabe-se, no entanto, que os índios foram, desde o princípio, peça importante no desenvolvimento econômico da região por constituírem mão de obra extremamente barata. Nesse cenário, os índios – habitantes que já se encontravam anteriormente na região – tiveram suas terras demarcadas e foram confinados no interior de seus limites. Essa demarcação passaria a representar o perímetro de um espaço de segregação, que propôs o isolamento dos índios a partir do reconhecimento de suas diferenças.

No próximo recorte (E3), intitulado "Violência sexual atinge mais crianças e adolescentes no MS"³⁰, publicado no *site* "Repórter Brasil", no dia 23 de fevereiro de 2009, podemos problematizar essas contendas, a saber:

E03: De todas as violências sexuais registradas no Mato Grosso do Sul, 85,7% foram cometidas na Terra Indígena (TI) Dourados, no município de Dourados (MS), principalmente nas aldeias Bororó e Panambizinho. Do total de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, 100% são do povo Guarani-Kaiowá; uma delas tinha apenas três anos de idade. NA TI Dourados, mais de 12 mil indígenas dos povos Guarani-Kaiowá, Guarani Nhandeva e Terena vivem em apenas 3,5 mil hectares. Mais de 40% dos municípios sul-mato-grossenses não comportam esta população. A insegurança com relação ao território e o espaço exíguo de terra são apontados pelos especialistas na questão indígena como um dos principais fatores desencadeadores da violência.

³⁰ Matéria na íntegra disponível em <<http://reporterbrasil.org.br/2009/02/violencia-sexual-atinge-mais-criancas-e-adolescentes-no-ms>>, acesso em 13/02/2013, às 10h40min.



Figura 06. Referente ao E03 - "Violência sexual atinge mais crianças e adolescentes no MS"

O *site* Repórter Brasil visa fomentar a reflexão e ação sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no Brasil. A matéria analisada, elaborada pelas jornalistas Natália Capillé e Nataly Foscaches, compõe uma série de reportagens que, segundo o *site*, denunciam a exploração sexual em terras indígenas em Mato Grosso do Sul e discutem a questão da falta de terra como fator desencadeador para a violência. Nessa esteira, os itens lexicais utilizados nesse recorte fazem emergir representações da criança como vítima duplamente excluída, ora vítima do processo de demarcação de terra, ora vítima da própria comunidade indígena que, desprovida de seu *habitat* e condenada a residir em pequenas porções de terra, acaba por violentar suas crianças.

O enunciado analisado coloca em movimento uma memória que atualiza inúmeras versões conflitantes do mesmo fato: a violência infantil. Assim, tal recorte põe em cena a manipulação desse acontecimento pelas memórias e materializa o confronto entre memória hegemônica e memórias marginalizadas. A mobilização das formações discursivas científica e policial autoriza e ressalta a periculosidade que a comunidade indígena oferece para suas crianças. Interdiscurso que percorre a história com a imagem do indígena como incapaz e perigoso. Os enunciadores reforçam tal representação por meio da oração "De todas as violências sexuais registradas no MS, 85,7% foram cometidas na Terra Indígena Dourados" e por meio dos outros registros e dados estatísticos, os quais dão credibilidade, "comprovando" o quanto a violência acomete as crianças indígenas, embora não seja informada a fonte dos dados citados.

A retomada da afirmação "do total de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, 100% são do povo Guarani-Kaiowá", ao não delimitar se o levantamento diz respeito a todas as crianças sul-mato-grossenses ou apenas às crianças indígenas, há, sorrateiramente, um sentido de que o abuso sexual acontece apenas entre o povo indígena em questão. Dados que contrariam o relatório intitulado "Mapa da Violência 2012 - crianças e adolescentes do Brasil", desenvolvido pelo CEBELA - Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano (WAISELSZ, 2012). O mapeamento apresenta uma relação dos 70 municípios que apresentaram os maiores índices de violência sexual no país, e, dos diversos municípios de outros estados que ranquearam a relação, Mato Grosso do Sul foi citado apenas pela capital - Campo Grande, a qual obteve o décimo sétimo lugar.

Tais estratégias discursivas utilizadas no recorte mobilizam um sentido de verdade única (HERNANDES, 2012; BACCEGA, 2012). Por meio das escolhas lexicais, materializadas no uso de certos verbos, adjetivos e advérbios, o leitor é conduzido a acreditar que o julgamento realizado pela reportagem é "evidente", o único possível. Importa acrescentar que o enunciado ainda traz uma moralização da história, levando a conceber a violência sexual como problema ou mazela exclusivos dos povos indígenas, não afetando a sociedade branca. Concebidos como inferiores e transgressores, os indígenas são a própria recategorização do processo de colonização na sociedade contemporânea. (LIMBERTI, 2012).

Disso podemos depreender que a comunidade indígena, sob a dominação da sociedade colonizadora, tentou sobreviver e elaborar formas de enfrentamento para continuar existindo, no entanto "as modernas práticas econômicas e políticas de modernidade reforçam o poder do Estado-Nação" (NOLASCO, 2009, p. 13) e acabam por sucumbi-los. Logo, tais reflexões estão ancoradas nos regimes de "verdade" que circulam e ganham força no espaço virtual: é reforçado que, sem a terra, os indígenas perdem sua cultura e não apresentam mais estratégias para enfrentar as adversidades. Essas regularidades enunciativas remetem, mais uma vez, ao sentido de causa-efeito existente atrás de toda violação, produzido, no excerto, por meio das orações: "mais de 12 mil indígenas dos povos Guarani-Kaiowá, Guarani Nhandeva e Terena vivem em apenas 3,5 mil hectares" e "o espaço exíguo de terra são apontados pelos especialistas na questão indígena como um dos principais fatores desencadeadores da violência".

O uso do discurso indireto ("são apontados pelos especialistas") para justificar as violações que acometem as crianças indígenas – atribuindo à falta de terra a causa da

violência – é um dispositivo que concede veracidade às informações publicadas, sobretudo ao dizer que quem aponta essa relação denexo-causal são os especialistas. Como contrariar a afirmação se quem diz é um entendedor e estudioso das questões indígenas? Esse efeito concorre para justificar e restringir a ocorrência da violência dentro dos limites de ausência de terra, no entanto a violência apresenta contornos heterogêneos e, para entendê-la, não são aceitáveis explicações simplistas ou lineares, pois se trata de um fenômeno complexo, dinâmico, social e histórico, porque temos a sociedade como espaço de criação e desenvolvimento. (COSTA, 2006).

A terra é um tema recorrente nas discussões sobre os povos indígenas. Associar a alta taxa de violência contra as crianças indígenas à ausência de terra foi uma regularidade encontrada em outras matérias lidas durante a busca de dados pelo ciberespaço. O mais inquietante é que os enunciadores parecem não considerar a historicidade do processo de demarcação de terras que, de origem, pertenciam aos índios. Mas estes, vistos como empecilhos, foram, gradualmente, sendo (de)limitados às pequenas reservas. Essa visão de empecilho ancora-se já nas representações construídas na Carta de Caminha: “Era já a conversação deles conosco tanta que quase nos **estorvavam** no que havíamos de fazer.”

Com o advento do desenvolvimento econômico, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, essa imagem de empecilho e "estorvo" dos índios, ao resistir e ganhar força no processo histórico, favoreceu a submissão da comunidade indígena ao "confinamento" territorial, por meio da transferência sistemática e forçada da população indígena para as pequenas extensões de terra. O interesse pelas terras indígenas e pelos recursos naturais nelas existentes aumentava à medida que os índios não compartilhavam a mesma cultura no que se refere à maneira de usufruir a terra e retirar dela riqueza materiais. Conforme os estudos de Guerra (2010) e Limberti (2012), a sociedade branca desconsidera as peculiaridades indígenas no que tange a sua relação com a terra, que, para eles, é sagrada e insubstituível. Os índios conservam, com a terra, uma relação simbiótica, sentindo-se parte dela e sentindo-a como parte deles, não a concebendo como dispositivo de lucro e capital.

Para Guerra (2010, p. 79), enquanto o discurso do índio carrega a imagem de terra como vida, mãe e cultura, o discurso oficial – inscrito no Estatuto do Índio e na Constituição Federal –, compreende o pedaço de terra como qualquer outra porção de terra, sem história, mas como aparato de *status*, poder ou qualquer outra finalidade para obter aquilo que se deseja. Para a autora, há, no Brasil, 605 terras indígenas e, na sua maneira de conceber o universo, para o índio não há fronteiras, burocracia, nem posse de terra a nenhuma pessoa.

Nessa esteira, os motivos que precederam o confinamento não podem restringir-se apenas à questão econômica; devem estender-se às questões históricas e identitárias. O processo de colonização fomentou diversas recategorizações do índio ao longo da história, passando de uma representação de bom selvagem, inocente, ancorada na imagem do paraíso, até a desconstrução desta, irrompendo a representação do índio como incapaz. Essas representações depreciativas legitimaram a série de medidas tomadas em relação a eles, outorgando ao branco a decisão de deliberar sobre o que era bom ou não para eles, o que ancorou e traduziu a criação do órgão governamental brasileiro chamado Serviço de Proteção ao Índio (SPI), substituído atualmente pela FUNAI. Guerra (2010) assevera que os discursos do Estatuto do Índio, da FUNAI, constituem-se de uma pluralidade de leituras que mobilizam regularidades, dispositivos, estratégias que (res)significam os valores, as crenças que constroem os traços identitários, daquilo que pode e deve ser dito nos discursos oficiais sobre os povos indígenas.

Embora os dois órgãos sejam iniciativas para pensar em ações para os índios e respeitar sua cultura, são criados e administrados – e têm seus projetos desenvolvidos e executados, em sua maioria, pela sociedade branca. O homem branco que, piedosamente, comovido com a "vulnerabilidade" do indígena, precisou criar um órgão para protegê-lo. A própria identificação do órgão vem, no entanto, para recategorizar a imagem de incapacidade indígena, já que o sintagma "proteção" (Serviço de Proteção ao Índio) parte do pressuposto de que as pessoas a serem protegidas são vulneráveis e que existem situações de ameaça a elas. Proteger, segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010, 619), significa 'amparar, preservar do mal', mas, segundo as reflexões propostas por Limberti (2012), proteger de algum mal não significa erradicá-lo, mas apenas impedir que ele atinja alguém. Assim, fazendo jus ao conceito dicionarizado, o SPI, ao reconhecer os problemas dos índios, dispunha-se a mediá-los com ações, sem interferir, necessariamente, no estado de coisas.

Segundo o Programa dos Povos indígenas do Brasil³¹, o SPI foi formado em continuidade a premissas coloniais. Seu modo de atuação, formado a partir de doutrinas positivistas, incorporou técnicas missionárias que objetivavam "culturalizar" o indígena por meio da assimilação de condutas tradicionais. A formulação dessas concepções está

³¹ O programa, pertencente ao ISA - Instituto Socioambiental, foi criado com o propósito de reunir verbetes com informações e análises sobre todos os povos indígenas que habitam o território nacional, além de textos, tabelas, gráficos, mapas, listas, fotografias e notícias sobre a realidade desses povos e seus territórios. Conteúdo na íntegra disponível no artigo "O Serviço de Proteção aos índios", acessado no site: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-%28spi%29>>, no dia 25/09/2014, às 17h33min.

intimamente ligada à atuação do marechal Cândido Mariano Rondon (1865-1958), que foi o primeiro presidente do órgão e exerceu grande influência na condução de suas políticas ao longo de praticamente toda sua história.

Ainda segundo o Programa, a política de administração dos índios, formalizada no Código Civil de 1916 e na lei nº 5.484, de 27 de junho de 1928, estabeleceu a relativa incapacidade jurídica do índio e o poder de tutela ao SPI. Tal procedimento foi denominado de "paradoxo da tutela", pois, por um lado, visava proteger as terras e as culturas indígenas; por outro, almejava a liberação de terras para o desenvolvimento econômico e apoiava-se em ações que alteravam os modos de vida dos indígenas. Embora a história do SPI tenha sido marcada pelo desenvolvimento de ações em prol dos povos indígenas, sua atuação estava envolvida com corrupção e ineficiência, até que, em 1967, em meio à crise institucional e ao início da ditadura, o SPI foi extinto e substituído pela FUNAI.

A FUNAI foi criada ainda em 1967, na condição de órgão indigenista vinculado ao Ministério da Justiça. Embora ainda tenha a mesma missão institucional do SPI, cabe à FUNAI promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas, de modo a garantir os direitos desta população. Limberti (2012) sugere que a identificação do órgão propicia a criação de outro segmento, já que não é mais um serviço, mas uma fundação. Desaparece a conotação de "mal", sugerida pelo termo "proteção", do extinto órgão SPI. Os dois órgãos carregam, no entanto, marcas de um discurso "politicamente correto", do cuidado, da proteção ao índio incapaz, frágil e que precisa ser tutelado. (GUERRA, 2010).

Esse interdiscurso esteve presente na elaboração do Estatuto do Índio, cujo texto também legitima essa representação de incompetência, ao continuar estabelecendo que os índios e as comunidades indígenas estão submetidos ao regime tutelar, sob custódia da União. Para que o índio não seja submetido a tais circunstâncias legais, precisa requerer liberação do regime ao Poder Judiciário. Para tal, o indígena deve atender a requisitos preestabelecidos no artigo 9º do Estatuto, sobretudo comprovar que ele, maior de 21 anos, fale português, saiba trabalhar ("habilitação para o exercício de atividade útil") e tenha compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional. Caso a autoridade competente aceite as argumentações devidamente comprovadas, será dada, ao indígena, a condição de integrado, cessando toda a restrição à incapacidade.

Guerra (2010) avalia que o Estado, por meio da FUNAI e seus discursos oficiais, tem atuado sob uma política que silencia e enquadra a diferença e destitui, a quem se encontra em

um lugar minoritário, da palavra e do direito à igualdade, sob o argumento oculto de que é diferente e, portanto, desigual e incapaz. Ao suscitar esse silenciamento, o Estado impede que a própria sociedade seja um lugar de reflexão e de memória, de produção de trincheiras de resistência de quem é cotidianamente calado e segregado. O arquivo oficial agencia estratégias institucionais de organização e conservação de documentos permeados pela memória da sociedade brasileira, cujos integrantes têm encontrado formas de categorização legítimas para poder exercer seu poder de exclusão, visto, especialmente, no descaso do governo em relação à luta indígena pelo território demarcado nas terras sul-mato-grossenses.

Em consonância, Limberti (2012) reflete que a legislação assevera a diferença entre a cultura do branco e a cultura do índio. Os documentos legais autorizam um dizer e uma representação da incapacidade indígena, que, somente após abdicar de seus valores e internalizar os valores do branco, conseguirá ser reconhecido como ser capaz, à medida que ele passará, oficialmente, a existir no mundo. Tais reflexões e ponderações nos fazem pensar se o SPI, a FUNAI e o Estatuto do Índio vieram para ajudar ou demarcar os limites de ocupação e atuação dos indígenas, excluídos e apartados pela própria legislação.

Guerra (2010, p. 86) também assevera que, ao se considerarem os povos indígenas apenas como vítimas, incapazes, acaba-se negando aos índios a agência sobre sua própria história: "cai-se na armadilha paternalista da vitimização, o que, além de ter raízes no pensamento iluminista de 'bom selvagem', não deixa de ser mais uma negação do ponto de vista da participação dos índios". Se eles não são estrangeiros, podem ser concebidos como cidadão? Mas de que tipo, se eles não podem comungar língua, história, símbolos, estrutura social e muito menos política com os nacionais?

Podemos afirmar que os indígenas estão apartados, à medida que não atendem aos padrões da sociedade vigente, além de serem representados como incapazes e precursores da violência de suas crianças. Em consonância com tais representações, temos o enunciado **E04**, intitulado "Promotora defende adoção de crianças indígenas de Dourados"³², publicado em abril de 2008:

E04-R01: Em audiência pública nesta terça-feira, a promotora da Infância e da Juventude do Mato Grosso do Sul Ariadne de Fátima Cantú da Silva disse que a situação das crianças indígenas de Dourados, no Mato Grosso do Sul, **requer interferências radicais por sua gravidade e peculiaridade. Segundo ela**, as crianças abandonadas que se encontram em

³² Matéria acessada primeiramente no site < <http://diganaoerotizacaoinfantil.wordpress.com/category/criancas-indigenas/page/2/>>, acesso em 13/02/2013, às 10h53min, e re-acessada no site < <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/119928.html>>, no dia 23/09/2014, às 10h32min.

abrigos têm direito a uma família e **devem ser adotadas**, mesmo que por famílias não índias. **De acordo com ela**, há um debate em curso sobre como abordar os problemas dos indígenas sem desprezar suas tradições. (...) A principal causa dos problemas, **na opinião da promotora, é a falta de demarcação adequada das reservas indígenas. Segundo ela**, as famílias índias do local habitam áreas menores que as indicadas para o gado, e praticamente dentro da cidade. **Sem terras suficientes para garantir a própria sobrevivência, os índios perdem sua identidade cultural, enfrentam problemas de alcoolismo e acabam por abandonar suas crianças.** Ariadne Silva ressaltou que em Dourados há situação crítica de abandono, subnutrição e doenças. **A proximidade com a área urbana e a desagregação dos valores tradicionais estariam causando outros distúrbios, ressaltou a promotora.**

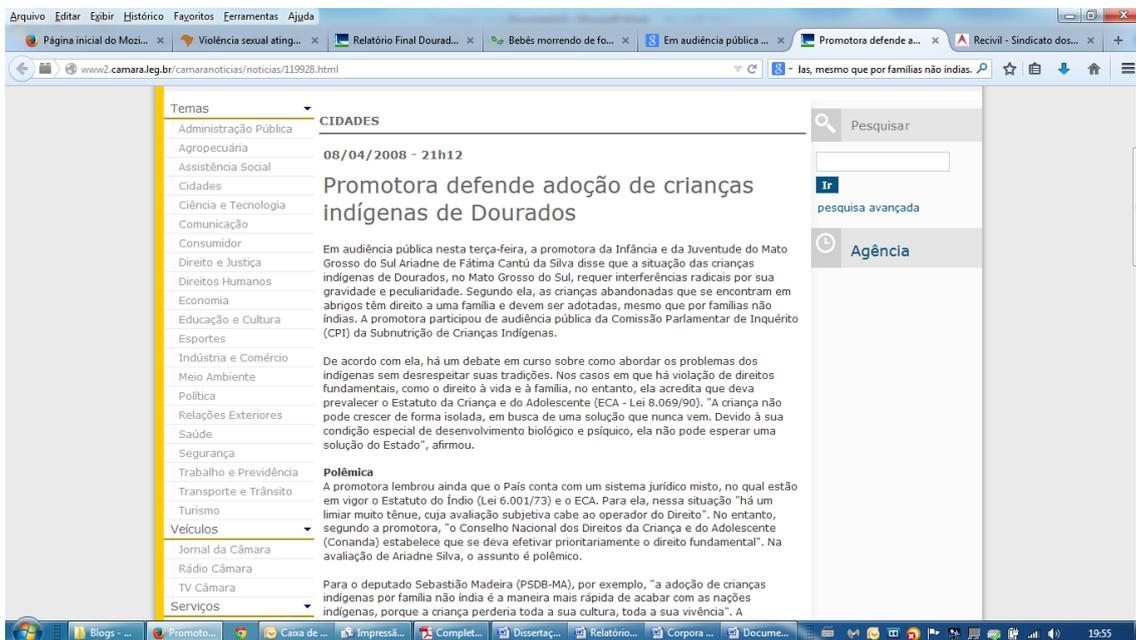


Figura 06. Referente ao E04 - "Promotora defende adoção de crianças indígenas de Dourados"

Este recorte, publicado no *site* da Câmara dos Deputados, ganha status de veridificação por tratar-se de um *site* do governo federal, pois ao governo é dado o poder de interditar, separar e rejeitar aquilo que pode ou não ser dito; logo, se proferido, adquire status de verdade inquestionável. (FOUCAULT, 2007b). Dessa perspectiva, o discurso, como mantenedor de poder, apresenta elementos para materializar a exclusão, sobretudo nas regularidades enunciativas analisadas no **E03** e no **E-04**.

A regularidade da falta de terra como elemento precursor da violência infantil assevera a homogeneização identitária com a qual os índios são concebidos. Os efeitos de sentido mobilizados reforçam a associação em torno dos itens lexicais "sem terra" e "sem identidade", como se aquele fosse sinônimo perfeito deste. Problematizamos a maneira com a qual os índios são representados nos discursos analisados, sob uma homogeneização da identidade,

como se essa fosse única, fixa e imutável. Coracini (2007) nos faz refletir sobre a identidade como o rol de características que fornecem ao indivíduo a sensação de pertença a um grupo determinado, ao mesmo tempo em que o distinguem de outros indivíduos do mesmo grupo, que, por sua vez, se distinguem dos outros grupos. Apesar da ilusão de completude que se instaura no sujeito, "a identidade permanece sempre incompleta, sempre em processo, sempre em formação" (CORACINI, 2000, p. 243). Dessa ótica, não compreendemos a identidade como algo acabado, e, sim, como um processo em andamento.

As representações encontradas nos excertos **E03** e **E04** confrontam, no entanto, essas concepções teóricas, pois parecem reforçar a ideia de identidade única. Por intermédio da oração "sem terras suficientes para garantir a própria sobrevivência, os índios perdem sua identidade cultural", temos a positividade do pronome "sem" que, segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010, p. 690), exprime várias relações de falta, a privação e a ausência de algo: ausência de terra ou de identidade? São as dúvidas que permeiam o imaginário social fomentadas nos e pelos efeitos de sentido gerados no ciberespaço, nas matérias que reportam a violência infantil. Associar a ausência de terra à perda da identidade cultural de (todos) os indígenas é regular. Nolasco (2009, p. 13) nos faz refletir que, embora se associem características negativas aos indígenas na falta de terra, os índios "estão condenados a carregar consigo todo tipo de desvios morais determinados pela história", com ou sem terra.

Sem terra, sem cultura, sem identidade, os "índios enfrentam problemas de alcoolismo e acabam por abandonar suas crianças"; logo, emergem os efeitos de sentido de causa e consequência, como se as crianças fossem violentadas na perda da identidade cultural, o que favoreceria a apropriação de comportamentos negativos, como o abuso de álcool: "a proximidade com a área urbana e a desagregação dos valores tradicionais estariam causando outros distúrbios, ressaltou a promotora". Tal representatividade negativa irrompe novamente quando se fala da interação da comunidade indígena à comunidade branca, materializada em "área urbana" e do desenvolvimento de outros problemas: "outros distúrbios". Os efeitos de sentido do excerto operam uma representação do índio ligada ao mal, à violência, emergindo uma imagem do indígena como transgressor e perigoso para a sociedade do entorno.

Em consonância, temos as imagens irrompidas no **E-05-R01**, em que pudemos encontrar uma representação do índio como responsável pelas violências contra as crianças, e estas, por sua vez, vítimas da negligência do índio adulto, sentido materializado na oração subordinada adjetiva restritiva "que se esquecem de alimentar os filhos":

E-05-R01: O uso de álcool e de drogas ali é alto, as tensões levam a conflitos. Nos três dias em que a reportagem esteve na aldeia, ocorreram dois assassinatos. Os autores estavam embriagados. [...]. Há **mães alcoólatras** que **se esquecem** de alimentar os filhos.

Há uma memória social em torno do item lexical "mãe": uma expectativa de proteção, zelo e afeto. A mãe é aquela que não erra, que não desampara, mas as mães indígenas esquecem de alimentar os filhos. Esse enunciado também não traz o alcoolismo como uma dependência e um transtorno passível de tratamento, mas o representa como uma característica, uma atribuição específica da comunidade indígena, que, por possuí-la, violenta suas crianças. Em **E-05-R01**, a responsabilidade da violência contra as crianças é atribuída à própria comunidade indígena, sendo as esferas públicas municipais, estaduais e federais isentadas, desconsiderando, pois, toda a situação social em que estão inseridos esses sujeitos. Os efeitos de sentido mobilizam uma representação do índio ligada à violência e à negligência, pautada em um interdiscurso que circula pelos acontecimentos ligados aos povos indígenas sul-mato-grossenses, sobretudo envolvendo situações de alcoolismo.

Segundo Baccega (2012, p. 134), os dispositivos de comunicação detêm a chamada "fé pública", ou seja, a sociedade confere-lhes a competência de representá-la diante do "real", como se, após o acontecido, fossem relatados "fatos verídicos" à população, emergindo uma visão monossêmica de mundo, como se fosse possível que os acontecimentos e os discursos só tivessem uma interpretação, um sentido, ancorados em uma visão objetiva dos fatos. Os produtos colocados ao alcance da população são recortes pequenos do processo histórico, para que ela os leia como se constituíssem o processo histórico todo. Segundo a autora, trata-se de um processo metonímico, segundo o qual é oferecida uma edição pronta de mundo, como a única realidade disponível. (BACCEGA, 2012, p. 135). Os discursos organizam as vozes, dando prioridade a umas em detrimento de outras, o que implica diferentes sentidos mobilizados bem como a cristalização das representações e das práticas discursivas, sobretudo pela e na palavra.

A chamada fé pública, adquirida neste recorte, ancora-se no interdiscurso que circula sobre as representações negativas do indígena ao longo da história. A título de reflexão, trazemos um trecho do excerto analisado por Limberti (2012, p. 201), ao perscrutar discursos do jornal sul-mato-grossense *O Progresso* para encontrar representações do índio. O excerto em questão compõe-se de recortes do artigo intitulado "Outra vez, o índio velho de Amambai", publicado em 24/11/1965, assinado por Nilo Luiz de Oliveira:

Um homem dormia encostado à porta da barbearia do Japonês, tendo a lage (sic) dura da calçada como travesseiro e o vento frio como coberta. **Parecia bêbado**³³. Era o infeliz Marco Velho, o popular índio de Amambai, com a sua propecta idade de cento e um anos. **O miserável que não liga para a vida**, ali estava indiferente a tudo [...] Somente Marco Velho, aquele **índio sujo**, é livre de todos esses conhecimentos. [...] Dali se vai levantar com a mesma indiferença da fôlha sêca que é tangida pelo vento. [...] Aquilo que vamos ser depois de mortos, êle já o é em vida. [...] **Para muitos é simplesmente um vagabundo**. Nêsse nome está marcado o seu destino e a sua história. Todo o seu passado. Todo o seu presente. Todo o seu futuro.

Observamos como as regularidades sobre os indígenas se mantêm. Há uma reprodução e cristalização da imagem pejorativa do índio até os dias de hoje. O infeliz e vagabundo Marco Velho, índio sujo, representa a parcela de indígenas que são tomados pelo uso de álcool atualmente ("sem terras suficientes para garantir a própria sobrevivência, os índios enfrentam problemas de alcoolismo" - **E04-R01**), problemática tomada como específica da comunidade indígena, fomentada pelos efeitos de sentido dos discursos jornalísticos, tanto da pesquisa de Limberti (2012), quanto do presente estudo.

Outra matéria analisada por Limberti, do mesmo jornal, publicada em 27/09/1967, trazia a preocupação de prevenir o alcoolismo entre os índios. O foco do texto é a proibição, por um delegado (Sidney Gomes), da venda de bebidas alcoólicas em bares e armazéns da cidade de Dourados, sendo intensificada a fiscalização nos estabelecimentos próximos à reserva indígena. (LIMBERTI, 2012, p. 202). Tal providência nos faz refletir sobre a representação de incapacidade e inferioridade atribuída aos indígenas, pois, enquanto sujeitos incompetentes, precisam de proteção da sociedade branca.

Pertinente é refletir sobre a questão do alcoolismo como problemática nacional, e não como característica específica da comunidade indígena. Segundo dados da OIT (SENAD, 2012), o alcoolismo afeta, sobretudo, a população branca: entre 10% e 12% da população economicamente produtiva, acima de 14 anos, têm problemas de abuso ou dependência de álcool, que é responsável por uma das mais altas taxas de mortandade nacional, em decorrência de doença ou acidentes advindos do uso abusivo. Ainda segundo dados da OMS e da OIT (SENAD, 2012), 70% dos indivíduos que têm problemas de abuso de álcool e 67% daqueles que utilizam outras drogas estão no mercado de trabalho.

Em face das reflexões feitas até aqui, por meio das análises dos dados, podemos questionar: Se a maioria dos que são dependentes está, de alguma forma, inserida no mercado de trabalho, o que dizer dos/para os índios, que são representados como vagabundos e alcoólatras?

³³ Grifos nossos.

Por meio da memória social, não estamos habituados a ler nos grande *mass media* que uma única situação faz que o homem branco desenvolva o alcoolismo. Diferente situação para com os índios, os quais são "diagnosticados" e "padronizados" dentro de uma mesma vala: sem terra, sem cultura, sem identidade, enfrentam problemas de alcoolismo (**E04-R01**). Os efeitos de sentido analisados apontam para uma tendência dos dispositivos desses discursos em não se ater apenas a relatar os fatos e acontecimentos ligados aos indígenas, mas em tecer, com os mesmos fios, a imagem e representação do homem branco. A sociedade branca é representada como composta por sujeitos trabalhadores, capazes e sóbrios. Estabelece-se uma relação assimétrica entre brancos sóbrios e índios alcoólatras.

Nessa esteira, a inquietude é gerada à medida que a naturalização e a homogeneização são reforçadas nas estratégias discursivas que a sociedade branca utiliza para criar as representações negativas sobre o indígena e garantir o estatuto de verdade. Verificamos que a mobilização de certos itens lexicais, em **E04-R01**, produz o efeito de sentido de distanciamento e imparcialidade, seja pelo uso das aspas, seja pelo uso do discurso indireto e de processos de correferenciação, na repetição dos itens lexicais "a promotora disse", "segundo ela", "de acordo com ela", "na opinião da promotora".

Por meio da heterogeneidade discursiva (AUTHIER-RÉVUZ, 1990) chegamos à presença do outro, ao interdiscurso permeando o ciberespaço, ancorado em uma formação discursiva jurídica: é delegado todo "saber" e todo "poder" para a promotora. Por meio da sua posição-sujeito, enquanto representante do Ministério Público da Infância e da Juventude de Mato Grosso do Sul, estaria garantida, no plano imaginário, a assinatura de verdade, ordem e objetividade do discurso do *site*, apagando o caos e a luta entre vozes, fomentando a sensação de um universo semanticamente estabilizado, mesmo que ilusoriamente. (PÊUCHEUX, 1969).

Segundo Guerra (2012, p. 34-35), o processo interpretativo carrega certo apagamento do intérprete em favor da obra, "como uma desapropriação de si, na direção de permitir que o texto nos interpele na sua estranheza, para também deixar construir uma transformação de ambos, por meio do confronto entre o universo do intérprete e o universo interpretado". No **E04-R01**, se quem "fala" representa a "justiça" e a "verdade", não se abrem margens para questionamentos e dúvidas, cristalizando e normalizando as representações das crianças indígenas em situação de violência como vítimas da sua própria comunidade e homogeneizadas, pois, embora seja dito que houve um debate sobre o modo de abordar os problemas dos indígenas sem desrespeitar suas tradições, é dito também que as "crianças

abandonadas em abrigos têm direito a uma família e devem ser adotadas". O que é ter direito para essa população tão vilipendiada?

As crianças indígenas têm direito a uma família, mas não têm o direito de ser protegidas para não serem violentadas e escamoteadas. Não têm direito a voz para manifestar desejo de ser ou não adotadas por famílias “não índias”, efeitos de sentido produzidos pela conjunção concessiva "mesmo que". Importa, mais uma vez, remeter à etimologia da palavra “infância”, que denota aquele que não fala; logo, o que sabemos e concluímos sobre a criança continua sendo o que os adultos pensam sobre ela, não o que ela tem a dizer de si. Em consonância, Coracini (2013) afirma que crianças, jovens e adultos em situação de exclusão não podem falar; são silenciados para que, dessa forma, não façam uso da palavra. Tomar a palavra é ter algum direito, é ter algum poder, mesmo que seja para denunciar os maus tratos, as violências, o não cumprimento do ECA e das demais legislações que deveriam protegê-las.

No cenário das representações da criança vitimizada, seja pela própria comunidade, seja pela ausência de terra, temos a manutenção desses efeitos de sentido no **E06-R01**, constituído pelos enunciados inseridos na matéria intitulada "Conanda discute violação dos direitos de crianças indígenas em Mato Grosso do Sul"³⁴. A matéria, escrita pela jornalista Grazielle Machado, foi publicada no dia 4 de outubro de 2007:

E06-R01: A falta de terras demarcadas e a proximidade com o homem branco têm levado os índios Kaiowa Guarani, do Mato Grosso do Sul (MS), a enfrentar problemas ligados à violação dos direitos de crianças indígenas. Para discutir essa questão o **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)**, órgão ligado à **Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência República (SEDH)**, está realizando nesta semana uma série de discussões no estado. O evento termina hoje (4).**“Essa comunidade vive numa área de 3 mil hectares para 14 mil índios. Hoje um pecuarista do estado trabalha com uma proporção de um hectare por boi.** Ou seja, nós estamos destinando uma área cinco vezes menor para as pessoas, isso é inadmissível. **Essa é a principal violência, todas as outras são decorrência de não se garantir o direito à terra”**, afirmou, **a presidente** do Conanda e subsecretária dos Direitos da Criança e do Adolescente da SEDH, Carmen Oliveira. A presidente citou que os principais tipos de violência são: **a desnutrição infantil, causada pela falta de condições desses indígenas; o trabalho infantil nas plantações de cana de açúcar e até a exploração sexual.**

³⁴ Matéria na íntegra disponível no site <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-10-04/conanda-discute-violacao-dos-direitos-de-criancas-indigenas-em-mato-grosso-do-sul>>, acesso em 13/05/2013, às 11h20min.



Figura 07. Referente ao E-06 - "Conanda discute violação dos direitos de crianças indígenas em Mato Grosso do Sul"

A Agência Brasil pertence ao canal de comunicação EBC - Empresa Brasil de Comunicação, instituição criada em 2007 para fortalecer o sistema público de comunicação. Logo, tal como os recortes publicados pelos acadêmicos da USP (E-02), os recortes publicados do *site* da Câmara dos Deputados (E-04), este recorte (E-06) ganha credibilidade à medida que é veiculado ao público pelo canal de comunicação do governo. (FOUCAULT, 2007b). O enunciador, indiretamente, é representando pelo governo público, e seu enunciado adquire status de verdade única e inquestionável. Publicado em 2007, o recorte diz respeito à problemática a que a comunidade indígena da região de Dourados foi submetida: inúmeros casos de desnutrição infantil chamaram a atenção da mídia até que esta, veiculando notícias acerca do assunto, mobilizou discussões e ações das autoridades responsáveis pelas políticas públicas de atendimento.

Pelo título da reportagem, podemos identificar noções iniciais sobre as representações do índio e da criança indígena: "Conanda discute violação dos direitos de crianças indígenas em Mato Grosso do Sul". Primeiramente, é relevante esclarecer que Conanda é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Criado pela lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, sua principal função é garantir a aplicação dos princípios preconizados pelo ECA, por meio de elaboração de normas gerais da política nacional de atendimento, fiscalização das ações de execução e apoio aos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, aos órgãos estaduais, municipais e entidades não governamentais para tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos no ECA.

Os dizeres do título autorizam uma representação recategorizada do índio como incapaz, à medida que a sociedade branca, representada pelo mais alto escalão no que se refere aos direitos infantis – o Conanda –, reúne-se para discutir ações voltadas ao inferior índio. Tal reportagem pode ser considerada como uma manifestação dos valores nobres e humanitários pertencentes ao homem branco (LIMBERTI, 2012), ao trazer o cenário da violência infantil indígena como preocupação da sociedade branca. No entanto, embora seja "evidenciada" a preocupação da sociedade branca com a criança indígena, o dispositivo jornalístico desse recorte reorganizou os dizeres sobre os indígenas e serviu de suporte para que os seus "discursos fundadores" fossem/sejam reproduzidos. (NAVARRO-BARBOSA, 2007).

Por meio da materialidade linguística, sobretudo em "A falta de terras demarcadas e a proximidade com o homem branco têm levado os índios Kaiowa Guarani [...] a enfrentar problemas ligados à violação dos direitos de crianças indígenas", emerge, tal como nos **E-03** e **E-04**, o efeito de sentido da existência de uma relação de causa-efeito entre a ausência de terra e a ocorrência de violação contra as crianças indígenas. Essa relação de nexos causal deprecia os indígenas à medida que os representa como sujeitos incapazes para lidar com o problema da falta de terra, razão por que (também) expõem suas crianças à violência. Concomitante, os dispositivos jornalísticos utilizados no recorte reduzem, numa visão monossêmica, a violência infantil indígena a esse jogo de causa e consequência.

Essa noção empreendida e reproduzida pelo enunciado em questão é recategorizada e se repete por meio de outras orações: "Essa comunidade vive numa área de 3 mil hectares para 14 mil índios" e "A falta de terra é a principal violência, todas as outras são decorrência de não se garantir o direito à terra". Trata-se de dispositivos utilizados pela mídia, por meio de um discurso dito neutro e politicamente correto, para "mascarar" a segregação social, ao tentar reduzi-la à questão de demarcação de terras, uma vez que as lacunas existentes tomam proporções de maior complexidade.

Outro aspecto que nos salta os olhos advém dos dois períodos que seguem: "Hoje um pecuarista do estado trabalha com uma proporção de um hectare por boi. Ou seja, nós estamos destinando uma área cinco vezes menor para as pessoas, isso é inadmissível". Aqui, embora haja um discurso "politicamente correto", há, novamente, uma retomada aos discursos da Carta de Caminha, quando seu enunciador compara o índio a animais ("E naquilo me parece ainda mais que são como aves ou alimárias monteses" - Trecho da Carta de Caminha). O índio vive em condições piores que as que se oferecem a um boi. Um boi é cuidado e

assistido de forma mais adequada do que os indígenas. São efeitos de sentido ancorados nos interdiscursos autorizados pelo arquivo fundador, que concebe os índios como um povo "animalizado". (LIMBERTI, 2012).

Animalizado, inferior, sem terra, sem identidade, incapaz... Resta apenas que o índio violento suas crianças. Tais reflexões podem ser observadas na sequência de **E-06**: "A presidente citou que os principais tipos de violência são: a desnutrição infantil, causada pela falta de condições desses indígenas; o trabalho infantil nas plantações de cana de açúcar e até a exploração sexual". Regularidade que se repete, que se reforça e se fortalece a cada matéria reproduzida pelo ciberespaço: a representação da criança indígena como vítima da sua própria comunidade. Se elas morrem **desnutridas**, é porque seus responsáveis não cuidam delas e não zelam por seu desenvolvimento. Se elas **trabalham na agricultura** ou chegam a ser vítimas **até da exploração sexual**, é porque seus responsáveis permitem, ou porque não trabalham e delegam a responsabilidade financeira a elas.

A imagem do índio como incapaz ou como causador da violência contra suas próprias crianças, já tão regular nos discursos sobre o indígena aqui analisados, apresenta-se em segundo plano, à medida que é ofuscada pela eloquente imagem de homem branco idôneo, cujo objeto de atenção são as crianças dos índios, uma vez que estes são incompetentes. Esse efeito de sentido é produzido pela oração "Para discutir essa questão o Conanda, órgão ligado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência República (SEDH), está realizando nesta semana uma série de discussões no estado". Desloca-se uma visão maniqueísta do bom branco e do mau índio, à medida que este comete a violência e aquele tenta impedir.

No segundo recorte do excerto **E-02** ("Apartados: *bullying* e racismo perpetuam a exclusão dos guaranis no Mato Grosso do Sul"), a seguir transcrito, encontramos a predominância da formação discursiva religiosa e assistencialista, a qual coloca/reforça o indígena como sujeito tutelado. Os itens lexicais mobilizados no **E02-R02**, como "para evangelizar", "trabalhos assistenciais", "serviço de caridade", fazem irromper a representação do índio como alguém incapaz de sobreviver sem ajuda, enaltecendo, indiretamente, a representação do homem branco como o sujeito bom, possuidor de valores nobres e humanitários:

E02-R02: Os missionários cariocas Eliel Feitoza, Mônica Teixeira e Valeria Silva mudaram-se para Antônio João para evangelizar e fazer trabalhos assistenciais com os indígenas. As mulheres contam que, antes delas chegarem, nenhuma das igrejas evangélicas de Antônio João fazia

serviço de caridade na aldeia, que fica a 8 km da cidade. "**As crianças que vinham brincar com meu filho diziam que índio solta fogo pela boca**", lembra Mônica. "**Que o índio é mal e quer roubar a terra**". Quem também percebe a **separação** é o treinador Nivaldo Martins. Ele percebeu que indígenas e brancos ficam em **lados opostos** das arquibancadas quando há competições esportivas no ginásio. Nivaldo ensina esportes para adolescentes dos bairros pobres da cidade. Ele acredita que **conseguiria diminuir o estranhamento** entre as crianças **se a prefeitura investisse em ônibus** para trazer os indígenas da aldeia até as atividades esportivas que ele promove. "Há muito tempo eu venho prestando atenção nisso daí. É falta de nós termos oportunidades de pegar aqueles indígenas, trazer aqui, **misturar** no meio dos brancos e deixar se enturmar. Aí nos vamos mudar esse Brasilão".

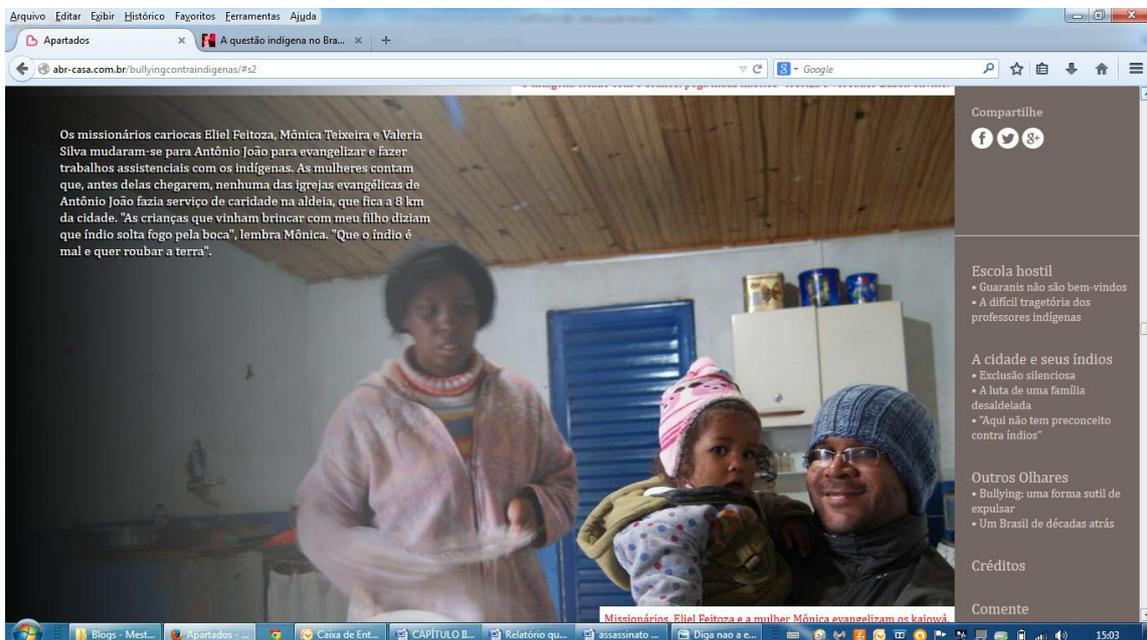


Figura 08. Referente ao E2-R-02 - "Apartados: bullying e racismo perpetuam a exclusão dos guaranis no Mato Grosso do Sul"

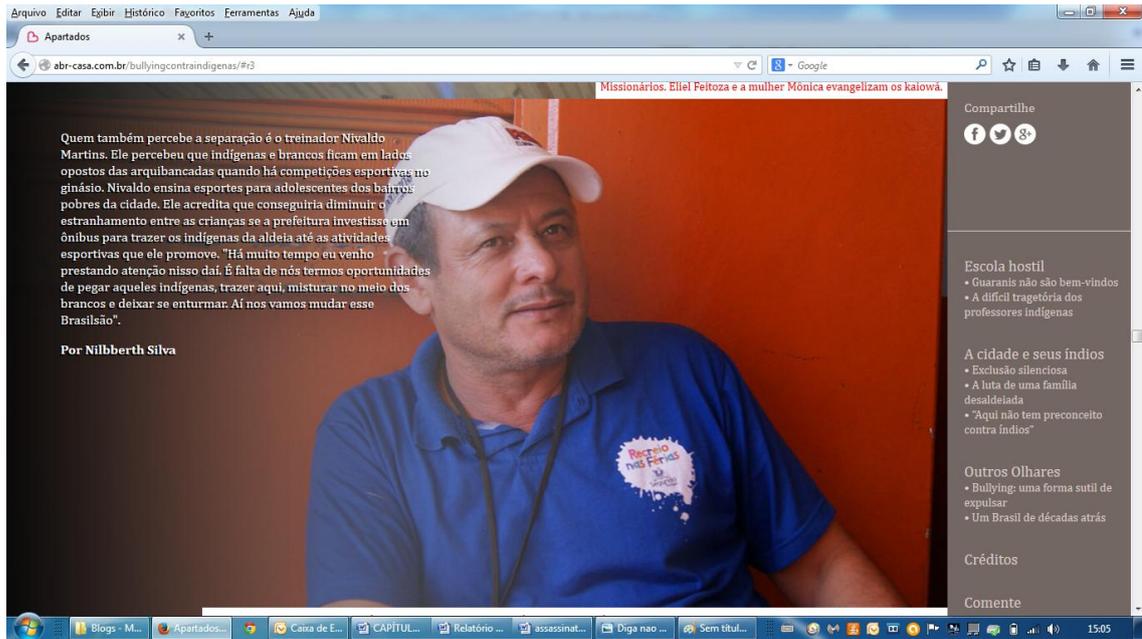


Figura 09. Referente a E2-R-02 - "Apartados: *bullying* e racismo perpetuam a exclusão dos guaranis no Mato Grosso do Sul"

No período "Os missionários cariocas Eliel Feitoza, Mônica Teixeira e Valeria Silva mudaram-se para Antônio João para evangelizar e fazer trabalhos assistenciais com os indígenas", observamos que as estratégias discursivas utilizadas pelos estudantes de jornalismo da USP geraram efeito de sentido de enaltecimento do homem branco em face da carência de ajuda que caracteriza o indígena em relação ao branco. Os valores nobres e humanitários potencializam-se quando há a delimitação do lugar e onde os brancos vieram e a finalidade a que vieram. Deixaram sua terra natal no estado do Rio de Janeiro ("missionários cariocas"), viajaram quilômetros de distância até chegar ao município de Antônio João/MS, abdicaram de prazeres pessoais, família, rotina ("mudaram-se"), para evangelizar e fazer trabalhos com os indígenas.

Tal representação de nobreza da sociedade branca é repetida por meio do processo de referenciação: retomam-se os nomes das missionárias "Mônica Teixeira" e "Valéria Silva" pelos itens lexicais "as mulheres", corroborando a ação assistencial e protetiva que os "cariocas" vieram prestar aos pobres indígenas ("As mulheres contam que, antes delas chegarem, nenhuma das igrejas evangélicas de Antônio João fazia serviço de caridade na aldeia"). O advérbio de tempo "antes", segundo Neves (2011), expressa circunstância de tempo, especificamente uma relação de anterioridade, mobilizando efeitos de sentido de que os missionários cariocas foram responsáveis por mudanças no município de Antonio João, onde os índios não eram –a "antes" desse acontecimento –assistidos e cuidados.

Esses efeitos de sentido assentam-se em visões parciais do e sobre o indígena, sobretudo uma visão que guarda resquícios do discurso colonizador, que o inferioriza e o coloca numa condição de necessitado, de carente proteção. Aqui o índio é concebido como vítima, que precisa de tutor para protegê-lo e sustentá-lo, isto é, sem tutor ou protetor, os índios não conseguiriam defender-se, proteger-se e, tampouco desenvolver-se e sobreviver. Os ecos da Carta de Caminha são observados nesse recorte, por meio das tentativas de catequizar os indígenas à religião do branco, conforme analisa Limberti (2012, p. 41-42), que transcreve trechos da carta que também representam a nossa análise:

Parece-me **gente de tal inocência**³⁵ que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, **não têm, nem entendem em nenhuma crença.**

E portanto, se os degredados, que aqui hão-de ficar, aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, **se hão-de fazer cristãos e crer em nossa santa fé. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho.**

Portanto Vossa Alteza, **que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim.**

A condição cultural e intelectual dos índios, categorizados como "inocentes", constitui-se em uma estratégia aproveitável para a execução da assimilação. Por meio do projeto de cristianização, os portugueses conseguiriam domesticar e docilizar o índio, considerando seu código cultural rudimentar, sua condição pré-humana, animalizada. Caminha não esconde suas críticas aos usos e costumes do índio, tanto que seus procedimentos discursivos são de assimilação.

Esses discursos que perduraram durante o processo histórico, após a colonização, e que se refletem nos dizeres atuais sobre o indígena nos fazem indagar: Até que ponto as investidas dos missionários em evangelizar não representam uma tentativa de dominar o outro? Evangelizar ou dominar? Aqui há, de maneira sutil, o processo de assimilação, em que a evangelização busca impingir nos índios os valores da sociedade branca, disseminados por meio de ações assistencialistas. "A despeito de seus propósitos, tais ações contribuem 'ironicamente' para a manutenção da *segregação*, criando barreiras invisíveis, porém intransponíveis, visto que acentuam a condição de dependência dos índios, que os mantém à margem." (LIMBERTI, 2012, p. 196).

³⁵ Grifos nossos.

O item lexical "missionário" significa "defensor", "pregador de missão" (FERREIRA, 2010, p. 509); logo, observamos que os missionários cariocas almejam defender um ideal, pregar uma missão, mas seria mais fácil executar essa ação com sujeitos que “não possuem cultura” ou qualquer religião, pois poderiam impingir a sua visão de mundo naqueles que apresentam um modo de vida inferior, inadequado.

A partir das reflexões de Foucault (2007b), podemos conceber o discurso como um dispositivo para manter a ordem do sistema social, de modo que as tentativas de evangelização aqui analisadas representam uma série de técnicas de poder para docilizar o sujeito e torná-lo produtivo. Essas ações ancoram-se na ideia de formação de indivíduos ajustados social e emocionalmente aos padrões de comportamento e aos papéis sociais de uma ordem estabelecida, em detrimento da concepção dinâmica e historicizada de cultura. Logo, quem foge das regras do sistema estabelecido, excluído está, como os povos indígenas.

Historicamente, a comunidade indígena continua sendo objeto de múltiplas imagens e conceituações por parte da sociedade branca, marcadas por preconceitos e falta de conhecimentos. Segundo Luciano (2006, p. 34), desde a chegada dos colonizadores:

os índios foram alvo de diferentes julgamentos quanto às características, aos comportamentos, às capacidades e à natureza biológica e espiritual que lhes são próprias. Alguns religiosos europeus, por exemplo, duvidavam que os índios tivessem alma. Outros não acreditavam que os nativos pertencessem à natureza humana pois, segundo eles, os indígenas mais pareciam animais selvagens. Estas são algumas maneiras diferentes de como “os brancos” concebem a totalidade dos povos indígenas a partir da visão etnocêntrica predominante no mundo ocidental europeu. Dessa visão limitada e discriminatória, que pautou a relação entre índios e brancos no Brasil desde 1500, resultou uma série de ambigüidades e contradições ainda hoje presentes no imaginário da sociedade brasileira e dos próprios povos indígenas.

Durante muito tempo, a palavra "índio" evocou a natureza, corpos nus pintados e enfeitados com adornos feitos de penas de aves e sementes de árvores, os quais viviam isolados da sociedade – representação ancorada no "bom selvagem", fomentada pela Carta de Caminha. Em **E02-R02**, essas representações se contrapõem, à medida que observamos as imagens que circulam no imaginário social, sobretudo no imaginário infantil, associando essa população a lendas e a aspectos místicos, concomitantemente à associação com aspectos negativos e pejorativos.

Do enunciado "As crianças que vinham brincar com meu filho diziam que índio solta fogo pela boca, lembra Mônica", emerge o efeito de sentido de fantasias e "estórias" (como se

eles nunca tivessem existido). A representação infantil dos índios está ligada aos arquivos pertinentes a essa população, os quais circulam livremente pelos espaços, nas instituições, nos *mass media*, nos livros e cartilhas pedagógicas, entre outros. Segundo Limberti (2012), o índio representado no imaginário social é produto da História, resultado do que se escreve dele. Nesse cenário, o índio ficou à margem dela, com sua identidade de certa forma incompleta, cujas lacunas ficaram perdidas em algum ponto do passado que não foi registrado, o que faz que sua imagem seja composta pelos fragmentos que a História registrou, dando a ela as características de um mosaico.

Nas escolas de ensino infantil, estimula-se a comemoração do "Dia do índio" por meio de atividades lúdicas ou alegóricas em que os índios são sempre representados como alguém que vive isolado da sociedade urbana, mora em ocas, pesca para se alimentar e utiliza o arco-flecha como estratégia de sobrevivência, ancorando-se também no interdiscurso folclórico. Essa data, instituída oficialmente em 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto-lei nº 5.540, para homenagear os índios, é resultado de uma das primogênicas participações desses sujeitos no Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México em 1940³⁶.

A sociedade hegemônica, por meio das práticas discursivas midiáticas, perpetua ações e atividades que favorecem que representações equivocadas sejam instauradas no imaginário social, sobretudo pela existência dos arquivos que compõem esses discursos. Assim, contrapondo o discurso das alegorias e "estórias", há também, no **E-2-R02**, a representação do índio como um sujeito incômodo e traiçoeiro. Por meio do enunciado proferido pela missionária Mônica ("As crianças que vinham brincar com meu filho diziam [...] que o índio é mau e quer roubar a terra"), temos a irrupção desse efeito de sentido. O interdiscurso, tão regular, da questão da terra, volta a emergir nesse recorte, mostrando como sua força influencia dizeres também das crianças. As crianças aprendem e reproduzem aquilo que os adultos lhes ensinam, efeito de sentido que mostra o quanto os estereótipos acerca da comunidade indígena são negativos e ainda circulam fortemente pelos espaços em comum. É importante ponderar que o processo histórico concede o direito ao branco de lutar pela terra, enquanto, ainda que seja reconhecida a posse "anterior" dos índios, não reconhece neles o direito de lutar por aquilo que lhes pertence. Há uma inversão de valores: quem precisa "roubar" a terra são índios, ainda que, de origem, esse objeto de desejo e de luta lhes pertença.

³⁶ Conteúdo disponível no site <<http://www.acemprol.com/historia-do-dia-do-indio-comemoracao-19-de-abril-criacao-t257.html>>. Acesso em 18 de junho de 2014, às 10h48min.

“Traíçoeiro”, “mau”, “incapaz”, “ladrão”... À medida que as representações negativas dos índios vão-se fortalecendo, enaltecem-se as características da sociedade branca. Outra regularidade encontrada no que concerne a essa questão emerge nos seguintes enunciados: "Quem também percebe a separação é o treinador Nivaldo Martins. Ele percebeu que indígenas e brancos ficam em lados opostos das arquibancadas quando há competições esportivas no ginásio". Segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010, p. 577), o verbo “perceber” significa ‘adquirir conhecimento de algo pelos sentidos’; assim, quem percebe compreende, nota, repara algo que está acessível ao indivíduo, tal como a divisão que ocorre nas atividades esportivas executadas no município de Antonio João. Mas seria apenas essa modalidade de "separação"? Restrita às atividades esportivas que acontecem no ginásio da cidade? “Separar” é um verbo transitivo que significa ‘desunir aquilo que estava ligado’.

É sabido, pois, que nunca houve união entre a sociedade branca e a sociedade indígena, tampouco seria possível diminuir a distância que as “separa”, a menos que houvesse investimentos públicos no transporte das crianças indígenas, da aldeia para a cidade, efeitos de sentido materializados na oração subordinada adverbial condicional "se a prefeitura investisse em ônibus". Os dispositivos utilizados nesse recorte também se amparam em estratégias de um discurso "politicamente correto", de um discurso que se pretende neutro, para "mascarar" a exclusão social, sobretudo ao tentar reduzi-la a uma mera questão de diferenciação nas atividades esportivas e investimentos públicos.

Nessa esteira, um estudo de Orlandi (2008), que propôs analisar materiais sobre violência, como jornais, revistas e entrevistas, inclusive discursos do Marcola (do PCC), visou encontrar marcas que pudessem dar indicações sobre os processos de individuação do sujeito contemporâneo. Por intermédio do estudo, a autora reflete sobre as relações sociais e apreende que não há mais como conceber a existência de representações de classes sociais verticais, à semelhança de uma pirâmide em que estariam, na base, os mais pobres, e, no ápice, os mais ricos, permeada pela flexibilidade e mobilidade em relação à ascensão ou declínio de classes. Na contemporaneidade, "a relação não é mais de classe, mas de lugares e se representa horizontalmente: ou se está dentro, no centro, ou se está fora" (ORLANDI, 2008, p.118). As relações não se limitam mais à dicotomia inclusão/exclusão, mas se inscrevem em uma segregação e, uma vez segregado, é impossível ao sujeito entrar nas relações sociais.

Dessa ótica, os recortes analisados até aqui, selecionados de discursos jornalísticos virtuais, como porta-voz de uma pluralidade de discursos, mobilizam e materializam o arquivo que se originou em torno das matérias que veiculam notícias e situações de violência

que acometem crianças indígenas. Ali é sedimentado o sólido alicerce sobre o qual se erguem as imagens do índio como incapaz e transgressor e as da criança indígena como vítima da própria comunidade na qual está inserida, excluindo os indígenas de qualquer possibilidade de vir a ser cidadãos, possuidores de direitos, reconhecidos e legitimados pela sociedade hegemônica.

3.1.3. Representação da criança responsável e culpada

Neste segundo eixo, analisamos recortes que traziam marcas e representações da criança como culpada e responsável pela violência a que foi submetida, sobretudo por não estar vivendo sua cultura e sua tradição. São imagens construídas pela sociedade branca, ancoradas em estereótipos e visões preconceituosas, autorizadas pelo arquivo que circula livremente sobre a sociedade indígena. No excerto identificado por **E05**, constituído pelos enunciados inseridos na matéria intitulada "Bebês morrendo de fome. E nada acontece. Será que é porque são índios?"³⁷, encontramos representações da criança vítima, no entanto corresponsável pela violência:

E05-R02: Também a família de Fátima Benides, com 12 pessoas, está na **penúria. Eduardo, o marido, como os vizinhos, não tem trabalho.** O terreno onde moram mal acomoda a casa. "Não dá para plantar nem um pé de milho", explica. O filho mais novo, Alexandro, 1 mês, aconchega-se no colo de **Andréia, 10 anos, que deveria estar na escola.** "Com tanta criança, é difícil controlar quem vai à aula", diz a mãe. Pode ser essa a razão de terem sido cortados do **Bolsa-Família**, que exige comparecimento para assegurar aos beneficiados 95 reais por mês. "Comemos porque pedimos esmola na cidade", conta. A **influência** do centro urbano é enorme. As crianças de Fátima têm o **cabelo oxigenado**, uma falou em **desejo** de tomar **iogurte**, **outra em ter uma Barbie**, **sinais de que os índios foram perdendo suas tradições e incorporando as mazelas da periferia pobre e violenta** onde são inseridos.

³⁷ Matéria acessada no site <<http://diganaoerotizacaoainfantil.wordpress.com/category/criancas-indigenas>>, acesso em 12 de fevereiro de 2013, às 16h30min, e re-acessada no site <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_240560.shtml>, no dia 13/09/2014, às 10h36min.



Figura 10. Referente ao E-05 - "Bebês morrendo de fome. E nada acontece. Será que é porque são índios?"

A reportagem que compõe o **E-05-R02** foi escrita pela jornalista Patrícia Zaidan e publicada, originalmente, no *site* da *Revista Claudia*, em julho de 2007, e posteriormente hiperlinkado em outros *sites*. As violências relatadas no excerto referem-se à situação emblemática de desnutrição e mortandade infantil que a comunidade indígena Guarani, da região de Dourados, enfrentou entre os anos de 2005 a 2007. A reportagem foi realizada *in loco*, e a equipe técnica permaneceu durante três dias na Reserva de Dourados, verificando como os indígenas vivem, registrando fatos, fotos, bem como entrevistando índios e profissionais ligados a entidades governamentais envolvidas no caso.

Em **E05-R02**, notamos duas grandes regularidades enunciativas, as quais puderam embasar reflexões a respeito das representações sobre a criança indígena no ciberespaço, a saber: o discurso (do branco/internauta) pautado em estereótipos quanto às representações da criança indígena e o discurso do desejo de pertença. Concomitantemente, pudemos elencar algumas formações discursivas articulando-se ao e no campo virtual, tais como FD capitalista, econômica e social.

O excerto expõe a situação familiar de Fátima Benides e seu marido Eduardo, de cuja união nasceram 10 filhos; e, segundo relato da reportagem, todos vivem em condições de miserabilidade. Os jogos discursivos utilizam sintagmas que potencializam a vulnerabilidade social e a representação de incapacidade, e por que não, de incompetência dos responsáveis,

sobretudo do genitor, que não trabalha: "Eduardo, o marido, como os vizinhos, não tem trabalho". Ao incluir, no rol dos desempregados, os vizinhos de Eduardo, o enunciador potencializa a regular representação dos índios como sujeitos não produtivos. Guerra (2010, p. 37) entende que a maioria dos enunciados sobre os indígenas carrega a visão capitalista segundo a qual é necessário produzir, trabalhar e comercializar para que o indígena consiga ver seus direitos respeitados.

Assim, a iniciativa da reportagem, que visava (d)enunciar as situações de mortandade e desnutrição infantil, começa a direcionar-se para uma crítica ao *modus operandi* da comunidade indígena. Podemos pensar, aqui, na ideologia neoliberal e na meritocracia, as quais defendem a existência do homem como um ser que se faz por si próprio, imputando-lhe a responsabilidade pelos sucessos ou fracassos, uma vez que as oportunidades são as mesmas para todos. (GUERRA; SOUZA, 2013). Segundo Souza³⁸, a meritocracia é uma forma de justificação das posições sociais de poder com base no merecimento, normalmente calcado em competências individuais, como inteligência, habilidade e esforço. O autor instiga-nos a pensar que a sociedade hegemônica é reacionária por ser meritocrática, ou seja, a meritocracia está na base de sua ideologia conservadora: "uma coisa é a valorização do mérito como princípio educativo e formativo individual, outra bem diferente é tê-lo como plano de governo, como fundamento ético de uma organização social". Nesse plano é que se situa a meritocracia como um fundamento de organização coletiva – e aí é que ela se torna reacionária e excludente.

A imagem depreciativa da comunidade indígena continua à medida que o enunciado apresenta a evasão escolar de Andréia, que não frequenta a escola para cuidar do irmão: "O filho mais novo, Alexandre, 1 mês, aconchega-se no colo de Andréia, 10 anos, que deveria estar na escola". Adiante, é apresentada a fala da mãe indígena para justificar a situação: "Com tanta criança, é difícil controlar quem vai à aula", diz a mãe". Embora seja plausível entender que o motivo que impede a genitora de acompanhar a frequência escolar de seus filhos pode ter uma origem multifatorial, o enunciado não se preocupa em problematizá-lo, apenas em trazer, "fielmente", o relato da entrevistada. Tal dispositivo favorece a imagem de incompetência dos responsáveis: a genitora indígena, além de não evitar a evasão escolar, a favorece, uma vez que delega, à criança de 10 anos, o cuidado de seu irmão, ao invés de levá-la à escola.

³⁸ Renato Santos de Souza (UFMS/RS) em "Desvendando a espuma: o enigma da classe-média brasileira", disponível em <<http://jornalggn.com.br/fora-pauta>>, acessado em 03 de novembro de 2013, às 15h30min.

Paralelamente, o recorte também traz a representação da criança como responsável pela violência, à medida que ela se "corrompe", por se apropriar da cultura do outro, que não lhe pertence. Observamos que, no enunciado "As crianças de Fátima têm o cabelo oxigenado, uma falou em desejo de tomar iogurte, outra em ter uma Barbie", o que mais sobressai não é o desejo de pertença do indígena, de inserir-se no mundo do branco, itens que emergem do interdiscurso da sociedade de consumo, mas a não aceitação da sociedade branca de que as crianças indígenas tenham desejos como qualquer outra criança, sobretudo pela influência da publicidade.

Para Macedo, Nunes e Silvia (2002), há uma variedade de infâncias e não meramente uma, enquanto fenômeno único e universal. É impossível pensarmos em uma cultura única, tal como a identidade (CORACINI, 2000; HALL, 2005; CASTELLS, 1999). Segundo Rizzo e Müller (2010), a cultura se transforma e é também determinada pelas transformações do grupo. O condicionamento do homem pela cultura existe ao mesmo tempo em que a sociedade a transforma. Os indivíduos são moldados pela cultura na sociedade onde vivem. São os reflexos do meio atuando no sujeito de forma singular.

A apropriação de comportamentos difundidos pelas diversas mídias reflete-se nas culturas locais e nos padrões de identidade dos povos, gerando a busca de um novo padrão identitário (GUERRA; SOUZA, 2013). Ao se associarem a um determinado modo de vida – mudando a aparência física (“cabelo oxigenado”), adquirindo produtos industrializados (“iogurte”) e importados (“Barbie”) –, os indígenas têm a ilusória sensação de pertencimento, de inclusão na sociedade; no entanto, por mais que o sentimento de invisibilidade se amenize (ainda que temporariamente) na apropriação da cultura do branco como sua, verifica-se que as representações analisadas continuam identificando os indígenas como "os outros", os diferentes, os anormais.

Os direcionamentos das análises mencionadas podem ser estendidos à nossa reflexão. Do excerto **E05-R02**, emergem efeitos de sentido de cobrança e manutenção de comportamentos das crianças indígenas atrelados aos povos indígenas dos 500 anos, da colonização. Por um lado, espera-se que elas falem sua língua materna, que mantenham suas tradições e que se preservem das influências da civilização; por outro, desaprova-se que desejem ou tentem incluir-se, seja por meio da linguagem, seja pela “assimilação” de hábitos e comportamentos do branco. Esse efeito de sentido está em discrepância com o que a memória social traz do indígena: desde o passado até a contemporaneidade, tem-se buscado, de diversas formas, fazer que ele deixe de ser índio, abandonando seus modos de vida, seus

rituais e suas línguas para se tornarem civilizados. (GUERRA, 2010). O processo de assimilação sempre foi uma constante na interação da sociedade branca com a sociedade índia. Inferiores, eles precisaram adaptar-se, introjetar e apreender valores do branco para, mesmo que ilusoriamente, serem inseridos ao centro.

E quando consegue, finalmente, assimilar valores culturais da sociedade branca, o índio é criticado e estereotipado mais uma vez. Os efeitos de sentido gerados, então, associam-se às representações da criança indígena como não normal, e, por consequência da "doença" – a apropriação da cultura do branco –, é violentada. Esse efeito de sentido é materializado no enunciado "sinais de que os índios foram perdendo suas tradições e incorporando as mazelas da periferia pobre e violenta onde são inseridos". O processo de referenciação, articulado pelos itens lexicais "sinais" e "[de] que", retoma os comportamentos "anormais" atribuídos às crianças – o desejo de ter uma Barbie, o mudar a cor do cabelo, o desejo de comer um produto industrializado –, deslocando um sentido de punição, de relação de condicionalidade: se a criança tiver contato com a cultura do branco, sofrerá violência.

Em **E-06-R02**, temos a mesma representação:

E-06-R-02: Ela [presidente do Conanda] explica que, por causa da **proximidade das tribos com a cidade, muitos jovens indígenas estão se envolvendo com o crime**. "É quase uma aldeia urbana o que existe aqui. **Esse convívio com a sociedade branca, que é uma sociedade de consumo, faz com que o adolescente indígena tenha vontade de ter bens e isso está gerando a violência**", afirmou.

Para entender melhor as questões concernentes à criança indígena, refletimos como os discursos jornalísticos remetem à comunidade estudada, mesmo quando se dirigem aos adolescentes indígenas. Há uma espécie de cobrança paradoxal da sociedade branca para com a sociedade indígena no que se refere a sua identidade e sua cultura. Eles são criticados por todas as óticas, tanto por sua inferioridade e necessidade de assimilar valores alheios, quanto por fazê-lo e, então, abandonar suas tradições. Segundo Guerra e Souza (2013, p. 42), essa condição reflete a condição do índio na atualidade: "não pode ser considerado completamente indígena, pois já não traz apenas sua cultura de origem, nem pode ser considerado completamente branco, pois ainda há em si marcas de sua cultura e etnia que não permitem essa completude".

Nessa esteira, temos, no período "a promotora [...] disse que a situação das crianças indígenas de Dourados, no Mato Grosso do Sul, requer interferências radicais por sua gravidade e peculiaridade" (**E04-R-02**), a imagem da criança recategorizada como sujeito

"anormal". A manutenção dessa representação é reforçada, sobretudo, no núcleo do objeto direto, "interferências", palavra que, segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010, p. 636), significa 'necessidade de intervir em algo que é extremo e que envolve risco'. A formulação "interferências radicais" traz à tona a representação de que as crianças são concebidas como sujeitos anormais, que precisam de intervenção a fim de se aproximarem da normalidade, das tradições do branco. Normalizar tudo aquilo que carrega a diferença? Quem marca o outro?

Esses efeitos geram um paradoxo na representação da criança indígena: ora espera-se que elas mantenham características seculares, ora querem adestrá-las, como o sujeito a corrigir, problematizado no curso "Os anormais", ministrado por Foucault no *Collège de France* em 1975. O curso engendra a análise do exame psiquiátrico, correlacionando-o com o sistema jurídico, partindo dos grandes crimes cometidos até a construção do diagnóstico médico dos delinquentes "anormais".

A relação de causa e efeito entre a criança e a violência apresenta uma distribuição desigual de poder entre seus termos: o efeito (violência) aqui é normal; e o outro, a causa (apropriação do comportamento do branco e o desejo de pertença), é visto como anormal, passível de reeducação: "os novos procedimentos de adestramento do corpo, do comportamento, das aptidões engendram o problema daqueles que escapam dessa normatividade" (FOUCAULT, 1997, p. 63), na ilusória tentativa de homogeneizar, de docilizar os corpos, discipliná-los. Observa-se que os dizeres geram um efeito de sentido de formação de indivíduos ajustados social e emocionalmente aos padrões de comportamento e aos papéis sociais de uma ordem estabelecida, em detrimento da concepção dinâmica e historicizada de cultura.

É necessário desconstruirmos essas representações da criança indígena como sujeito que precisa enquadrar-se em estágios pré-estabelecidos, evitando-se, assim, o desenvolvimento dos desajustados e dos assocializados, a partir da homogeneização da infância. Para Rizzo e Müller (2010), a infância é uma condição social criada ao longo dos tempos. Tem o seu aparecimento e construção vinculados ao contexto social e histórico das sociedades, de modo que está sujeita a sofrer modificações influenciadas por diversos fatores e interações sociais.

É também necessário desnaturalizar a maneira com a qual a sociedade letrada configurou a cultura para que possamos sair dos discursos biológicos e essencialistas da identidade, da autenticidade e da pureza cultural. Partindo do trabalho de Guerra (2010, p.72), para quem o indígena sul-mato-grossense está nesse entre-lugar identitário, nesse entre-espaço

cultural e histórico, argumentamos que a hibridação não é sinônimo de fusão sem contradições. Ao citar Canclini (2003), a autora assevera que as sedimentações identitárias organizadas em conjuntos históricos (como as etnias, nações, classes) se reestruturam em meio a conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais. Há que se admitir a história das fusões entre uns e outros por meio da noção de "mestiçagem", tanto no sentido biológico como cultural, sobretudo na mistura de hábitos, crenças e formas de pensamentos.

É preciso, segundo Guerra (2010, p. 73), desafiar o pensamento dicotômico de ordenar o mundo em identidades puras e oposições binárias: "é preciso registrar aquilo que permanece diferente, aquilo que resiste ou se cinde, desmitificando o pensamento analítico acostumado a separar o civilizado do selvagem, o nacional do estrangeiro, o índio do branco...".

Problematizar os discursos midiáticos sobre as crianças indígenas, (re)produzidos no ciberespaço, conduz-nos a refletir sobre a manutenção dos estereótipos vinculados à comunidade indígena. Infla-se a homogeneização em detrimento de uma concepção heterogênea sobre os indivíduos. Segundo Coracini (2010), a pertinência do processo analítico – ancorado em teorias transdisciplinares já elencadas, sobretudo pela Análise do Discurso de linha francesa – não visa desvendar o que está escondido ou o que está nas entrelinhas, mas problematizar o que é dito, questionar o que parece óbvio, o que se naturalizou e favoreceu a cristalização das representações sobre os povos inseridos na subalternidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia... (GUIMARÃES ROSA, 1994, p.86)

O cerne do questionamento deste estudo consistiu em perscrutar se as relações de saber-poder que transitam na materialidade do espaço virtual mantêm ou instauram "novos" regimes de verdade e concepções sobre a criança indígena. Nosso objetivo, portanto, foi trazer à tona representações de crianças indígenas sul-mato-grossenses vítimas de violência retratadas na mídia, de modo que pudéssemos problematizar as relações de poder que perpassam as práticas discursivas, pois é no discurso que o poder e o saber se articulam, produzem subjetividade e favorecem processos de exclusão social.

Considerando o elevado índice de violações a que as crianças indígenas são submetidas, como a negligência, omissão de cuidados, desnutrição, preconceito, violência sexual, homicídio, entre outros, fez-se necessário direcionar olhares para a maneira como a sociedade hegemônica relata e divulga esses dados nos discursos jornalísticos, sobretudo na virtualidade. Quais estratégias são utilizadas pelos sujeitos que detêm o poder por intermédio do discurso – no caso, os jornalistas – e quais representações estão sendo construídas sobre as crianças e, indiretamente, sobre os indígenas?

Guerra e Nolasco (2013) levam-nos a refletir, ao afirmarem que o poder cria regras de conduta, que acabam abafando a multiplicidade de pontos de vista, responsáveis pelas contradições e conflitos, capazes de provocar as mudanças internas e externas necessárias, além de influenciar sorrateiramente o imaginário social. Essa visada discursiva traz o imaginário social ligado a representações socialmente construídas e transmitidas: sempre que lemos, estamos interpretando, construindo sentido a partir do que somos, do momento sócio-histórico que nos constitui como sujeitos. Assim, nosso imaginário social é construído, sobretudo, pelo que lemos e ouvimos dos grandes meios de comunicação. E como estes têm representado a criança indígena?

Partindo do pressuposto foucaultiano de que as crianças estão inseridas no grupo composto por indivíduos privados de poder (1988), tínhamos como hipótese de trabalho a concepção da criança indígena como sujeito marginalizado e vilipendiado, pois ela é duplamente excluída: primeiro, por ser criança; segundo, por ser gerada dentro da

comunidade indígena, carregando a marca de um grupo minoritário e representado pela sociedade hegemônica como sujeitos inferiores, moldados a partir de exclusões históricas. Assim, a criança se encontra à margem da margem social, num entre-lugar, representada por um ser-estar entre as fronteiras.

Diante das reflexões engendradas neste texto, sob a perspectiva teórica discursiva e desconstrutivista, nossa hipótese de trabalho foi confirmada, à medida que, dos dados analisados emergiram representações estereotipadas e negativas sobre a criança indígena e sua comunidade. E essas representações ganharam força por terem sido reproduzidas por enunciadores que não falavam de qualquer lugar, mas apropriavam-se da posição de sujeitos legitimados a enunciar de um lugar de poder. Os jornalistas (**E-01**, **E-02**, **E-03**, **E-04**, **E-05**, **E-06**), na condição de enunciadores, fala(va)m do lugar do Governo (**E-06**), da Câmara dos Deputados (**E-04**), da Universidade de São Paulo (**E-02**), da Editora Abril (**E-05**) e de *sites* que visam favorecer a pluralidade informativa (**E-01**) e fomentar a reflexão sobre a violação aos direitos fundamentais dos povos do Brasil (**E-03**).

Os enunciadores fala(va)m de um lócus de poder e, embora afirm(ass)em estar denunciando a violência infantil indígena, seus discursos revela(ra)m os mais diversos tipos de preconceito quanto à comunidade em questão. Os seis recortes, por meio da materialidade linguística, visível, trazem marcas das representações da criança indígena, sobretudo pela forma como falam do índio, interditando-o, segregando-o e, por fim, excluindo-o. Formações discursivas policial, assistencialista, capitalista, social, perpassam os interdiscursos ancorados em uma memória social pejorativa quando ao indígena, dialogando com a "objetividade" e "neutralidade" jornalística. Pudemos então, identificar quais os aparatos e dispositivos discursivos de que se vale(ra)m os jornalistas para falar das crianças indígenas.

Os enunciadores usam as mais diversas estratégias discursivas para retratar a violência indígena. Em alguns momentos, seleciona(va)m ("pinçagem") apenas o material mais relevante e reorganiza(va)m os fatos ("remontagem") para criar uma sensação de verdade e realidade, à medida que algumas informações foram valorizadas em detrimento de outras ("esquecimento"). Utiliza(ra)m o discurso do outro, sobre o qual processa(ra)m constantes recategorizações e retomadas do referente "índio" para falar sobre a violência contra a criança indígena. Adota(ra)m artifícios de referenciação e processos metonímicos, mas não fala(ra)m do peculiar, do específico. Fala(ra)m do todo, de maneira generalizada.

Os enunciados discorre(ra)m sobre a violência, mas não propõem(propuseram) maneiras para erradicá-la. Descreve(ra)m possíveis causas, mas não as problematiza(ra)m.

Limita(ra)m as causas nas valas locais, mas não as toma(ra)m como problemática nacional e social.

Em suma, as práticas discursivas analisadas, que visavam à denúncia e à reprodução dos fatos, estão carregadas e marcadas por um discurso estereotipado e que nada trazem de novo, a não ser a recategorização da representação do indígena como sujeito incapaz e inferior. Nesse aspecto, o autor, ao deixar marcas no texto, transforma-se em autoridade; é o responsável pelos sentidos gerados. Nessa orientação, as leituras dependem do texto e do autor, que podem autorizar ou não certos dizeres. Por meio dos dizeres autorizados pelos enunciados aqui analisados, pudemos encontrar a representação do branco sobre a criança indígena, para, assim, responder à nossa segunda pergunta de pesquisa: Quais as representações que a sociedade hegemônica faz das crianças indígenas em situação de violência?

No primeiro eixo de pesquisa, chegamos às representações da criança vilipendiada e vitimizada, que fizeram irromper a imagem de que os indígenas adultos favorecem a violência ou não protegem adequadamente suas crianças, a ponto de elas serem violentadas. A criança é retomada, recategorizada e representada como vítima, sobretudo como resultado da negligência de seus próprios familiares ou da própria comunidade indígena. Seja na ausência de terra, valores, trabalho, identidade, seja na presença de drogas ilícitas e álcool, os discursos jornalísticos analisados deixam vaziar a imagem do índio transgressor/agressor, ou incapaz/inferior: aquele cuja incapacidade favoreceu a violência contra suas crianças.

No segundo eixo, chegamos às representações da criança responsável e culpada, cujos dados mobilizam a imagem da criança que fomenta sua própria violação, sendo representada como sujeito responsável pelo fenômeno violento que as submete, especialmente por se apropriarem da cultura do branco. Aqui, a criança é representada como responsável e culpada, pois deixou-se influenciar pela cultura do outro, da qual se apropriou, como quem "rouba" valores de outra sociedade. Por roubar algo que não é seu, contamina-se e faz que a violência a atinja, culminando numa relação de causa-efeito, de nexo-causal.

Silveira (2000) assevera que a mídia favorece a compreensão de infância como uma fase idealizada e mitificada, ancorada em uma representação da criança como uma "caricatura de felicidade plena". Assim, o imaginário social brasileiro exclui algumas crianças, sobretudo quando estas não têm a imagem de felicidade ou não fornecem indícios de um futuro promissor. Esses apontamentos nos fazem perceber o quanto a criança indígena foge desses

padrões, pois, além de ser pertencente a uma comunidade historicamente à margem, ela não reflete a imagem de felicidade nem tampouco reproduz indícios de um futuro próspero.

Como as crianças indígenas são representadas como sujeitos vitimizados, vilipendiados ou até culpados pelas violações, vemos que a violência é concebida de forma naturalizada pelos dizeres jornalísticos. Há um interdiscurso que autoriza a banalização com que a violência é retratada, na ausência de meios e estratégias para problematizá-la/erradicá-la. Uma vez que os dizeres aqui problematizados foram produzidos e descartados no ciberespaço, temos, concomitantemente à naturalização da violência, o caráter deslizando das telas, que, juntos, fomentam o esquecimento das (d)enunciações retratadas, como as crianças indígenas: julgadas, esquecidas, violentadas e matáveis. Novos projetos de *homo sacer* em uma sociedade contemporânea que almeja o ideal, o puro, o progresso, o completo, mesmo sendo constituída pela fluidez.

Assim, notamos que a contradição e o paradoxo sobressaem-se nas representações dos indígenas, seja sobre os índios adultos, seja sobre os índios crianças. Tanto a criança quanto o índio adulto são cobrados para que assimilem a cultura hegemônica, uma vez que são sujeitos inferiores e incapazes, mas, à medida que interagem e apropriam-se dos valores do branco, são criticados e julgados por terem, ao longo da história, perdido suas tradições. Assim, de que índios se fala? O que salta aos olhos é o índio que carrega a marca estigmatizadora da exclusão, seja o índio de 1500, seja o do século XXI.

Entendemos que os discursos jornalísticos mobilizados nesta análise, embora não sejam discursos oficiais, muito se aproximam destes, porque, ainda que inconscientemente, ou atravessados pelos esquecimentos de que fala Pêcheux, reproduzem os discursos do Estatuto do Índio, da FUNAI e da Constituição Federal. Sobre esses discursos, Guerra (2010) afirma que os enunciados que os constituem teimam em trazer à tona a marca da exclusão indígena, mesmo sendo construídos com o intuito de auxiliar e proteger essa comunidade. Por intermédio das precárias políticas públicas indigenistas, esses povos têm pouca ou nenhuma possibilidade de mobilidade social.

Podemos (in)concluir, por meio do jogo de representações analisadas e dialogadas com o percurso histórico da comunidade indígena sul-mato-grossense, que representações estereotipadas sobre o índio e, por extensão, sobre a criança indígena permanecem, ainda hoje, no imaginário social branco. E isso nos leva a refletir sobre as práticas identitárias, construídas sobre os regimes de verdade que circulam no espaço virtual e que ora rotulam, ora negam a diferença, numa tentativa de homogeneizar a alteridade, que está na base da

(des)construção de identidade. Esperar a não fragmentação da criança indígena na sociedade contemporânea é corroborar a artificialidade da identidade.

Entendemos que a pretensão da pesquisa, desenvolvida por meio das discussões, diálogos e duelos que constituem esta dissertação, foi cumprida. Embora nosso texto seja resultado de apenas uma das leituras possíveis dos discursos recortados do espaço virtual, o percurso de escavação aqui empreendido permitiu-nos refletir sobre algo que se tornou naturalizado pelo cotidiano, pelo hábito, pela cultura, "pelas crenças que se fazem representações em nosso imaginário e nos dão a (im)pressão de que somos unos ou ainda, tão diferentes que em nada nos parecemos aos demais com quem convivemos, inflando, nosso ego narcísico" (CORACINI, 2010, p. 10).

Tentamos, pois, não falar pelas crianças indígenas, mas pensar em que lugar elas estão, que marcas elas carregam e, concomitantemente, refletir sobre o que se fala delas, para podermos disparar uma atitude ética, que impõe o respeito ao outro, à sua cultura, aos seus costumes e hábitos, de modo a, no mínimo, provocar deslocamentos e transformações sociais.

O esforço para a problematização e identificação das representações de crianças indígenas justifica-se pelo entendimento, por meio das reflexões feitas, de que estas, além da dupla exclusão, sofrem dupla invisibilidade: uma, gerada pela pobreza e pela violência que muitas vezes deixa essa parcela da população à margem das ações e das políticas públicas; outra, relacionada aos preconceitos por segmentos da sociedade que agem de forma a estigmatizar e a distanciar ainda mais, de sua comunidade, essas crianças. Para Anzaldúa (2005), devemos superar fronteiras e muros que mantêm ideias indesejáveis do lado de fora, superar hábitos e comportamentos arraigados, para buscar um movimento que se afasta de padrões e objetivos estabelecidos, rumo a uma perspectiva mais ampla, que inclui em contraponto a exclusão. É necessário extirpar, de forma massiva, qualquer pensamento dualista no indivíduo, movimento que representa o início de uma longa luta, que poderá erradicar as diversas formas de violência advindas da diferença e da exclusão social.

Reconhecemos uma população cujos membros, vítimas de violência, não despertam nenhum posicionamento mais enfático dos mecanismos punitivos nem da sociedade civil. São indivíduos que estão excluídos ou distantes da participação política e de serviços básicos, como saúde, alimentação, educação, moradia e segurança. Esses sujeitos, as crianças indígenas, são as novas configurações do *homo sacer* (AGAMBEN, 2010): atuais indivíduos matáveis, excluídos de qualquer tipo de contato com uma existência cidadã, cujo acesso ao mais fundamental dos direitos, o direito à vida, não é garantido.

Posto isso, verifica-se a necessidade da contínua problematização sobre as representações hegemônicas, para recuperar e recodificar os múltiplos nomes da criança indígena.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Trad. de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ANZALDÚA, Glória. La consciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. **Estudos Femininos**. Florianópolis, 13(3):320, setembro-dezembro/2005, p. 704-719.
- ARAÚJO, Inês L. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault. In: BARONAS, Roberto L. (org). **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007, p. 84-104.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Trad. CRUZ, M.; GERALDI, J. W. Campinas, 1984, p.25-42.
- _____. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Trad. Cláudia Pfeiffer et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- BALADELI, Daniella, T.; RODRIGUES, Elaine. O discurso como formador do conceito de infância. In: **Anais do Seminário de Pesquisa** - Programa de Pós-Graduação em Educação. Maringá, UEM: 2008, p. 01-08.
- BACCEGA, Maria, A. A construção do "real" e do "ficcional". In: FICAGRO, Roseli (Org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012, p.119-138.
- BAKHTIN, Mikhail. Interação Verbal. In: _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BAUDRILLARD, Jean. **Tela-total**: mito-ironias da era do virtual e da imagem. Porto Alegre: Sulinas, 2002.
- BAUMAN, Zugmund. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: disposições constitucionais pertinentes: Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. 6. ed. Brasília: Senado Federal - Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BISINOTO, Leila S. J. **Migrações internas, norma e ensino de língua portuguesa**. Campinas: RG, 2009.

CARVALHO, C. M. Violência infanto-juvenil, uma triste herança. In: ALMEIDA, M. G. (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 30-42.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Volume 2. Trad.: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 21-92.

CORACINI, Maria, J. Subjetividade e identidade do professor de português (LM). **Trabalhos em Linguística Aplicada**, UNICAMP, v.36, p. 147-158, 2000.

_____. **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

_____. (Res)sentimento e exclusão: o discurso de sujeitos em situação de rua. In: PINTO, Joana, P.; FABRÍCIO, Branca, F. **Exclusão social e microrresistências**: a centralidade das práticas discursivo-identitárias. Goiânia: Cânone Editoriais, 2013, p. 160-176.

CORACINI, Maria J., ECKERT-HOFF, Beatriz, M. (Org.). **Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela**: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

COSTA, Claudia L.; AVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa: a consciência mestiça e o "feminismo da diferença". **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 3, Dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2005000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 ago. 2013.

COSTA, Marcia R. **A violência**: natural ou sociocultural? São Paulo: Paulus, 2006.

ECO, Umberto. A internet veio para ficar. Tradução de George El Khouri Andolfato. Coluna publicada no site da UOL, disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/umberto-eco/2014/03/21/a-internet-veio-para-ficar.htm>>, acessado em 07 de maio de 2014, às 14h35min.

ESTATUTO DO ÍNDIO, Lei Nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

FALEIROS, Vicente P; FALEIROS, Eva T. S. Escola que protege: enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes. **Caderno de textos** - Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil no Território Brasileiro, UFMS, 2009, p.193-217.

FALEIROS, Vicente P. Redes de exploração e abuso sexual e redes de proteção. In: **Anais do Congresso Nacional de Assistentes Sociais**, 9, 1998, Brasília, 1998.

FERREIRA, Aurélio, B. H. **Mini Aurélio**: O dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FONSECA-SILVA, Maria da C. Mídia e Lugares de Memória Discursiva. In.: FONSECA-SILVA, Maria da C.; POSSENTI, Sírio. **Mídia e Rede de Memória**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007, p. 11-38.

FOUCAULT, Michel. (1972). Retornar à história. In MOTA, Manoel Barros da (org.). **Michel Foucault** – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 282-295. Coleção Ditos e Escritos, II.

_____. **História da sexualidade vol. I: A vontade de saber**. Tradução de Maris Theresa da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 10. ed. Rio de Janeiro. Graal, [Trabalho original publicado em 1976], 1988, p. 88-97.

_____. Os anormais. In: **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 59-58.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução e Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal Ltda [Trabalho original publicado em 1979], 1999.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [Trabalho original publicado em 1969], 2007a.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura F. de A. Sampaio. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, [Trabalho original publicado em 1972], 2007b.

GREGOLIN, Maria. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogo e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

_____. AD: Descrever - Interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In.: NAVARRO, Pedro (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 16-34.

_____. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. Texto apresentado no II Seminário de Análise do Discurso (SEAD), na UFRGS, Porto Alegre, 2005. Disponível em < <http://www.uems.br/padadi/rosario.html>>. Acesso em 12 de julho de 2013, às 23h.

GUERRA, Vânia M. L.; NOLASCO, Edgar C. A leitura na diferença: uma visão desconstrutivista do movimento interpretativo. In: LIMBERTI, Rita C. P.; GUERRA, Vânia M. L.; NOLASCO, Edgar C. (Orgs.) **Olhares sobre a constituição do sujeito contemporâneo: cultura e diversidade**. Dourados: UFGD, 2013, p. 19-34.

GUERRA, Vânia, M. L.; SOUZA, Claudete.C. Entre o discurso e a identidade, a emergência de uma epistemologia crítica para entender o jogo da diferença. In.: NOLASCO, Edgar, C. GUERRA, Vânia, M. L. (Orgs.) **O sol se põe na fronteira: discursos, gentes e terras**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, p.37-66.

GUERRA, Vânia M. L.; NICOLA, Janaina. Das palavras às coisas: por uma nova episteme arqueológica. In: GUERRA, Vânia, M.L; DURIGAN, Marlene; NOLASCO, Edgar, C. **Identidade e discurso: história, instituições e práticas**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008, p. 27-44.

GUERRA, Vânia M. L. **Foucault e as Ciências Humanas: contribuições para a História**. Palestra apresentada no II Ciclo de Palestras do Curso de História da UFMS, do *Campus* de Três Lagoas, em 10 de abril de 2006.

GUERRA, Vânia M. L. **O indígena de Mato Grosso do Sul: prática identitárias e culturais.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

_____. Entre a mídia impressa e o discurso da "integração", a construção identitária dos indígenas. In.: CORACINI, Maria J. (Org.) **Identidades silenciadas e (in)visíveis: entre a inclusão e a exclusão.** Campinas: Pontes, 2011, p. 127-148.

GUIDA, Angela M. As fronteiras em suas múltiplas performances. In: NOLASCO, Edgar, C. GUERRA, Vânia, M. L. (Orgs.). **O sol se põe na fronteira: discursos, gentes e terras.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, p. 115-132.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Traduzido por Tomaz T. da Silva e g. L. Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques: o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LEMO, Maria T.T.B. A colonização do imaginário e a construção da identidade. In: LEMO, Maria T.T.B.; MORAES, Nilson, A. (Orgs.). **Memória, identidade e representações.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p. 67-72.

LEVISKY, David L.; *et al.* **Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LEVISKY, David L. **Adolescência: pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.** Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LÉVY, Pierre. **O virtual.** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2001.

LIEBGOTT, Roberto A.; RANGEL, Lucia H. A dura e dolorosa realidade a que os povos indígenas estão submetidos no Brasil. In: **Relatório de violência contra os povos indígenas - dados de 2012.** Disponível em < <http://www.cimi.org.br/pub/viol/viol2012.pdf>>, acessado em 12 de agosto de 2013, às 13h06min.

LIMBERTI, Rita C. P. **Discurso indígena: aculturação e polifonia.** Dourados: UFGD, 2009.

_____. **A imagem do índio: discursos e representações.** Dourados: UFGD, 2012.

LUCIANO, Gersem S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade de Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006.

MACEDO, Ana V. L. S., NUNES, Angela, SILVIA, Aracy L. (Orgs.). **Crianças indígenas: ensaios antropológicos.** São Paulo: Global, 2002.

MASCIA, Márcia A. **Investigações discursivas na pós-modernidade.** Campinas: Mercado de Letras, FAPESP, 2003, p. 47-60.

MINAYO, Maria C. S. A violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, (10): 07-18, 1994.

MIRANDA, Tatiana, B.; FIALHO, Carlos E.M. Identidade e Matabilidade. **Congresso Internacional interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. ISSN: 2316-266X. Niterói, ANINTER-SH/PPGSD-UFF, 03 a 06 de setembro de 2012.

NASCIMENTO, Adir C.; URQUIZA, Antônio H. A.; VIEIRA, Carlos M. N. A cosmovisão e as representações das crianças kaiowá e guarani: o antes e o depois da escolarização. In: NASCIMENTO, Adir C. (Org.) [et al.]. **Criança indígena: diversidade cultural, educação e representações sociais**. Brasília: Liber Livro, 2011, p. 21-4.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro. L. Mídia, memória e identidade. In: FONSECA-SILVA, Maria da C.; POSSENTI, Sírio. **Mídia e rede de memória**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007, p. 93-110.

NETTO, Angela D.S. Um passeio pelo orkut: representações sobre o 'ser brasileiro'. In: CORACINI, Maria J., UYENO, Elzira Y, MASCIA, Márcia A.A (Orgs.). **Da letra ao píxel e do píxel à letras: uma análise discursiva do e sobre o virtual: identidade, leitura e escrita, formação de professores e ensino-aprendizagem de língua**. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 343-368.

NEVES, Maria, H. M. **Gramática de usos de português**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

NOLASCO, Edgar C. Bugres subalternos. **Cadernos de Estudos Culturais**, v 1, n.1, Campo Grande: Editora da UFMS, 2009, p. 9-16.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**. 1ª Revisão. CID-10, EDUSP, São Paulo, 1997.

ORLANDI, Eni P. Algumas considerações discursivas sobre a educação indígena. **Linguística Indígena e Responsabilidade Social. Cadernos de Estudos Linguísticos 4**. Campinas: Unicamp, 1983, p. 122-136.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Análise de discurso**. Princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. Violência e processos de individualização dos sujeitos na contemporaneidade. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria, R. **Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 117-130.

PÊCHEUX, Michel. A análise do discurso: três épocas. In. GADET, F. ; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1969.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1991.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P.; et al. **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso** – estrutura ou acontecimento. Tradução de E. P. Orlandi. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.

REVEL, Judith. **Michel Foucault - conceitos essenciais**. Tradução de M. do R. V. Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIZZO, Fernando R.; MÜLLER, Claudio A. Infância e televisão: um estudo sobre as manifestações da reinvenção da infância no discurso publicitário. Acesso: <http://www.unicentro.br/redemc/2010/artigos.asp>.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SANTAELLA, Lucia. A crítica das mídias na entrada do século 21. In.: PRADO, José, L. A. (Org.). **Crítica das práticas midiáticas**: da sociedade de massa às ciberculturas. São Paulo: Hacker Editores, 2002, p. 44-56.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - Presidência da República. **Oficina discute relatório de atuação dos países na Convenção dos Direitos da Criança**. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2013/novembro>>, acesso em 03/05/2014, 18h36min.

SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Prevenção do uso de álcool e outras drogas no ambiente de trabalho** : conhecer para ajudar. 3. ed. Brasília: Ministério da Justiça. SENAD, 2012.

SILVA, Tomaz T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SILVEIRA, Jacira C. **Infância na mídia**: sujeito, discurso, poderes. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2000.

SOUZA, Renato S. Desvendando a espuma: o enigma da classe-média brasileira. Disponível em <<http://jornalggn.com.br/fora-pauta>>, acessado em 03 de novembro de 2013, às 15h30min.

URQUIZA, Antônio. Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul: alguns aspectos antropológicos, disponível no Museu das Culturas Dom Bosco, em: <<http://www.mcdb.org.br/materias.php?subcategoriaId=23>>, acesso em 02 de maio de 2013, às 22h49min.

UYENO, Elzira Y. Cibersujeitos e transferencia: para além do sujeito fractal e da parrhesía na correspondência entre orientador e orientando. In: CORACINI, Maria J., UYENO, Elzira Y, MASCIA, Márcia A.A (Orgs.). **Da letra ao píxel e do píxel à letras**: uma análise discursiva do e sobre o virtual: identidade, leitura e escrita, formação de professores e ensino-aprendizagem de língua. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 47-78.

VIEIRA, Olinda S. C.; LIMBERTI, Rita C. P. Preconceito e intolerância: um estudo a partir de textos de alunos indígenas. In. LIMBERTI, Rita C. P.; GUERRA, Vânia M. L.; NOLASCO, Edgar C. (Orgs.) **Olhares sobre a constituição do sujeito contemporâneo**: cultura e diversidade. Dourados: UFGD, 2013, p. 183-200.

WASELSZ, Julio, J. **Mapa da violência 2012**: crianças e adolescentes do Brasil. CEBELA - Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. Rio de Janeiro, 2012

WALTY, Ivete L. C. **Corpus rasurado** – exclusão e resistência na narrativa urbana. Belo Horizonte: Autêntica/PUC Minas, 2005, p. 25-47

MEMORIAL DESCRITIVO

Falar de si é sempre tenso porque remete à irrupção do lapso, do ato falho, e admitir a falha é, para nós, seres humanos, que tanto almejamos o correto, o verdadeiro, a completude, desconstruir nossas verdades e nossos esteios. Penso que “desconstrução” tenha sido a palavra mais vivenciada neste percurso, que foi cursar um programa de pós-graduação *stricto sensu*.

Chegar aqui não foi fácil. Vencer as barreiras adversas que a vida adulta nos impõe tem sido o maior desafio vivenciado na minha jornada empírica. Nasci no ventre de uma família tradicional da região do oeste paulista (Adamantina-SP). Meus pais nasceram e cresceram trabalhando em fazendas de grandes agricultores. Descendentes de italianos, carregavam nos braços a luta dos meus bisavós, que vieram da Itália para tentar uma vida melhor e mais frutífera nas terras brasileiras. Assim, cresci submersa em valores sólidos, tradições religiosas cristãs, pensamentos arraigados em torno da valorização do trabalho, ancorados no clichê "Deus ajuda quem cedo madruga". Na minha família, os estudos foram preteridos, relegados à margem, em face da necessidade do trabalho.

A opção pelo ensino superior não assustou meus pais, mas eles nunca tiveram a compreensão e dimensão do que é cursar uma faculdade de Psicologia. A escolha do curso também não foi "tranquila"; os desejos e expectativas eram inúmeros, e as aptidões não pareciam maduras o suficiente para embasar o processo de escolha (se é que um dia estaremos "prontos" para as tomadas de decisão!). No ano de 2003, prestei quatro vestibulares, dois deles para o curso de Letras e dois para o curso de Psicologia. Paralelamente à aprovação na Universidade Estadual de Londrina (UEL) para Letras, passei nas Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI) para Psicologia. Mais uma vez, escolher era preciso. O sofrimento foi grande: a possibilidade de renúncia e perda que acompanha toda escolha me inquietava porque eu não sabia qual perda seria menos dolorosa.

O desejo de ser professora sucumbiu à curiosidade em descobrir como se originavam os comportamentos e como funcionava a mente humana. O que diferencia os "loucos" dos "normais"? A busca da resposta a esta questão fez-me permanecer em minha cidade natal e cursar Psicologia. Nesse momento, descarrilar o trem – terminologia apreendida em uma palestra de Silvano Santiago sugerida pela minha professora e orientadora doutora Vânia Maria Lescano Guerra – foi necessário; desapegar-me de valores cristalizados, aprender novos conceitos, novos ensinamentos, desprender-me de preconceitos e compreender que nossas vontades são regidas pelo temeroso e onipotente inconsciente.

Pequenos desafios começaram nessa etapa e nem sabia que outros de complexidade tão maior viriam. Meus pais não aceitavam que eu apenas estudasse, lembrando que, para eles, estudar não era sinônimo de trabalho, tampouco sinônimo de uma vida digna. Embora as condições financeiras de minha família tivessem melhorado consideravelmente, trabalhar era preciso para manter a harmonia familiar, ou, inconscientemente, era sinônimo de acatar as ordens impostas convencionalmente a mim, sobretudo as ordens de minha mãe. Assim, comecei, timidamente, a ministrar aulas particulares de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa para alunos do Ensino Fundamental, até que me inscrevi em um processo seletivo para concorrer a vagas de estágio remunerado na faculdade em que estudava.

À época, o estágio remunerado correspondia a oito horas diárias e, assim, a rotina típica de um adulto da sociedade ocidental começou a envolver-me. Trabalhar de dia, estudar à noite e, no horário de almoço, repor as horas em que era liberada para realizar o estágio obrigatório. Identificava-me cada vez mais com o texto de Ricardo Ramos - Circuito Fechado: "[...] papéis, telefone, relatórios, cartas, notas, vales, cheques, memorandos, bilhetes, telefone, papéis. Relógio. Mesa, cavalete, cinzeiros, cadeiras, esboços de anúncios, fotos, cigarro, fósforo, bloco de papel, caneta, projetor de filmes, xícara, cartaz, lápis [...]"³⁹, exceto pelos cigarros e pela presença mais atualizada dos equipamentos utilizados em trabalho. O fato é que trabalhar mais de 10 horas por dia no Núcleo de Psicologia (unidade física onde acontecem as supervisões de estágio obrigatório de todo o curso e as atividades práticas) aproximou-me, não só das rotinas de trabalho dos docentes, mas também das responsabilidades burocráticas que envolviam um curso de graduação. Tal vivência fez que o desejo de atuar como professora – adormecido pela renúncia do curso de Letras – voltasse à tona, mas, agora, mais maduro, mais específico. Queria ser professora no ensino superior.

Sabia que, para isso, uma longa jornada seria necessária – e estava pronta para iniciá-la. Inseri-me no ambiente acadêmico realizando meu primeiro trabalho de iniciação científica: uma pesquisa laboratorial intitulada "Tolerância ao efeito atáxico do etanol e o papel modulador do contexto", sob orientação da professora Agostinha Mariana de Almeida. Essa pesquisa foi realizada e apresentada em dois eventos científicos da própria faculdade, o que me fez apaixonar-me mais ainda pelo mundo acadêmico. De lá pra cá, o engajamento foi gradual. Participei de outras pesquisas que me ajudaram a compreender a importância do universo científico para a comunidade, de forma geral, sobretudo uma pesquisa que fomentou minha afinidade com um tema de grande impacto na nossa sociedade: violência. Em 2005, eu

³⁹ Texto disponível na íntegra no site < <http://cesargiusti.bluehosting.com.br/Contos/textos/circuito.htm>>, acessado em 06/07/2014, às 13h58min.

e mais quatro acadêmicos, sob orientação da professora Ava Vitória Salimom dos Santos, realizamos uma pesquisa nas escolas públicas e particulares do ensino médio para levantar a caracterização da violência pelos adolescentes.

Concluí a graduação em 2008 e consegui meu primeiro emprego na área organizacional. Mas o perfil acadêmico formado pelas minhas experiências, quer pelo estágio remunerado, quer pela realização das pesquisas de iniciação científica, produziu em mim inquietações nessa experiência. Quando meus valores começaram a ir de encontro com as políticas da empresa, um mês após o início, fui chamada para trabalhar no CREAS no município de Três Lagoas (MS). O CREAS é um órgão público da Política Nacional de Assistência Social que presta atenção psicossocial a indivíduos que tiveram seus direitos violados. E parece que o destino levava-me a aproximar-me novamente daquilo com que eu me identificava: o cuidar do outro em situação de violência.

Trabalhei no CREAS durante dois anos e nunca deixei de questionar-me sobre o sonho de realizar o mestrado para poder inserir-me em uma instituição de ensino superior. Como? Se três meses após minha mudança para Três Lagoas, com toda dificuldade de adaptação, descobri que estava grávida. Nesse momento, parecia que o sonho de engajar-me na carreira profissional tinha sucumbido. Mas não podia desistir. Matriculei-me em um curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Araçatuba e venci o risco da Gripe H1N1 (epidemia que acometia as gestantes no segundo semestre de 2009), as viagens quinzenais, que provocavam um cansaço maior, sobretudo após o nascimento da Isabella, em novembro. Conquistei menção honrosa da UNESP pela melhor monografia apresentada, que, claro, tinha correlação com a temática da violência, tendo como título "Compreendendo a dinâmica familiar de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar" e para cuja elaboração contei com a ajuda do meu esposo, que abdicou de prazeres pessoais para auxiliar-me a conquistar meus objetivos profissionais.

Após a conclusão da Especialização em Psicologia e Saúde, em 2010, fui convidada pela minha ex-orientadora, Tânia do Valle, a cursar uma disciplina no Programa de Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem na UNESP de Bauru (SP) como aluna especial. Fui tomada por uma emoção ímpar, pois o sonho de cursar o mestrado começava a aproximar-se. Em 2011, matriculei-me e comecei a frequentar semanalmente as aulas em Bauru. Viagens mais longas, cansaço que se diluía quando pensava que, finalmente, estava prestes a começar a realização de um sonho e uma expectativa profissional. Ainda não. Meu marido estava desempregado há um ano e as dificuldades financeiras aumentavam à medida

que a Isabella crescia. Já estava à procura de um trabalho que me fornecesse melhores condições salariais, quando, em abril de 2011, fui aprovada no processo seletivo do SESI para atuar como técnica de responsabilidade social. Salário excelente. Plano de saúde para a família. Proposta irrecusável. Mas a direção não me liberaria uma vez na semana para cursar a disciplina em Bauru. Precisei postergar meu sonho. Era preciso trabalhar. Parece que as lições morais de meus pais ressoavam em meus ouvidos: "o que edifica um homem é o trabalho", dizia minha mãe. E eu não tinha outra escolha.

O sonho de cursar um programa de mestrado fora mais uma vez adormecido: onde cursar, como retomar, como ser liberada do trabalho para as viagens eram as dúvidas que mais me atormentavam. Somente em 2012 tomei conhecimento de que, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, havia um programa de Mestrado em Letras, que, para minha sorte, apresentava uma linha de pesquisa de caráter transdisciplinar denominada "Discurso, subjetividade e ensino de línguas". Inscrevi-me como aluna especial na disciplina Análise do Discurso (AD), ministrada pela professora Vânia. Suas aulas me proporcionaram algo que há muito não encontrava em minha rotina empresarial no SESI: momentos de reflexão, desconstrução de outras proporções se pensarmos na minha graduação, valorização do outro/Outro e a consciência da importância da linguagem em nossas vidas, sobretudo na constituição do ser humano. Foram cinco meses em que tive a chance de conhecer teorias antes nunca percorridas. Os três "Michéis" (Pêcheux, Foucault e Bakhtin) trouxeram contribuições ímpares em minha formação pessoal e profissional. Também nunca vou esquecer da forma com que a professora Vânia estimulava os alunos especiais a se engajarem nas leituras para que pudessemos participar do processo seletivo. Não éramos tratados como alunos regulares, mas a professora não nos marginalizava por sermos alunos especiais. Sabia lidar, com maestria, com a diferença existente dentro da sala de aula, aplicando todos os conhecimentos teóricos repassados durante as aulas: apreendi que a diferença está presente e temos que lidar com ela sem sermos excludentes.

A base teórica da AD (Gramática, História e Psicanálise) e a forma de ensinar da professora Vânia fizeram que eu me sentisse bem, numa identificação pessoal com o mestrado de Letras. De repente, eis que o destino novamente trouxe a possibilidade de congregar dois saberes que me encantavam: a Psicologia e as Letras. A inscrição para o processo seletivo encerrava-se em meados de novembro, e, quando estava elaborando o anteprojeto, fui surpreendida por uma febre de minha filha, que era o prenúncio de uma pneumonia bacteriana grave. Foram 15 dias de tratamento intensivo, sendo 10 dias de internação. Ela ainda nem

tinha completado três anos e precisei inventar e criar um cenário alegre e feliz num dos piores ambientes que já pude frequentar: um hospital. Na incerteza da evolução do tratamento e da data em que ela receberia alta, já achava que iria perder o prazo da inscrição. Mas Deus guiou seu tratamento e fomos para casa três dias antes do encerramento do prazo. Consegui, entre os cuidados dispensados para com ela e a elaboração do anteprojeto, inscrever-me a tempo.

Passar no processo seletivo significava a realização de todos os esforços dispensados e de todas as renúncias para poder cursar o Mestrado. A cada edital publicado com a relação dos candidatos aprovados, minha adrenalina subia com a possibilidade cada vez mais concreta e próxima da realização do sonho. Tenho que admitir que uma das partes mais difíceis foi a entrevista: meu projeto não se encaixava na linha de pesquisa da professora Vânia, que, claro, eu havia escolhido para ser minha orientadora. Felizmente, foi ela quem me escolheu e me proporcionou uma das oportunidades mais almejadas em minha vida! Em 2013, iniciava um novo ciclo de aprendizado e de renúncias. Para poder cursar as disciplinas, precisei tomar a dura decisão de desligar-me do SESI. Claro que as condições atuais me permitiam, pois meu esposo não estava mais desempregado e eu também dispunha de outro trabalho: desde 2011, ministrava aulas para o curso de Psicologia em uma faculdade particular do município.

Mesmo com muitos sacrifícios pessoais, pois é conhecido o tempo que precisamos comprometer com os estudos no mestrado, consegui cumprir, no ano de 2013, um total de seis disciplinas, a saber: Tópicos Especiais: Análise do discurso (45h), Linguística Aplicada I (60h), Linguística Aplicada II (60h), Teorias da Linguagem (60h), Políticas Linguísticas (60h), Tópicos Especiais: Leitura Orientada (30h). E em 2014 cursei a disciplina Tópicos Especiais em Estudos Linguísticos (30h), totalizando 22 créditos.

Por intermédio da disciplina Linguística Aplicada I, ministrada pela professora Vânia, pude retomar e ampliar os conhecimentos adquiridos em 2012 sobre a base epistemológica da AD, sobretudo no que se diz respeito às noções de discurso, sujeito, história, arquivo, interdiscurso, já dito, heterogeneidade, formação discursiva, regularidade, acontecimento, memória discursiva, relações saber-poder, entre outros. Por meio das disciplinas "Políticas Linguísticas" e "Leitura Orientada", ministradas pelas professoras Vânia e Claudete Cameschi de Souza, fui apresentada à leitura de novos teóricos, sobretudo aqueles que direcionam olhares à constituição singular do sujeito e às "contendas" existentes na pós-modernidade: Gloria Anzaldúa, Kanavillil Rajagopalan, Louis-Jean Calvet, Manuel Castells, Zygmunt Bauman, entre outros.

O mais instigante dessas disciplinas foi a forma com que as professoras deslocaram conhecimentos cristalizados e como congregaram as noções elencadas com o estudos dos povos minoritários em nossa sociedade. Onde há saber, há poder, e estes dois juntos podem ser utilizados como um dispositivo de exclusão e manutenção da ordem social. Assim, as disciplinas conseguiram incutir em mim uma nova forma de ver o mundo e sua forma de operar nos sujeitos. Por meio das discussões propostas, das reflexões levantadas, das atividades realizadas em sala, pude amadurecer e assimilar conhecimentos nunca antes tocados. Certamente, nunca mais fui a mesma pessoa.

Em “Teorias da Linguagem”, disciplina ministrada pelo professor Edson Rosa, pude conhecer as diversas correntes teóricas da linguagem, a partir do momento em que a língua foi tomada como objeto de estudo da linguística e esta se fundamentou como ciência. Essas noções auxiliaram-me a entender o percurso histórico do Estruturalismo, passando pelo Gerativismo, Funcionalismo e Sociolinguística, até chegar à Análise do Discurso. Conhecer noções e teorias, como a de Ferdinand Saussure, foi imprescindível para o meu amadurecimento, sobretudo por ser da Psicologia.

A disciplina Linguística Aplicada II, ministrada pela professora Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, possibilitou-me adquirir conhecimentos sólidos no que diz respeito ao funcionamento da linguagem e aos procedimentos de gramaticalização a que a língua está submetida, tais como: processo de referenciação, modalidades de anáfora, dêiticos, entre outros. Concluímos o conteúdo programático com a cara noção da heterogeneidade, proposta pela linguista francesa Jaqueline Authier-Revuz, por meio do estudo de seu livro *Palavras incertas*. Essas disciplinas fomentaram a forma com que lidei com a materialidade linguística do córpus da minha pesquisa.

Paralelamente ao cumprimento dos créditos, foi necessária a participação em atividades e eventos que complementassem meu percurso dentro do ambiente acadêmico. Assim, destaco aqui algumas participações em eventos (até o presente momento, pois entendo que novas participações estão por vir) que tiveram fundamental importância no curso do Mestrado, sobretudo na elaboração da dissertação.

Em novembro de 2013, participei do IV Simpósio da Rede CO3, evento sediado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - *Campus* de Três Lagoas, apresentando o projeto de pesquisa para apreciação da professora doutora Elzira Uyeno, inscrito sob o título “Representações da violência infantil: reflexões sobre os discursos indígenas no espaço virtual”. Também participei do V Seminário de Pesquisa "Identidade e Discurso", no dia 11

de dezembro de 2013, no Instituto de Estudos da Linguagem, Departamento de Linguística Aplicada da Unicamp, apresentando o resumo intitulado "Violência e poder: reflexões sobre a representação da criança indígena no espaço virtual". Essas participações proporcionaram novos direcionamentos na maneira de analisar e conceber meu *cópus* de pesquisa, sobretudo pelas valiosas contribuições das professoras Maria José Coracini e Elzira Uyeno (*in memoriam*).

Diante do exposto, após trilhar o caminho percorrido até o momento do Exame de Qualificação, finalizo este memorial reforçando que chegar até aqui não foi fácil. Momentos de tensão, ansiedade, medo de não dar conta ou vontade de desistir são alguns exemplos de situações com as quais deparei, mas, certamente, os desafios vencidos e conquistados, concomitante à aquisição de conhecimentos tão caros em minha vida pessoal e profissional, fazem tudo valer a pena. Que venham os apontamentos, as críticas, as sugestões! Que venham mais leituras e mais momentos de desespero. Que o desequilíbrio de hoje possa ser a vitória do amanhã. Assim, finalizo com uma frase que me impulsiona em momentos de dificuldade, do escritor alemão Hermann Hesse: "Nada posso lhe oferecer o que não exista em você mesmo, não posso abrir-lhe outro mundo além daquele que há em sua própria alma. Nada posso lhe dar, a não ser a oportunidade, o impulso, a chave. Eu o ajudarei a tornar visível o seu próprio mundo, e isso é tudo"⁴⁰.

⁴⁰ Citação disponível em < http://www.paralerepensar.com.br/h_hess.htm>, acesso em 20 de janeiro de 2014, às 23h40min.